

Military Review

EDIÇÃO BRASILEIRA

JULHO-AGOSTO 2008



Manual de Campanha 3-0 Operações p. 2

General William S. Wallace, Exército dos EUA

A Revitalização Econômica no Iraque p. 9

Paul Brinkley, Vice-Secretário de Defesa para
Transformação Comercial dos EUA

Unidades Especializadas de Polícia do Exército Polonês p. 21

General Boguslaw Pacek, Exército Polonês

Irlanda do Norte: Anistia, Reconciliação e Reintegração p. 26

Major John Clark, Exército Britânico

**General
William B. Caldwell, IV**
Comandante,
Centro de Armas Combinadas

Vago
Editor-Chefe da Military Review

Redação
Marlys Cook
Editora-Chefe das Edições em Inglês

Maj Sunset Belinsky
Gerente de Produção

Miguel Severo
Editor-Chefe, Edições em Línguas Estrangeiras

Administração
Patricia Wilson
Secretária

Edições Ibero-Americanas
Josie Hammond
Tradutora Assistente

Michael Serravo
Diagramador/Webmaster

Edição Hispano-Americana
Ronald Williford
Robert K. Werts
Tradutores/Editores

Edição Brasileira
Shawn A. Spencer
Miguel Severo
Tradutores/Editores

**Assessores das Edições
Ibero-americanas**
Cel Mario A. Messen Cañas,
Oficial de Ligação do Exército Chileno junto ao
CAC/EUA e Assessor da Edição Hispano-Americana

Cel Sergio Luiz Goulart Duarte,
Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto ao
CAC/EUA e Assessor da Edição Brasileira

2 Manual de Campanha 3-0 Operações: O Anteprojeto do Exército

General William S. Wallace, Exército dos EUA

A edição de 2008 do Manual de Campanha do Exército 3-0, embora mais curto em tamanho que seus predecessores, apresenta os princípios fundamentais e conceitos que guiam a direção das operações do Exército em lugar de uma lista de tópicos que proporciona uma receita para o sucesso. As recentes experiências operacionais significantes da Guerra Contra o Terrorismo, especificamente as operações no Afeganistão, Iraque e Filipinas, assim como urgentes esforços de assistência seguindo os furacões Katrina e Rita, exigiram mudanças na doutrina.

9 Restaurando Esperança: A Revitalização Econômica no Iraque Segue Adiante

Paul Brinkley, Vice-Secretário de Defesa para Transformação Comercial dos EUA

Os contra-insurgentes obtêm os sucessos mais frutíferos ao ganhar o apoio popular e a legitimidade no país anfitrião, e não por matar insurgentes. A segurança tem um papel importante ao preparar o terreno para outros progressos, mas a vitória duradoura vem por meio de uma economia vibrante, participação política e esperança restaurada. Paul Brinkley fornece uma ótima atualização sobre os esforços para modernizar a economia do Iraque.

21 Unidades Especializadas de Polícia do Exército Polonês

General Boguslaw Pacek, Exército Polonês

Na atual Polônia, como na maioria dos países europeus, não há medo de agressão armada por parte de estados vizinhos. No entanto, existe o perigo evidente e presente de uma ameaça terrorista. Os atentados de 11 de Setembro contra o World Trade Center e o Pentágono são provas dessa ameaça e sinalizam uma mudança do status quo neste início do novo século. A Polónia está liderando no desenvolvimento das unidades especiais de polícia da OTAN.

26 Irlanda do Norte: Uma Metodologia Equilibrada para Anistia, Reconciliação e Reintegração

Major John Clark, Exército Britânico

Desde 1969 o Reino Unido vem tentando resolver o conflito na Irlanda do Norte por meio de anistia, reconciliação e reintegração. A pacificação dos conflitos na Irlanda do Norte proporciona valiosas lições para qualquer estudante de anistia, reconciliação e reintegração porque é um raro exemplo desses processos no contexto de uma democracia liberal ocidental. Esta discussão analisa os esforços britânicos de anistia, reconciliação e reintegração, agrupando-os como um estudo de caso para ajudar a entender como esses três conceitos funcionaram no encontro de uma solução pacífica.

41 Uma Corrida com Novas Pernas: Perspectivas Essenciais sobre o Tema da Biometria no Iraque

Andrew R. Hom

A Tecnologia Biométrica (escaneamento da retina, análise do modo de andar, reconhecimento da voz, etc.) é basicamente invasiva. Usar essa tecnologia para mapear o povo iraquiano poderia alienar aqueles dos quais afirmamos que desejamos ganhar as mentes e corações.



52 Um Fracasso Estratégico: A Política Norte-Americana de Controle das Informações no Iraque Ocupado

Dra. Cora Sol Goldstein

A ocupação americana da Alemanha (1945-1949) permanece como um exercício modelo de democratização à força. De fato, personalidades proeminentes da administração Bush, incluindo a Secretária de Estado Condoleezza Rice e o antigo Secretário de Defesa Donald Rumsfeld, compararam a experiência americana na Alemanha pós-guerra com o Iraque pós-guerra. Este artigo examina a política de controle das informações americana na Alemanha e no Iraque (2003-2006).

62 Serviços Imprescindíveis e Sangue: a Importância dos Serviços Básicos na Batalha entre Insurgentes e Contra-Insurgentes

Major Erik A. Claessen, Forças Armadas da Bélgica

Ao empregar o ativismo zakat-jihad, insurgências islâmicas têm tomado a iniciativa da linha de operações lógicas de serviços básicos e têm obtido uma posição vantajosa em suas defesas contra os contra-insurgentes. Por isso, deve-se planejar e executar atividades de contra-insurgência ao longo desta linha como operações militares deliberadas contra um inimigo capaz e determinado, e não como simples atividades que não têm oposição.

71 Mapeamento do Terreno Humano: O Crítico Primeiro Passo Para Vencer a Luta da Contra-Insurgência

*Tenente-Coronel Jack Marr, Exército dos EUA,
Major John Cushing, Exército dos EUA,
Major Brandon Garner, Exército dos EUA e
Capitão Richard Thompson, Exército dos EUA*

De acordo com a atual doutrina militar dos EUA, o caminho para a vitória numa contra-insurgência encontra-se ligado ao relacionamento com a população nativa. As experiências no Iraque e no Afeganistão, onde o povo é o centro de gravidade, levaram a este conceito doutrinário. Entretanto antes que o contra-insurgente possa ganhar os corações e mentes do povo, ele precisa tomar os passos necessários para realmente conhecê-los e entendê-los.

79 O Despertar de Anbar – O Ponto Decisivo

*Coronel Sean MacFarland, Exército dos EUA e
Major Niel Smith, Exército dos EUA*

Muitos, dentro e fora das forças militares (ainda em novembro de 2006), tinham avaliado a situação em Anbar como uma causa perdida. O “Despertar de Anbar” por parte dos líderes tribais sunitas e seus apoiadores começou em setembro de 2006 próximo a Ramadi e surgiu repentinamente. Entretanto, a mudança que levou à derrota da Al-Qaeda em Ramadi — o que alguns chamaram de “o Gettysburg do Iraque” — não foi um evento casual.

George W. Casey, Jr.
General, United States Army
Chief of Staff

Official:

JOYCE E. MORROW
Administrative Assistant to the
Secretary of the Army 0633905

Military Review – Publicada pelo CAC/EUA, Forte Leavenworth, Kansas, bimestralmente em português, espanhol e inglês. Porte pago em Leavenworth Kansas, 66048-9998, e em outras agências do correio. A correspondência deverá ser endereçada à *Military Review*, CAC, Forte Leavenworth, Kansas, 66027-1254, EUA. Telefone (913) 684-9332, ou FAX (913) 684-9328; Correio Eletrônico (E-Mail) leav-milrevweb@conus.army.mil. A *Military Review* pode também ser lida através da Internet no Website: <http://www.militaryreview.army.mil/>. Todos os artigos desta revista constam do índice do Public Affairs Information Service Inc., 11 West 40th Street, New York, NY, 10018-2693. As opiniões aqui expressas pertencem a seus respectivos autores e não ao Ministério da Defesa ou seus elementos constituintes, a não ser que a observação específica defina a autoria da opinião. A *Military Review* se reserva o direito de editar todo e qualquer material devido às limitações de seu espaço.

Military Review (Brazilian (in Portuguese)) (US ISSN 1067-0653) (USPS 009-356) is published bimonthly by the U.S. Army, Combined Arms Center (CAC), Ft. Leavenworth, KS 66027-1254. Periodical paid at Leavenworth, KS 66048, and additional mailing offices. Postmaster send address corrections to *Military Review*, CAC, 294 Grant Ave., Ft. Leavenworth, KS 66027-1254.
Military Review (Brazilian) (USPS 009-356) US ISSN 1067-0653.

MANUAL DE CAMPANHA 3-0 OPERAÇÕES

O Anteprojeto do Exército

General William S. Wallace, Exército dos EUA

O CENÁRIO ATUAL DO persistente conflito global caracterizado por ameaças complexas e descentralizadas exige que forças dos EUA sejam ágeis e capazes de desdobramento em curto prazo para executar operações imediatas, eficazes e prolongadas em qualquer parte do mundo. O Exército mantém o duradouro papel de proteger os interesses dos EUA internamente e no exterior enquanto dissuade ameaças futuras. O Exército, o poder terrestre mais proeminente do mundo, guiado por soldados e líderes versáteis operando à sombra de uma doutrina sólida, corajosamente aceita esse papel. Tradicionalmente, a doutrina do Exército esforçava-se em prover uma metodologia de “como fazer” para a execução de operações. Os conflitos de hoje exigem uma metodologia mais flexível e progressiva com referência a operações ao invés dos cenários altamente previsíveis da Guerra Fria. Com esse ponto em mente, a doutrina atual do Exército discute seus princípios mestres enquanto enfatiza a “forma de pensar” sobre as operações, guiando desse modo as nossas forças.

A edição de 2008 do Manual de Campanha do Exército (*U.S. Field Manual — FM*) 3-0, embora mais curto em tamanho que seus predecessores, apresenta os princípios fundamentais e conceitos que guiam a direção das operações do Exército em lugar de uma lista de tópicos que proporciona uma receita para o sucesso. As recentes experiências operacionais significantes da Guerra Contra o Terrorismo, especificamente as operações no Afeganistão, Iraque e Filipinas, assim como urgentes esforços de assistência seguindo os furacões Katrina e Rita, exigiram mudanças na doutrina. O desenvolvimento dessa versão do FM 3-0 data de 2005 com uma série de documentos abrangendo uma ação unificada, a arquitetura das funções de travar a guerra, a seqüência contínua das operações e o conceito operacional do Exército. Os pensamentos coletivos que se integraram e resultaram desses documentos serviram como a fundação estrutural para codificar os conceitos-chave do manual. Os documentos relacionados ao FM 3-0 foram revisados para uma ampla audiência de mais de 200 organizações, grupos da mídia e indivíduos com interesse no assunto. As organizações de grande escala incluíam o Estado-Maior do Exército; comandos do Exército; comandos do Exército integrantes de comandos combatentes; quartéis-generais no nível de Corpo do Exército e divisão; unidades de adestramento e pessoal do Comando de Treinamento e Doutrina (TRADOC), assim como centros de doutrina da Força Aérea, do Corpo de Fuzileiros Navais e da Marinha. A discussão criada por esses documentos levou a um esboço do resumo do conteúdo que serviu como um guia para o desenvolvimento geral dos temas, conceitos e estrutura dos capítulos do manual de campanha.

O General William S. Wallace, Exército dos EUA, é Comandante do Comando de Adestramento e Doutrina do Exército dos EUA. Assumiu esse cargo depois de haver servido como Comandante do Centro de Armas Combinadas no Forte Leavenworth, Kansas. É graduado pela Academia Militar dos EUA e possui o título de Mestrado em análise de operações e outro em relações internacionais e assuntos de segurança nacional.

O Diretorado de Doutrina de Armas Combinadas foi anfitrião de três conselhos oficiais no nível “coronel combatente” num esforço de sintetizar e integrar os mais de 4.000 comentários de uma grande variedade de participantes no campo durante os três esboços do manual para incorporar tantos conhecimentos, pensamentos e experiências operacionais correntes quanto possíveis. As reuniões proporcionaram um foro distinto para estimular debate, ganhar consenso e resolver os comentários críticos e importantes das agências antes de uma conferência dos conceitos e doutrina ser patrocinada pelo comandante do TRADOC.

A mais recente versão do FM 3-0 é de natureza evolutiva, incorporando idéias de uma nova doutrina combinada enquanto retém valiosos elementos da doutrina do Exército que passaram a prova do tempo. Contudo, a nova doutrina é revolucionária com respeito a seu ímpeto para impulsionar mudanças. O FM 3-0 provê propósito e direção para a transformação do Exército e a aplicação de força em ambientes

operacionais complexos. A edição atual do FM 3-0 reflete o pensamento do Exército numa era de conflito persistente. A doutrina reconhece que força militar sozinha não resolverá esse tipo de conflito. O poder terrestre dominante, ainda que vital para operações representa somente um elemento do poder nacional. De acordo com esta compreensão e raciocínio, a doutrina do Exército agora estabelece uma prioridade para as operações de estabilidade e apoio civil num mesmo nível das operações ofensivas e defensivas.

Como foi aprendido nas operações que ocorreram depois da “corrida do trovão” para Bagdá, o conflito atual exige um forte elemento humano nas operações executadas em meio à população iraquiana. Os soldados freqüentemente enfrentam o desafio ético de engajar o inimigo entre os não combatentes, com poucos indícios para distinguir um do outro mesmo depois do combate iniciar. Esta versão do FM 3-0 descreve as operações de estabilidade em termos de tarefas de nível tático, semelhante às tarefas de estabilidade, aplicáveis a todos os níveis do

Departamento do Defesa, SGT KEVIN J. GRUENWALD, USAF



Um helicóptero UH-60 Black Hawk do Exército dos EUA, designado a 4ª Divisão de Infantaria, voa em direção do Estádio Louisiana Superdome em Nova Orleans, Lousiana. O estádio está sendo usado como uma área central de preparação e deslocamento para milhares de residentes desalojados de Nova Orleans que foram afetados pelas inundações e devastação do furacão Katrina.

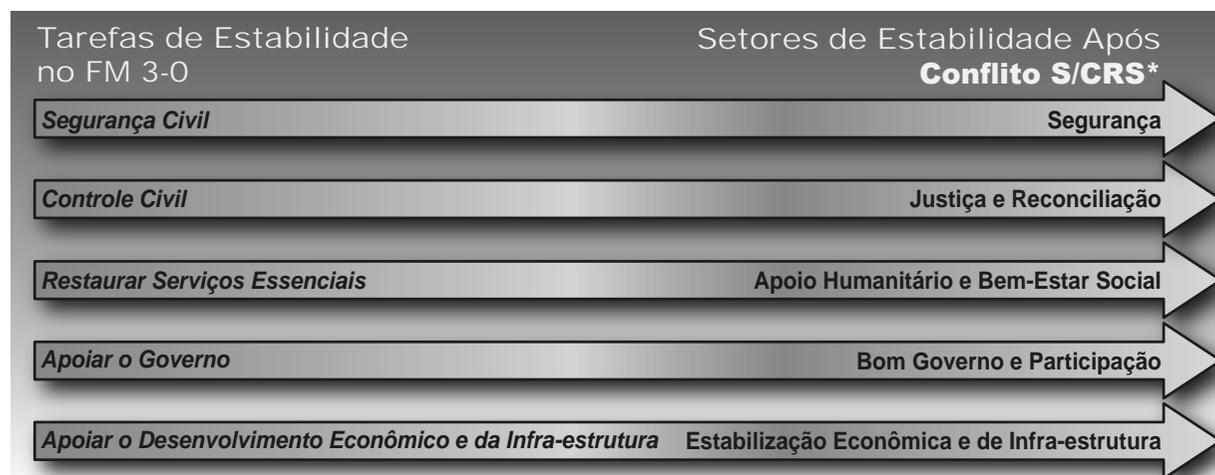
Exército desdobrados no exterior. As operações de apoio civil também se definem em tarefas de nível tático, semelhantes às tarefas de estabilidade, mas conduzidas num ambiente operacional muito distinto, ou seja, nos EUA e seus territórios. As forças do Exército têm um dever legal e moral para com a população, ressaltando que o conceito de ganhar batalhas e engajamentos são importantes, mas que a paz estável é o resultado de uma gestão minuciosa da situação civil. O FM 3-0 enfatiza a importância da cooperação interagência e estabelece uma correlação entre as tarefas de estabilidade entre o Exército e os setores técnicos de construção e estabilização pós-conflito do Departamento de Estado. (Veja Figura 1.)

O conceito operacional do Exército — as operações de espectro total — exige combinações simultâneas contínuas de tarefas ofensivas, defensivas e de estabilidade ou apoio civil. Na versão anterior do FM 3-0 *Operations*, o conceito operacional do Exército não foi diretamente discutido. Todavia nosso conhecimento do ambiente operacional evoluiu suficientemente para que hoje em dia cabe a nós declarar, sem dúvida alguma, o nosso conceito operacional. Esse conceito operacional se encontra no coração da doutrina do Exército. O conceito operacional se enquadra na maneira que as forças do Exército exercem a iniciativa e aceitam riscos prudentemente com a atenção fixa em criar oportunidades para obter resultados decisivos. Os comandantes obtêm esses resultados mediante uma

efetiva combinação de equilíbrio das operações ofensivas, defensivas e de estabilidade em todas as dimensões de sua área de operações. O conceito também enfatiza o papel do comandante nas operações, ligando o comando combatente à arte operacional por meio do incentivo à experiência, ao conhecimento e à intuição.

Operações de Espectro Total — o Conceito Operacional do Exército

O surgimento das operações de espectro total impulsionou as mudanças-chave na doutrina fundamental. O Exército estabeleceu as operações de espectro total no FM 3-0 (de 2001), afastando-se radicalmente do “sim ou não” da visão de guerra e de operações onde não ocorriam guerras para uma doutrina que enfatizava a convergência de ações não letais com ações de combate. No FM 3-0 (2001) as operações de estabilidade são classificadas como “outras” missões combinadas declaradas em um contexto do Exército. Com reconhecimento a isso, a execução de operações de espectro total — operações ofensivas, defensivas e de estabilidade ou de apoio civil simultâneas — é o tema principal do manual do ano 2008. As operações de estabilidade e de apoio civil são mais que “operações militares sem guerra”, pois são derivadas do conceito combinado que caracterizam as operações “sem combate” da década passada. As forças do Exército devem entender a capacidade produzida



*S/CRS – Coordenador de Reconstrução e Estabilização do Departamento de Estado

Figura 1. As Tarefas de Estabilidade

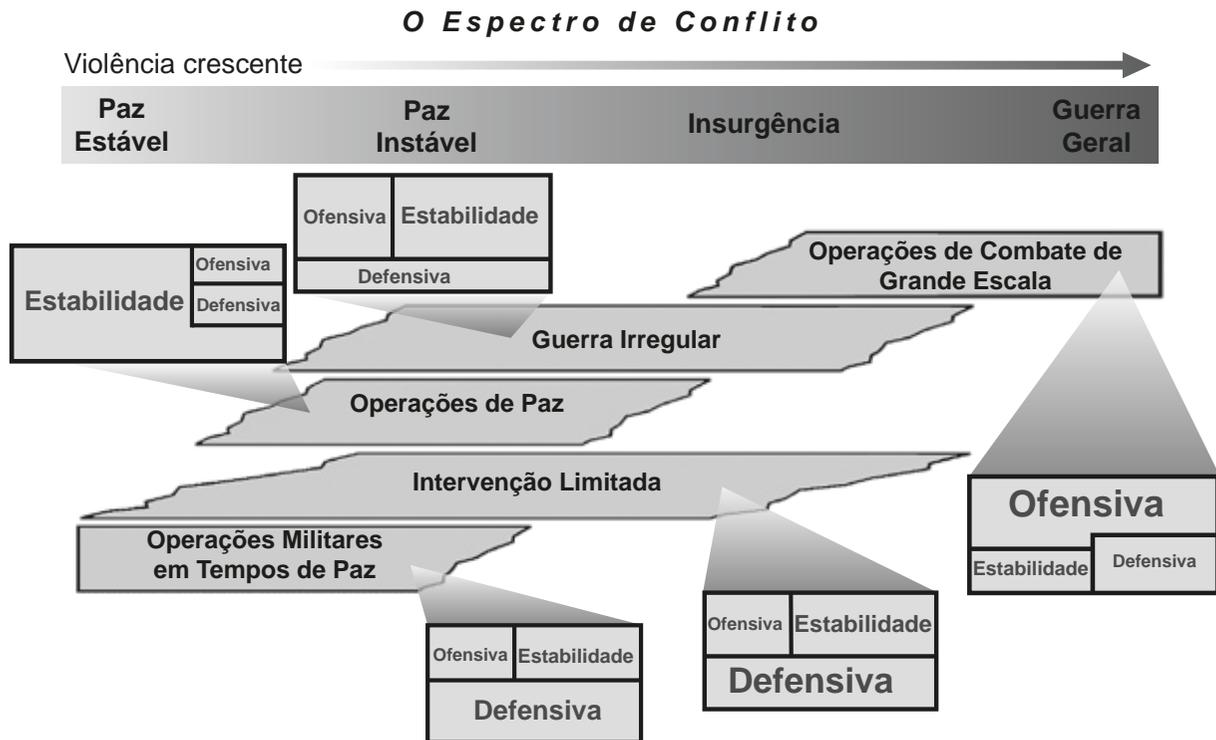


Figura 2. O Espectro de Conflito

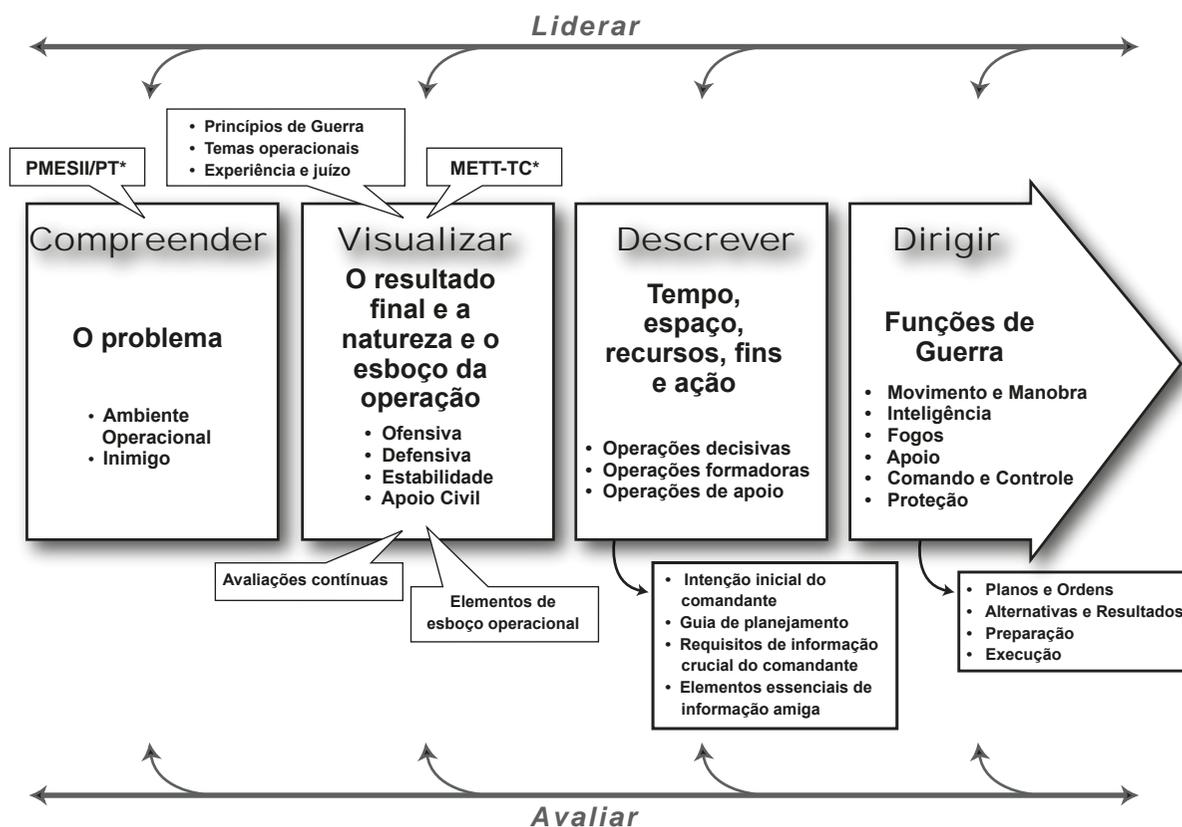
pela combinação de tarefas ofensivas e defensivas enquanto tratam simultaneamente com a situação civil. A característica destas tarefas, a estabilidade e o apoio civil evoluíram de ações especializadas secundárias em um elemento central de operações de espectro total de mesma importância que as operações ofensivas e defensivas. A natureza e a complexidade da missão são os fatores determinantes da valorização e da combinação apropriada das tarefas (Veja figura 2.)

O ambiente operacional se caracteriza pela incerteza, caos e fricção. Nesse ambiente, uma atitude ofensiva — a predileção de tomar, reter e explorar a iniciativa para mudar a situação favoravelmente — faz o poder de combate decisivo. A elevada qualidade dos líderes e soldados do Exército é melhor utilizada ao permitir aos subordinados a máxima liberdade de ação no exercício de iniciativas de individuais e de pequenas unidades. O adestramento rígido e realista prepara os líderes para esse papel, e o FM 3-0 aconselha a dar-lhes a máxima flexibilidade para cumprir a missão com sucesso. Esse esforço exige um ambiente de confiança mútua entre oficiais superiores e soldados. Também exige que líderes em todos os níveis pensem e atuem

com flexibilidade, constantemente adaptando-se às novas situações. Nesse ambiente difícil, os comandantes têm de se valer do treinamento, conhecimento, experiência e discernimento. Essa versão do FM 3-0 estabelece a vinculação entre o comando de batalha e a arte operacional, provendo um modelo integrado para a aplicação criativa de experiências, conhecimento e intuição do comandante em operações de espectro total. (Veja Figura 3.)

O Departamento de Defesa está preparado para realizar as operações de estabilidade — uma missão central das Forças Armadas dos EUA. Estas operações receberão prioridade comparável com as de combate e serão incluídas e integradas em todas as atividades do Departamento de Defesa, incluindo a doutrina, organização, adestramento, educação, exercícios, materiais, liderança pessoal, instalações e planejamento.

—Diretriz 3000.05 do Departamento de Defesa



*PMESII/PT - político, militar, econômico, social, informação e infra-estrutura / ambiente físico e tempo

*METT-TC - missão, inimigo, terreno e condições meteorológicas, tropas e apoio disponíveis, tempo disponível e considerações civis

Figura 3. Comando de Batalha e Arte Operacional

O FM 3-0 reconhece que o propósito fundamental do Exército continua sendo a dissuasão. Caso esta falhe, o Exército lutará como parte de uma equipe conjunta e interdependente para vencer decididamente as guerras da Nação. Os EUA estão em combate num conflito persistente contra um inimigo que se comprometeu a derrotar a nação e destruir sua sociedade livre. Esse conflito será lutado num ambiente complexo, multidimensional e que tem raízes firmes na dimensão humana. Esse é um tipo de conflito que não se pode vencer somente com o uso de forças militares e exige a cooperação e coordenação próxima com esforços militares, diplomáticos, econômicos e de informações. Devido à natureza do conflito, não obstante, o poder terrestre será o elemento mais importante do esforço militar e essencial para a obtenção da vitória. O FM 3-0 considera a natureza dos inimigos atuais assim como uma ampla variedade de outras ameaças possíveis. Contém a doutrina para todo o Exército, uma organização que busca nada menos do que a

vitória para os Estados Unidos, seus amigos e aliados — agora e no futuro.

O impacto do ambiente de informações em operações continua a crescer. O que o Exército faz para obter vantagens em todas as partes do mundo nesse ambiente — a superioridade de informações — tem um grande efeito nos resultados de cada operação. Por conseqüência, o FM 3-0 revisou a forma na qual o Exército considera as operações de informações e as responsabilidades do estado em suas tarefas relacionadas ao assunto. Na atual era da tecnologia informacional incrementada e o comércio global interconectado aumenta-se de maneira exponencial o efeito do ambiente das informações em nossas operações. O inimigo paciente, adepto e seguro trava uma luta intensa no campo das informações e no domínio físico. Para as forças dos EUA, a realidade das mensagens emitidas no campo precisa ser consistente com as ações dos soldados. O conceito de engajamento de informações engloba a interação vertical e horizontal dos

comandantes e soldados que operam no meio da população. O engajamento de informações tem como intenção a vinculação dessas mensagens, apresentando-se uma metodologia integrada, para proporcionar informações às forças norte-americanas e audiências amigas ao mesmo tempo em que influencia audiências neutras ou inimigas. O engajamento de informações é uma tarefa proeminente na luta para se obter superioridade informacional. Sincronizar os componentes de engajamento de informações com a operação geral assegura um nível de consistência. Comandantes devem empregar o engajamento de informações em suas áreas de operações para fortalecer a confiança, comunicar suas mensagens, promover o apoio às operações do Exército e influenciar as percepções locais.

As “funções da guerra” substituem os sistemas operativos do campo de batalha, se alinham com as funções conjuntas e correm paralelas com as funções de guerra do Corpo de Fuzileiros Navais. Líderes de todos os níveis devem aderir-se a uma atitude ofensiva para criar oportunidades e mudar a situação em seu favor, criando desse modo resultados decisivos. O poder de combate é essencial; no entanto,

comandantes flexíveis e criativos impulsionados por um espírito ofensivo aplicam os elementos do poder de combate por meio das funções de guerra usando liderança e informação — tornando decisivo o poder de combate. (Veja Figura 4.)

FM 3-0 apresenta a direção de doutrina geral para a execução das operações. Estabelece a base para o desenvolvimento de outros princípios e táticas, métodos e processos detalhados em manuais de campanha subordinados. Também proporciona direção operacional a comandantes e adestradores em todos os níveis e forma a base dos programas de estudo do sistema educativo do Exército. Os oito capítulos que constituem essa edição de *Operations* representam o ponto de vista do Exército com respeito à maneira pela qual realiza operações terrestres imediatas e prolongadas, conforme discriminado a seguir:

- o Capítulo 1 estabelece o contexto das operações terrestres em termos de um ambiente global de conflito persistente, o ambiente operacional e a ação unificada. Discute as capacidades das forças expedicionárias e de campanha do Exército enquanto enfatiza que são os soldados que cumprem a missão;



Os oito elementos do poder de combate incluem as seis funções de guerra — movimento e manobra, inteligência, fogos, apoio, comando e controle, proteção — multiplicadas pela liderança e complementadas pelas informações.

Figura 4. Os elementos do poder de combate

As forças do Exército **simultaneamente** combinam as operações ofensivas, defensivas e de estabilidade ou de apoio civil como parte de uma força combinada e interdependente para tomar, reter e explorar a iniciativa, aceitando os riscos prudentes para criar oportunidades para a obtenção de resultados decisivos.

Empregam a ação sincronizada — letal e não letal — proporcional à missão e informada pelo conhecimento completo de todas as dimensões do ambiente operacional.

O comando da missão que expressa a intenção e uma compreensão de todos os aspectos da situação guia o emprego flexível das forças do Exército.

- o Capítulo 2 descreve um espectro de conflitos que se estende desde a paz estável à guerra geral. Baseado nesse espectro, estabelece cinco temas operativos nos quais estão incluídas várias operações conjuntas. Copiando muito da doutrina emergente da OTAN, esse capítulo ajuda os líderes a entenderem como as operações diversas como as de manutenção da paz e as de contra-insurgência se ajustam e impulsionam a doutrina apoiadora;

- o Capítulo 3 é o mais importante do manual, descrevendo o conceito operacional do Exército — as operações de espectro total. Essas operações tomam, retêm e exploram a iniciativa por meio da combinação de quatro elementos: operações ofensivas, defensivas, de estabilidade ou de apoio civil. O comando da missão é o método preferido para exercer o comando em combate;

- o Capítulo 4 aborda o tema do poder de combate, as medidas com as quais o Exército executa as operações de espectro total. Substitui os antigos sistemas operativos do campo de batalha e outros elementos de poder de combate com seis funções de guerra enquadradas pela liderança e o emprego de informações. As capacidades de armas combinadas e o apoio mútuo são as recompensas;

- o Capítulo 5 faz uma revisão dos princípios de comando e controle, e como esses afetam o processo de operações — planejar, preparar, executar e avaliar. A ênfase dada é para os comandantes e para o papel central que tomam no comando da batalha. Os comandantes compreendem, visualizam, descrevem, dirigem, lideram e avaliam continuamente;

- o Capítulo 6 discute a arte operacional, oferecendo aos comandantes uma ponte entre a teoria e a prática militar;

- o Capítulo 7 aborda a superioridade informacional, em particular as operações de informações. Essas operações se dividem em cinco tarefas de informações do Exército, com a responsabilidade redistribuída em distintas células funcionais no nível de estado-maior, contudo com vínculos permanentes no processo de operações; e

- o Capítulo 8 discute os aspectos do alcance estratégico e operacional, e como esses afetam o desdobramento e emprego das forças do Exército. Esse capítulo enfatiza a metodologia que o Exército emprega para tirar proveito das qualidades das forças expedicionárias e de campanha para rapidamente desdobrar tropas pelo mundo inteiro em qualquer ambiente operacional.

Quatro apêndices complementam o corpo desse manual. Os princípios de guerra e operações se encontram no apêndice A, as relações de comando e apoio no apêndice B, uma breve descrição da força modular no apêndice C e uma discussão do propósito da doutrina no Exército se encontra no apêndice D. Esse último inclui um resumo, capítulo por capítulo, das mudanças importantes nessa versão do FM 3-0. Também inclui tabelas que indicam termos novos, retirados e modificados nesse manual.

Essa versão do FM 3-0 proporciona um anteprojeto para o futuro e reconhece completamente que os soldados são o ponto central e a base do Exército. Eles são a força proeminente no mundo. Em todos os níveis, soldados tenazes, bem adestrados e bem equipados vivem o etos do guerreiro. São soldados — definidos pelo seu valor, devoção ao dever e compromisso entre si e aos EUA — que executam o espectro total de operações.**MR**

Restaurando Esperança

A Revitalização Econômica no Iraque Segue Adiante

Paul Brinkley, Vice-Secretário de Defesa para Transformação Comercial dos EUA

Os contra-insurgentes obtêm os sucessos mais frutíferos ao ganhar o apoio popular e a legitimidade no país anfitrião, e não por matar insurgentes. A segurança tem um papel importante ao preparar o terreno para outros progressos, mas a vitória duradoura vem por meio de uma economia vibrante, participação política e esperança restaurada.

—Manual de Campanha dos EUA 3-24, *Counterinsurgency*¹

UM DOS FATORES cruciais na estratégia de contra-insurgência que está demonstrando um progresso antecipado, porém moderado com relação ao aumento da segurança no Iraque é a preparação juntamente com a rápida aplicação do desenvolvimento econômico conforme a segurança melhora.

Como foi discutido anteriormente na primeira parte desta série sobre a revitalização da situação econômica iraquiana intitulada “Razões para Esperança: A Revitalização Econômica do Iraque” (*Military Review*, Edição Brasileira de novembro/dezembro 2007), os desafios nos esforços para equilibrar e pôr em prática a especialização econômica, investimentos e outros incentivos para estimular a economia iraquiana têm sido numerosos, variando desde a formulação de políticas ao desenvolvimento de estratégia e táticas.

Antes de 1991, o Iraque era um dos estados árabes mais industrializados com uma base considerável de operações industriais numa ampla gama de setores e uma força de trabalho civil altamente especializada. De 1991

Paul A. Brinkley é Vice-Secretário de Defesa para Inovações Comerciais. Em junho de 2006, foi designado pelo Vice-Secretário de Defesa para liderar a Força-Tarefa para Operações de Negócios e Estabilidade no Iraque. O Sr. Brinkley possui o título de Bacharel e o de Mestre em Engenharia Industrial pela Universidade de Texas A&M, tendo já completado trabalhos para o Doutorado em pesquisa operacional pela Universidade do Estado da Carolina do Norte. Também possui quatro patentes para as tecnologias de sistemas e procedimentos. Ele foi alto executivo em várias empresas internacionais bem-sucedidas antes de se unir ao Departamento de Defesa em 2004.

FOTO: Uma técnica responsável pela garantia de qualidade na Companhia Estatal de Medicamentos e Suprimentos Médicos em Ninawah, Iraque.

(Cortesia do autor)

a 2003, a indústria no Iraque era estritamente concentrada na produção interna para atender sua demanda doméstica — sanções das Nações Unidas impediam a exportação de bens e o engajamento econômico internacional, embora algumas áreas permanecessem relativamente atualizadas por meio de investimentos na modernização de equipamentos.

Seguindo o colapso do regime em 2003, a força de trabalho iraquiana sofreu grandes dificuldades econômicas com desemprego e sub-ocupação excedendo 50%.² Essas condições contribuíram diretamente para que os insurgentes angariassem simpatia e violência motivada pela situação econômica. A Força-Tarefa para Operações de Negócios e Estabilidade no Iraque (*TFBSO* - sigla em inglês) foi estabelecida em 2006 pelo Vice-Secretário de Defesa Gordon England no ano de 2006 com a finalidade de possibilitar a revitalização e a transição da economia industrial no Iraque. O que se segue é um relatório de situação sobre este esforço de revitalização e a transição em processo da economia industrial do Iraque para um estado de mercado livre que é integrado com infra-estruturas de financiamento global, abastecimento e comércio.

TFBSO e a Missão Econômica Geral no Iraque

Na base de cada objetivo estratégico da força-tarefa está o princípio central que é baseado no tamanho e escopo da presença dos EUA no Iraque.

No ano civil de 2007, o Iraque tinha um produto interno bruto (PIB) estimado em US\$ 55 bilhões.³ O custo atual do Departamento de Defesa (*DOD* - sigla em inglês) para manter operações no Iraque é aproximadamente US\$ 10 bilhões por mês.⁴ A maior parte deste custo é dedicado para manter a presença de nossas forças militares e a força de trabalho civil, incluindo assim não somente o custo direto de operações militares, mas também todas outras atividades, desde alojamento até alimentação e segurança no âmbito local.

Considerando o gasto do governo norte-americano como uma fonte de mercado resultou no apoio da estratégia de desenvolvimento econômico da *TFBSO* no Iraque. Gastando os fundos de uma maneira prudente com atenção no desenvolvimento econômico local e ao mesmo tempo assegurando que nossas forças estejam equipadas com o melhor material bélico possível, tem-se mudado fundamentalmente a forma que o *DOD* considera a reconstrução econômica e tem-se levado ao desenvolvimento de novas metodologias com respeito aos esforços de estabilização pós-conflito.

A revitalização econômica no Iraque tem requerido um conceito operacional de interagência que aproveita os pontos fortes coletivos das várias agências do governo norte-americano no Iraque. A estrutura geral ilustrada na figura 1 representa o modelo operativo de interagência que emergiu em direção ao desenvolvimento econômico iraquiano.



* Os fundos do Programa de Ajuda Econômica dos Comandantes Militares dos EUA são designados principalmente no nível local, com uma parte dos investimentos feitos para melhorar a capacidade industrial.

Figura 1. Modelo de participação interagencial

Embora os limites do modelo não sejam firmes, essa estrutura geral fomentou um sentido de colaboração entre as entidades governamentais dos EUA. Com esta estrutura básica definida e consentida, a *TFBSO* consolidou mais as suas áreas de prioridade.

A Estrutura para uma Economia Industrial

Desde seus primórdios, a Força-Tarefa para Operações de Negócios e Estabilidade no Iraque têm operado com uma ampla série de áreas de prioridade, cada uma com uma equipe dedicada de líderes do Governo dos EUA e de negócios engajados em todas as áreas do país, e que têm colaborado firmemente com a Força Multinacional do Iraque (*MNF-I* — sigla em inglês) e seus comandos subordinados. Embora grande parte do conhecimento público da força-tarefa tenha se concentrado em capacitar e automatizar uma relação de contratos diretos com companhias iraquianas e reinstaurar as grandes empresas estatais inativas e fechadas desde 2003, essas duas principais áreas de enfoque produziram uma aumentada ênfase no desenvolvimento econômico para cada nível importante de uma moderna situação econômica industrial.

Uma situação econômica industrial deve ter os seguintes elementos-chave:

- um sistema nacional de comunicações de fibra ótica com uma correspondente capacidade de acesso local sem fio para permitir o processamento de transações automáticas assim como amplo acesso à informação via internet;
- um setor bancário e uma infra-estrutura financeira capaz de um gerenciamento financeiro



Figura 2. Modelo operacional da força-tarefa

automatizado, de transações financeiras de grande escala entre bancos até transações financeiras pessoais;

- operações industriais ativas por todos os setores identificados como sendo competitivamente vantajosas para ações econômicas ou estratégicas;
- atividade empresarial de pequenos negócios e do setor privado para estimular o índice de empregos no futuro; e
- investimentos nos processos do setor privado para encorajar o influxo de capital privado para facilitar o crescimento de negócios.

Estes elementos-chave são destacados no modelo operacional da *TFBSO* na figura 2.

Uma Análise das Áreas de Prioridade da Força-Tarefa

O progresso e o estado atual dos elementos-chave da economia no Iraque apresentam uma imagem otimista no caminho para o futuro.

Infra-estrutura de comunicações. Para integrar a indústria do Iraque com sucesso à

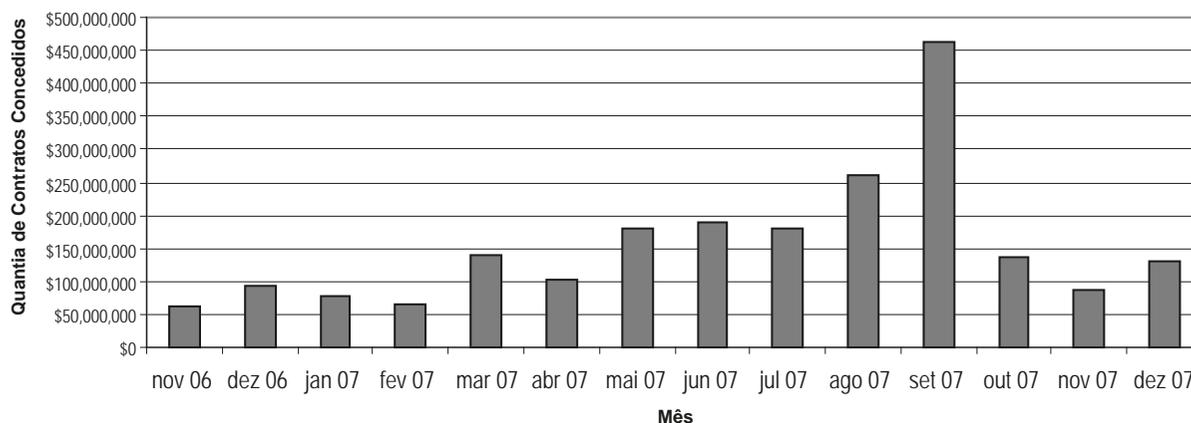
economia global é importante ter disponível um sistema básico de comunicações de fibras óticas com as principais redes que sejam robustas, financeiramente competitivas e com conexões às infra-estruturas de fio e sem fio. Em parceria com o Comando de Comunicações e Serviços de Informação, a Agência de Serviço de Informações do Departamento de Defesa (*DISA* - sigla em inglês) e o assessor de telecomunicações da Embaixada dos EUA em Bagdá, o *TFBSO* colocou em efeito muitas iniciativas para estimular a criação de tal infra-estrutura de rede de comunicações.

Para incentivar as companhias do setor público e privado a desenvolverem a infra-estrutura de comunicações de fibras óticas no Iraque, o Departamento de Defesa permitiu o uso de sua ampla banda larga para o tráfego de comunicações não seguras. A partir do ano 2007, todas as comunicações não seguras do Departamento de Defesa foram transmitidas por meio de satélites — o meio mais caro de comunicação de banda larga. Devido à carência de uma necessária infra-estrutura de rede de comunicações terrestres de baixo custo, e na ausência de alternativas, chegou a ser comum no Iraque o caro uso das redes cibernéticas e de telecomunicações baseadas em satélites. A *TFBSO*, juntamente com a *DISA*, estão em processo para contratar companhias de telecomunicações públicas e privadas no Iraque para comprar banda larga — encorajando essas companhias a estruturar

redes de comunicação. À medida que estas redes terrestres se desenvolvem, as companhias do setor privado, como atividades bancárias e transações industriais, podem deixar de usar as comunicações via satélite.

O estado da infra-estrutura de comunicação. O primeiro passo nesse esforço crítico foi o estabelecimento da capacidade de uma rede de comunicação de fibra ótica ligando Bagdá, Basra e a Cidade do Kuwait, iniciando a união com a infra-estrutura física central da internet global. Este projeto posto em efeito em janeiro de 2007 continua em vigor, embora tenha havido atrasos resultantes dos fracassos nos testes dos interruptores automáticos dentro dessa primeira conexão administrada pela Companhia de Telecomunicações e Correio do Iraque (*ITCP* - sigla em inglês), empresa estatal iraquiana de telecomunicações. À medida que esse primeiro circuito se tornar ativo, conexões subseqüentes ao norte passando por Mosul e ao oeste por Al-Qaim serão prosseguidas com conexões necessárias aos principais centros industriais, incluindo Irbil, Sulymania e Najaf.

Embora estes esforços para motivar a construção de redes terrestres de comunicação continuem, o Governo do Iraque executou a venda pública no setor privado do *Global System for Mobile (GSM* - sigla em inglês) de licenças para celulares de comunicação no âmbito nacional durante o verão de 2007. Essa venda pública de licenças, que supostamente geraria mais de US\$ 400 milhões em renda total para



Nota: O máximo apogeu dos gastos em setembro junto com uma redução subseqüente dos mesmos em outubro e novembro se alinha com o padrão dos gastos no final do ano para contratos concedidos

Figura 3. Impacto de contratos na nação anfitriã.

o Governo do Iraque, foi um espantoso sucesso financeiro para o país. Três licenças geraram US\$ 3 bilhões em renda para os investidores regionais no Governo do Iraque. Estas três licenças tinham sido concedidas e a consolidação de redes de comunicações dentro do Iraque foi iniciada. Serviços de informática móveis e modernos estão sendo oferecidos como resultado dos investimentos na nova infra-estrutura e a aquisição de telefones celulares no Iraque aumentou 50% desde o verão de 2007, agora com mais de 12 milhões de assinantes ativos.

Estímulo econômico direto por meio de contratos. Em apoio ao comandante do Comando Conjunto de Contratos no Iraque/Afeganistão (*JCC I/A* - sigla em inglês), General Darryl Scott da Força Aérea dos EUA, a força-tarefa coordenou mudanças na política, unificando o controle operacional de contratos na área de operações do Iraque sob a jurisdição do *JCC I/A*. As mudanças incluíram pôr em serviço um sistema para automatizar as operações contratantes de uma forma que fosse útil para as empresas no Iraque e também para os recursos de comando que realizavam esforços para assegurar que as companhias ganhassem acesso aos contratos do Departamento de Defesa. Esse novo sistema de informação, o Comando Conjunto de Contratos, foi posto em operação em setembro de 2006 e agora mesmo opera com mais de 1.000 usuários ativos por toda a comunidade contratante do *DOD* no Iraque e Afeganistão. Proporciona uma base de dados para companhias iraquianas e afegãs, informando sobre suas capacidades, contratos concedidos anteriormente e desempenho de contratos.

Estímulo econômico direto por meio do estado de contratos. O programa *Iraqi First* (Iraque Primeiro) do *JCC I/A* (o qual exige que contratos do *DOD* sejam dados a empresas iraquianas sempre que possível) tem sido extremamente proveitoso. Nos últimos 18 meses, mais de 3.900 negócios privados iraquianos foram registrados e receberam contratos dos EUA num valor mensal que excede US\$ 100 milhões. Esses contratos variam desde projetos de construção até a produção de bens materiais e serviços profissionais entre vários setores. Esse estímulo direto produziu a oferta de mais de 100.000 empregos pelo país. A figura

3 mostra a quantidade de fundos concedidos por contratos desde a concepção e o lançamento do programa em outono de 2006.

Infra-estrutura financeira e a atividade bancária privada. Uma questão central no desenvolvimento da situação econômica moderna no Iraque tem sido a falta de um setor bancário moderno bem regulado. Antes de 2003, a atividade bancária iraquiana era dominada por poucas instituições financeiras nacionais de grande estatura que estavam proibidas de realizar transações financeiras internacionais devido às sanções econômicas impostas pelas Nações Unidas. Apesar das negociações efetuadas desde 2003 sobre acordos de pagamento de dívidas com nações credoras, estes grandes bancos nacionais, todavia não foram modernizados porque a automatização e a vinculação às redes financeiras globais possibilitaria que os seus bens fossem confiscados por nações credoras.

Nos últimos anos, contudo, um significativo número de bancos privados abriu filiais no Iraque, muitos com vínculos à rede global financeira por meio de acesso a satélites que permite transferências de fundos eletrônicas (*EFT* - sigla em inglês) (figura 4). A expansão e crescimento dessas instituições financeiras privadas dotadas de capacidade de *EFTs* são importantes para estimular o prolongado desenvolvimento econômico e fazer a transição do Iraque de um sistema de uma sociedade baseada em comércio em dinheiro vivo para uma economia moderna.

Infra-estrutura financeira e o estado da atividade comercial bancária privada. Colaborando em estreita parceria com o Ministério da Fazenda e o *JCC I/A*, a *TFBSO*, no outono de 2007, iniciou um esforço para estimular e desenvolver o setor bancário privado no Iraque. Esse esforço incluía a construção de um consórcio de bancos privados iraquianos. Um dos objetivos do consórcio era o de instituir uma infra-estrutura financeira cooperativa entre os diversos bancos privados para facilitar pagamentos e transações de transferência financeira. O modelo operativo desse serviço cooperativo foi definido e concordado pelo consórcio de janeiro de 2008. O próximo objetivo-chave é o estabelecimento da Associação de Pagamentos Iraquiana, uma entidade normativa para a realização de



Figura 4. Zonas geográficas onde há sucursais de bancos privados com a capacidade de EFT.

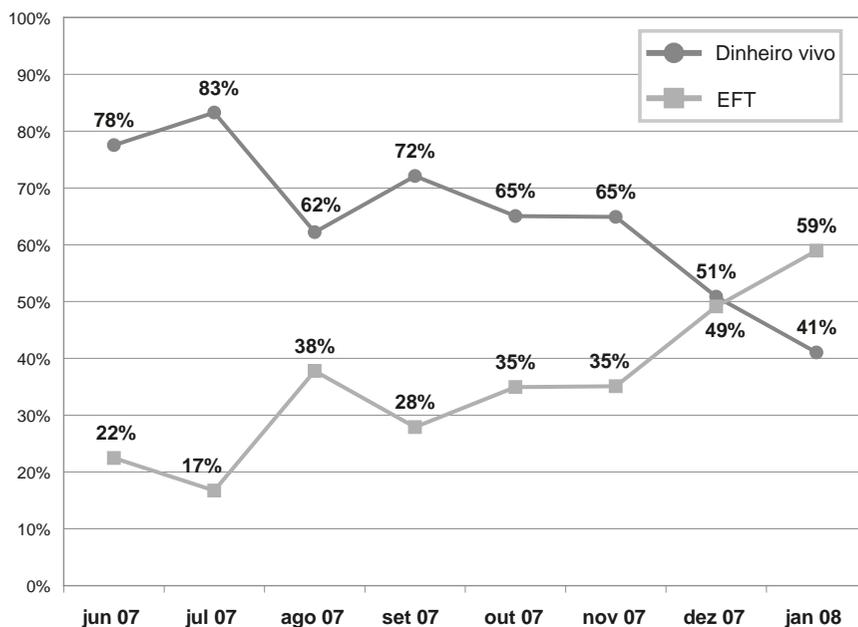


Figura 5. Taxa de empresas que adotaram a EFT.

transações financeiras, responsável e sob a supervisão do Banco Central do Iraque. O estabelecimento dessa entidade está planejado para o verão de 2008.

Para estimular diretamente a rápida capitalização e expansão do setor bancário, e também estimular a mudança de uma economia estritamente baseada em dinheiro vivo para uma de *EFTs* e de gerenciamento moderno foram tomados passos mais uma vez para ampliar as despesas do Departamento de Defesa como um incentivo do mercado. Sob uma política que entrou em vigor em novembro de 2007 e considerada como o próximo passo no programa Iraque Primeiro, as empresas no Iraque que estão recebendo novos contratos dos EUA são requeridas a abrir suas contas bancárias nos bancos privados capacitados a processar transferências eletrônicas de fundos e que receberão todos os pagamentos do Departamento de Defesa. O impacto desse requerimento tem sido imediato e perceptível, conforme demonstrado na figura 5.

Conforme o gráfico indica, já em janeiro de 2008, quase 60% dos pagamentos

para as firmas iraquianas foram processados eletronicamente ao invés de pagamentos em dinheiro vivo. Os benefícios dessa transição incluem a redução nos custos de pagamentos e eficiência aprimorada para o *DOD*, a migração de mais de 3.000 negócios iraquianos privados para práticas bancárias modernas e a eliminação de pagamentos em dinheiro vivo e seus possíveis riscos de corrupção e assaltos violentos. Mais de US\$ 100 milhões por mês entre fornecedores e o Departamento de Defesa agora estão qualificados para pagamentos eletrônicos. Esse fluxo de capital por meio de bancos privados melhorará a sua capitalização, permitindo que essas críticas instituições financeiras comecem suas próprias práticas de investimento privado no nível local, estimulando ainda mais o desenvolvimento econômico.

Revitalização industrial. Conforme foi descrito em profundidade no artigo “Razões para Esperança” (na edição brasileira de novembro/dezembro 2007 da *Military Review*) a principal área de prioridade para a Força-Tarefa para Operações de Negócios e Estabilidade no Iraque era recomendar a base industrial do Iraque, que na maior parte era inativa ou operava com uma pequena porcentagem de sua capacidade desde 2003. A Força-Tarefa para Operações de Negócios e Estabilidade no Iraque colocou uma equipe de líderes empresariais, contadores e assessores com experiência, avaliando as maiores áreas industriais no país, como demonstrado na figura 6.

O esforço do recomeço inicialmente enfrentou dificuldades como a falta de fundos apropriados para pequenos investimentos de capital para peças sobressalentes, adestramento e outros requisitos necessários para capacitar a produção em fábricas que estavam inativas por anos. Entre novembro de 2006 e setembro de 2007, 17 fábricas cobrindo uma variedade de setores industriais reiniciaram suas atividades no Iraque. Essas operações foram realizadas pela direta aplicação de demanda dos EUA ou contratos governamentais do Iraque para bens e serviços, ou ainda por meio de vínculos diretos às fontes de demanda dentro do Iraque. A infusão de US\$ 50 milhões destinados pelo Congresso durante o verão de 2007 acelerou o esforço de revitalização industrial significativamente — permitindo o *TFBSO* a lançar 48 projetos em mais 30 fábricas ou linhas de produção pelo país.

O estado da revitalização industrial. Como resultado desses esforços, a força-tarefa voltou a começar o incrementado ritmo de produção em 29 fábricas pelo Iraque na data da publicação desse artigo, com projetos que estão em processo em outros 18 locais. Devido a esses esforços, mais de 10.000 vagas permanentes de trabalho se materializaram, as quais produzirão atividade econômica secundária e terciária e empregos no nível local — estimulando fornecedores locais, provedores de serviço e outros negócios.

Sempre que possível, a força-tarefa tem realizado esforços para reunir fábricas que tiveram transações comerciais no passado. Conforme descrito em “Razões para Esperança” essas relações comerciais intra-Iraque eram um elemento de estabilização na sociedade iraquiana. Quando investimentos em material, maquinário ou outros bens ou serviços foram obtidos para capacitar o reinício das operações das fábricas, sempre que possível a *TFBSO* procurou distribuiu esses bens de consumo e serviços entre essas diversas fábricas iraquianas. Esse esforço para encaminhar recursos de ajuda a revitalização industrial começou a corresponder com os objetivos gerais da política de reconciliação.

A *TFBSO* tem continuamente ajudado o Iraque a formar e fortalecer associações industriais com empresas internacionais. Um caso exemplar recente é a empresa agrícola internacional, Case New Holland Corporation, a qual formou uma associação com a Força-Tarefa para Operações de Negócios e Estabilidade no Iraque para recomendar as operações de fabricação de tratores em uma fábrica inativa na Província de Babil.⁵

A privatização industrial e a atividade empresarial. A intenção contínua dos esforços econômicos da *TFBSO* permanece sendo a transição do Iraque numa economia sólida de mercado livre que é completamente vinculada ao mercado global. O objetivo inicial da Força-Tarefa para Operações de Negócios e Estabilidade no Iraque foi o de reiniciar as operações das maiores fábricas estatais inativas, restaurando assim postos de trabalho e estimulando a situação econômica no nível local. Colaborando com o apoio do Ministério de Indústria e Minerais (MIM), o passo a seguir seria o de realizar licitações de investimentos privados para empreendimentos conjuntos

ou fazer investimentos diretos em empresas operacionais estatais. Tais solicitações constam como os primeiros passos para a privatização de longo prazo dessas empresas.

Esta é uma metodologia transicional que é consistente com os modelos de transição econômica postos em prática com sucesso em outras economias antigas de planificação central, especialmente na Ásia Ocidental. Esta metodologia, como um método de introduzir investimento estrangeiro e perícia em negócios internacionais, evita o deslocamento de trabalhadores especializados em grande escala e mina o nível de simpatia aos insurgentes. Para um esforço de desenvolvimento econômico pós-conflito em uma situação econômica industrializada como a do Iraque, na qual as redes terroristas atacam com o objetivo de provocar angústia econômica no nível local e de buscar apoio geral, esta metodologia transnacional também reduz a ameaça contra nossos homens e mulheres das Forças Armadas.

Privatização industrial e o estado empresarial. Em fevereiro de 2007, o MIM solicitou publicamente aos investidores realizar investimentos nas 13 maiores fábricas estatais em setores que variam desde a fabricação de materiais de construção ao processamento de minerais para operações industriais. Os contadores, assessores e advogados da Força-Tarefa para Operações de Negócios e Estabilidade no Iraque têm proporcionado apoio direto ao MIM para que pudesse instituir processos transparentes para a revisão e avaliação financeira de contas, e têm também apoiado proativamente cada etapa da análise das licitações apresentadas.

Em 10 de janeiro de 2008, o Governo do Iraque anunciou que os primeiros contratos de empreendimentos combinados foram concedidos a três consórcios financeiros iraquiano-europeus para operar as maiores fábricas de cimento em Muthanna, Al Qaim e Kirkurt. Estas propostas, cada uma avaliada em mais de US\$ 100 milhões de investimento direto estrangeiro, entregam a responsabilidade da administração operacional de cada fábrica de cimento ao grupo respectivo de investidores ao mesmo tempo que o Governo do Iraque detém a propriedade da instalação. Os investidores gerenciarão a instalação, aumentando assim o ritmo atual da média de 250 toneladas de

cimento por ano até uma produção média de 1,8 milhões de toneladas por ano, obtendo a maior parte do lucro num período de 15 anos. Mais de 5.000 postos de trabalho serão criados sob os termos das transações propostas.

Dado ao ambiente de segurança que tem consistido num desafio ao Iraque nos últimos quatro anos, essas primeiras empresas conjuntas representam um modelo empresarial altamente desejável e lucrativo tanto para o investidor como para o Governo do Iraque. O Governo do Iraque adquire uma perícia de classe mundial na operação de fábricas, pois cada consórcio inclui um produtor internacional de cimento, enquanto o investidor se beneficia com a participação ativa do governo iraquiano na segurança e no desenvolvimento de infra-estrutura secundária durante o período do acordo.

Esses acordos iniciais, que na publicação deste artigo se encontravam na fase final de negociações legais, representam grande progresso para o Governo do Iraque e certificam os esforços da *TFBSO* em apoiar a revitalização da indústria iraquiana como um passo para o desenvolvimento do setor privado no país. A entrada de centenas de milhões de dólares em capital estrangeiro privado em locais como Mathanna, Al Qaim e Kirkuk não pareciam possíveis alguns meses atrás. Hoje, contudo, graças aos melhoramentos em segurança que ocorrem no país sob a liderança da *MNF-I*, investimentos estrangeiros estão começando a chegar. A *TFBSO* tem esperança que haverá anúncios adicionais de mais empresas conjuntas e do reinício de operações industriais durante os meses vindouros — mais indicações de que a normalidade está criando raízes no Iraque conforme a segurança no país melhora.

Investimento privado. Em setembro de 2007, após as audiências oficiais convocadas pelo Congresso dos EUA, nas quais o General David Petraeus, Comandante da Força Multinacional no Iraque, e Ryan Crocker, o Embaixador dos EUA no Iraque, apresentaram um relato da situação da segurança depois do desdobramento acelerado, desenvolvimento político e da estabilização da situação econômica no Iraque, houve um grande renascimento no interesse por parte de investidores estrangeiros com respeito a investimentos no Iraque.

Este interesse foi inesperado. A *TFBSO* tinha enfatizado a importância de investimento estrangeiro e a presença corporativa global desde o princípio do esforço, usando o apoio de organizações, incluindo a Câmara de Comércio dos EUA e a Junta Empresarial de Defesa do Departamento de Defesa, para solicitar a participação de companhias no apoio do desenvolvimento econômico do Iraque. Esses esforços resultaram em uma participação empresarial com ímpeto no princípio, mas o novo interesse por parte das empresas norte-americanas diminuiu consideravelmente no final da primavera de 2007. Os motivos mencionados naquele momento foram vinculados à redução do apoio popular norte-americano com respeito

à missão no Iraque. A *TFBSO* diminuiu seus esforços para atrair negócios dos EUA para o Iraque como resultado desta falta de interesse. Contudo, até hoje 15 das 29 corporações internacionais e norte-americanas, as quais a *TFBSO* atraiu ao Iraque durante o inverno e primavera de 2007, conduziram negócios ou submeteram propostas para desenvolver novos negócios que ainda estão em processo de serem consolidados.

Tal surgimento de interesse de investidores no Iraque após setembro parece ter sido o resultado de um sentimento crescente de que não haveria uma súbita redução ou eliminação da presença norte-americana e que a estratégia do desdobramento acelerado estava mostrando

- | | | | |
|----|---|----|---|
| 1 | CE de Indústrias Mecânicas (SCMI), Iskandariyah ◀★ | 35 | CE de Construção – Pilares de Concreto, Mosul |
| 2 | CE de Indústria Automotiva (SCAI), Iskandariyah ◀★ | 36 | CE de Indústrias Pesadas (HEESCO), Doura ◀★ |
| 3 | CE iraquiana de Cimento, Fallujah ◀ | 37 | CE de Almofadas Feitas a Mão, Bagdá ◀★ |
| 4 | Gesso Unificado do Iraque, Fallujah | 38 | CE de Indústrias de Papel, Basrah |
| 5 | CE de Vidro e Cerâmica – Vidro Cilindrado, Ramadi | 39 | CE Ur de Engenharia Industrial, Talil |
| 6 | CE de Vidro e Cerâmica – Objetos de Cristal, Ramadi | 40 | Companhia do Norte de Fabricação de Móveis, Ninawah ◀★ |
| 7 | CE de Vidro e Cerâmica – Azulejos de Cerâmica, Ramadi ◀★ | 41 | Fábrica Bagdá de Fabricação de Móveis, Bagdá |
| 8 | CE de Vidro e Cerâmica – Ornamentos de Cerâmica, Ramadi ◀★ | 42 | CE de Indústrias Algodoeiras, Bagdá |
| 9 | CE Al Sumood – Estruturas de Aço, Taji | 43 | CE de Indústrias de Energia Elétrica (SCEI), Bagdá ◀★ |
| 10 | CE Al Sumood – Fundação, Taji | 44 | CE da Indústria de Azeites Vegetais, Bagdá |
| 11 | CE Nassr de Indústrias Mecânicas– Reboques, Taji ◀★ | 45 | CE Al Monsour, Bagdá |
| 12 | CE Nassr de Indústrias Mecânicas– Fundação, Taji | 46 | CE de Tabaco e Cigarros, Bagdá |
| 13 | CE Nassr de Indústrias Mecânicas– Oficina de Usinagem, Taji | 47 | Energia Elétrica Bagdá, Bagdá |
| 14 | CE de Cimento do Norte – Badoush, Mosul | 48 | CE de Pilhas, Bagdá |
| 15 | CE de Cimento do Norte – Sinjar, Sinjar ◀ | 49 | CE de Construção – Talho de Pedras, Bagdá |
| 16 | CE de Medicamentos e Suprimentos Médicos – Ninawah, Mosul | 50 | CE de Lã, Bagdá ◀★ |
| 17 | CE de Cimento do Iraque, Al Qa'im | 51 | CE de Produtos Lácteos, Bagdá ◀ |
| 18 | CE de Fosfato, Al Qa'im | 52 | CE Al Furat – Detergentes, Hindiyah ◀★ |
| 19 | CE Diyala de Indústrias de Energia Elétrica – Transformadores, Baqubah ◀ | 53 | CE de Construção – Talho de Pedras, Erbil |
| 20 | CE Diyala de Indústrias de Energia Elétrica – Contadores de Energia Elétrica, Baqubah | 54 | CE Meridional de Cimento – Sedda, Sadat al Hindia |
| 21 | CE Diyala de Indústrias de Energia Elétrica – Cabo de Fibra Ótica, Baqubah | 55 | Engarrafadora Kani, Kani |
| 22 | CE de Fertilizante – Do Norte, Bayji ◀ | 56 | Textis Kurdos, Erbil ◀ |
| 23 | CE de Mercadorias Feitas a Mão e Prontas para Uso, Najaf ◀★ | 57 | Matadouro Nacional, Bagdá |
| 24 | CE de Indústrias de Productos de Borracha, Najaf ◀ | 58 | Companhia de Roupas Sulymania, Sulymania |
| 25 | CE de Indústrias Têxteis – Hila, Hila ◀★ | 59 | Fábrica de Tijolos UB, Dahuk |
| 26 | CE de Indústrias de Algodão, Bagdá ◀★ | 60 | Roupa Confeccionada Mosul, Mosul ◀★ |
| 27 | CE de Indústrias de Produtos de Coro, Bagdá | 61 | Companhia de Produção de Comestíveis Ahram, Dahok |
| 28 | CE Al Furat – Químicas, Al Hindiyah ◀ | 62 | Fábrica Nacional de Metais e Bicycletas, Mahmoudiyah ◀★ |
| 29 | CE That Al Sawary de Indústrias Químicas – Acetato de Polivinil (PVA), Taji | 63 | Roupa Confeccionada (RMC Company), Mahmoudiyah ◀ |
| 30 | CE That Al Sawary de Indústrias Químicas – Resinas, Taji | 64 | Companhia de Biscoitos de Al Hamara, Mahmoudiyah |
| 31 | CE de Medicamentos e Suprimentos Médicos – Samarra | 65 | Fábrica de Preparação de Alimentos, Sulymania |
| 32 | CE de Indústrias Petroquímicas, Basrah ◀★ | 66 | CE para Fabricação de Papel, Taji |
| 33 | CE de Fertilizantes – Do Sul, Basrah ◀ | 67 | Fábrica de Dahuk para a Preparação de Produtos Lácteos, Dahuk |
| 34 | Fábrica Harir de Processamento de Concentrado de Tomate e Pasta de Frutas, Harir | 68 | Fábrica de Al Ikaa para a Fabricação de Produtos Metálicos |
| | | 69 | Fábrica de Al Shaheed para a Fabricação de Produtos de Latão |
| | | 70 | Farinha Tikrit ◀★ |
| | | 71 | Móveis Tadjik ◀ |
| | | 72 | Indústria Eletrônica Al Az (2 fábricas) ◀ |
| | | 73 | CE de Indústrias de Produtos de Borracha, Diwaniyah ◀★ |

Legenda: CE = Companhia Estatal

◀ As flechas indicam um ou mais projetos ativos da TFBSO a caminho no local em parceria com comando nacional do nível de divisão.

★ As estrelas indicam fábricas as quais começaram com um incremento material de ritmo de produção ou do índice de emprego como resultado dos esforços realizados pela TFBSO.

Figura 6. Fábricas iraquianas avaliadas e influenciadas

Zona Geográfica	Áreas iniciais de interesse para investidores
Bagdá—Zona Internacional, Abu Nawas, Calle Haifa	Hotéis, construção e administração de escritórios empresariais e comércio a varejo, serviços alimentícios, preparação de alimentos e serviços de construção.
Aeroporto de Bagdá	Hotéis, escritórios empresariais e comércio a varejo, serviços para convenções
Iskandariyah	Montagem industrial e fabricação, manutenção
Najaf	Hotéis e infra-estrutura turística e serviços relacionados
Karbala	Hotéis e infra-estrutura turística e serviços relacionados, agronegócios
Basra (incluindo o aeroporto)	Hotéis, construção e administração de escritórios empresariais e comércio a varejo, serviços profissionais, serviços de apoio ao setor petroquímico.
Região do Curdistão	Investimentos feitos por grupos representando uma grande diversidade de interesses por meio dos setores industriais estão a caminho. Emerge uma vibrante economia de mercado.

Figura 7. Áreas de prioridade e oportunidades para investimentos estrangeiros diretos

sinais de progresso em segurança. Investidores começaram a buscar informações sobre as numerosas áreas seguras no país que estavam prontas para receber o desenvolvimento de novos negócios.

Investidores têm um sentimento difundido de que o Iraque tem um potencial para grande prosperidade, não somente como uma nação produtora de petróleo, mas também como uma economia diversificada numa região crítica do globo. Embora os debates continuem sobre a necessidade de uma estrutura legal para o desenvolvimento do setor de hidrocarbonetos iraquiano e do compartilhamento de rendas entre as seitas e regiões, existe uma grande oportunidade para investidores buscarem entrar por baixo em todas as outras indústrias — o ponto no qual o investimento antecipado em uma região em desenvolvimento resulta no maior rendimento financeiro.

A Força-Tarefa para Operações de Negócios e Estabilidade no Iraque, para satisfazer este interesse, estabeleceu uma equipe de investimento estrangeiro direto em outubro de 2007. Esse

grupo, o qual incluía bancários profissionais com experiência em investimentos, facilita a participação de investidores estrangeiros no Iraque ao identificar as oportunidades imediatas de fazer novos negócios em parceria com o Governo do Iraque. O interesse primordial dos investidores é em construção, especificamente hotéis, varejo e construção de espaço para escritórios e administração de imóveis. Como consequência de não ter sido promovida a administração de imóveis no Iraque durante os últimos 18 anos, existe uma grande demanda para o desenvolvimento de hotéis e bens imóveis comerciais antecipadamente à expansão comercial que as companhias de petróleo estarão se envolvendo no Iraque nos anos vindouros.

As áreas de foco inicial incluem áreas geográficas e oportunidades de investimentos associados conforme demonstrado na figura 7. Essas áreas foram selecionadas baseadas no seu atual estado de segurança, assim como as informações diretas do Governo do Iraque nos níveis provincial e nacional.

Estado dos investimentos privados. A Força-Tarefa para Operações de Negócios e

Estabilidade no Iraque já formulou uma proposta que está em fase final de análise e negociação com o Governo do Iraque para a construção de um novo hotel, por uma cadeia hoteleira internacional com espaço para comércio na Zona Internacional. Propostas adicionais estão em processo de formulação para a construção de hotéis e escritórios em Bagdá e Basra, assim como a preparação de alimentos, serviços alimentícios e novos projetos de construção industrial. Assumindo que os melhoramentos em segurança serão mantidos e expandidos nos próximos meses, existe razão para que o otimismo sobre investimento estrangeiro aumente e que novos desenvolvimentos de negócios e construção financiados privadamente expandam-se num futuro próximo.

Recomendações Anteriores e a Situação

No meu artigo publicado anteriormente, intitulado “Razões para Esperança”, três recomendações específicas foram feitas com referência à revitalização da economia iraquiana. Uma dessas, o alinhamento do desenvolvimento econômico com os esforços de reconciliação política, foi descrito anteriormente e continua a ser parte da estratégia geral da Força-Tarefa para Operações de Negócios e Estabilidade no Iraque.

A segunda recomendação se concentrou na necessidade de uma tarifa internacional padrão e políticas de comércio para o Iraque. Desde o ano 2003, as tarifas sobre produtos importados foram suspensas — em essência, convertendo o Iraque num mercado absolutamente livre e aberto a todos os bens de consumo internacionais. Esta situação não é estável, especialmente para as indústrias agrícolas e de preparação de alimentos, as quais permanecem num estado de produção reduzida. A partir do momento da publicação deste artigo, a suspensão de todas as tarifas continuava em vigor.

A recomendação final envolveu a restauração de fundos para fábricas estatais confiscados em 2003. O cancelamento desses fundos foi um passo central que ocasionou o fechamento das fábricas estatais, negando-as o capital de giro necessário para a compra de matéria prima, manutenção, serviços e equipamento novo. A *TFBSO* juntamente com o governo

iraquiano implementou esta recomendação, e logo descobriu que o processo de restauração de fundos seria lento, devido ao ritmo que o esforço de revitalização industrial tentava alcançar.

Ao invés de restaurar os fundos, o Ministro do Tesouro do Iraque levou a cabo uma estratégia alternativa de distribuir o orçamento do governo ao Ministro da Indústria e Minerais (MIM) para o específico propósito de recapitalizar instalações industriais inativas. Quatrocentos milhões de dólares foram destinados em 2008 para o MIM, o qual excede o valor aproximado dos saldos confiscados em 2003. O MIM está trabalhando com o *TFBSO* para maximizar o efeito líquido deste orçamento. Para mostrar a importância desta decisão tomada pelo governo iraquiano, o capital total do orçamento para o MIM em 2007 foi de aproximadamente US\$ 30 milhões.

Próximos Passos

As duas áreas iniciais de prioridade para a força-tarefa, o apoio contratante e a revitalização industrial, são agora os objetivos de uma nova trajetória estratégica com a finalidade de estimular a taxa de crescimento de negócios privados, de melhorar a capacidade das empresas de grande porte e de adaptar suas operações em apoio aos amplos objetivos econômicos do Iraque.

Na área de contratos e estímulo econômico direto, o próximo passo é uma oportunidade que reside nas informações que a *JCC I/A* coleta dos negócios iraquianos. Pode-se lembrar que mais de 3.900 negócios privados iraquianos que foram registrados receberam contratos para bens ou serviços e estão sendo avaliados no seu desempenho como fornecedores do Departamento de Defesa. O Sistema Conjunto de Contratos da Contingência agora têm coletado dados durante os últimos 18 meses sobre estas companhias, representando um valor de mais de um bilhão de dólares em ações de contratos. Esta base de dados representa uma abundância de informações valiosas para o desenvolvimento de negócios no Iraque. A *TFBSO*, com o apoio do conselho geral do Departamento de Defesa e de recomendações de instituições financeiras internacionais e do Governo do Iraque, está trabalhando para identificar o mecanismo correto para capacitar investidores privados a investir nestas companhias iraquianas. A

TFBSO acredita que estas empresas em sua maioria de tamanho pequeno e médio podem eventualmente formar a coluna vertebral de um ou mais fundos de investimento para o crescimento iraquiano com amplos benefícios econômicos correlatos.

No campo da revitalização industrial, a força-tarefa estenderá as práticas padrões de administração de investimentos empresariais no processo de distribuição de novos fundos às fábricas iraquianas inativas ou com um ritmo baixo de produção. Diretores gerais de fábricas estão sendo instruídos individualmente sobre a preparação de planos de negócios, estratégias de marketing e de planos de investimento de capital. Para adquirir fundos adicionais estas fábricas precisam submeter seus planos e estratégias para revisão. As solicitações serão integradas com os requisitos do comandante de incrementar o índice de emprego e de estabilização em cada área dentro do Iraque e os fundos serão designados baseados nestes critérios combinados. O processo disciplinado de exercer uso de quaisquer fundos empregados até agora permanecerão em vigor — mas durante a fase a seguir empregaremos os fundos para motivar os diretores das fábricas à adesão de práticas padrões empresariais internacionais. De fato, muitos diretores de fábricas já são peritos nas práticas empresariais internacionais, sendo para estes diretores um processo que será fácil de se adotar.

Esta postura baseada em investimentos preparará os negócios estatais para o futuro que os esperam conforme buscam capital de fontes de fundos privados e, também, como a privatização dessas fábricas acontecerá nos anos vindouros.

Integrando o Esforço Geral

A TFBSO trabalha em parceria com o comando da MNF-I e com o Governo do Iraque para estimular o rápido estabelecimento dos elementos necessários para uma moderna economia industrial. Uma infra-estrutura robusta de comunicação capacitando um setor bancário transparente, moderno, bem gerenciado e capaz de apoiar estimulantes negócios de pequeno, médio e grande porte é a visão para a economia iraquiana exposta pelo Governo

do Iraque. Melhoramentos na segurança têm sido significantes, aumentando um cauteloso otimismo e interesse em investimento por instituições financeiras privadas estrangeiras e outras corporações. É cedo, e muito trabalho duro está pela frente para tornar essa visão uma realidade.

Esse é um momento importante. A oportunidade para a completa aplicação do desenvolvimento econômico em apoio à doutrina da contra-insurgência é agora. A oportunidade para apoiar o povo do Iraque no seu desejo de prosperidade numa sociedade diversa, segura e aberta é agora. A oportunidade para o investimento internacional com uma orientação de alto risco e grande retorno numa nação com grande potencial para prosperidade de longo prazo é agora. Aproveitar essas oportunidades continua sendo o desafio do dia. **MR**

REFERÊNCIAS

1. Manual de Campanha 3-24 do Exército dos EUA, *Counterinsurgency* (Washington D.C.: Escritório de Imprensa dos EUA, 2006), p. 1-27.
2. Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), *Employment Participation and Unemployment in Iraq* (Washington D.C.: Escritório de Imprensa dos EUA, maio de 2006).
3. A Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental (ESCWA), *Estimates and Forecasts for GDP Growth in the ESCWA Region 2007-2008*, 7 de dezembro de 2007.
4. Comitê do Orçamento da Câmara de Representantes do Congresso dos EUA, *Hearing on the Growing Cost of the War*, 24 de outubro de 2007.
5. Case New Holland Incorporated—comunicado à imprensa, *Case New Holland Announces Sales of 200 Tractor Kits to Restart Assembly Operations at Iraq Factory*, 31 de janeiro de 2008.

O autor deseja agradecer ao General Raymond Odierno pela sua visão inabalável e seu apoio operacional para os esforços pelo desenvolvimento econômico da força-tarefa durante o período de seu comando do Corpo Multinacional no Iraque, assim como ao General Darryl Scott por sua liderança e colaboração visionária com a força-tarefa em todos os aspectos para pôr em vigor nossos contratos e estabelecer as ligações empresariais relacionadas como um instrumento econômico durante o seu período como Comandante do Comando de Terceirização Conjunto no Iraque/Afeganistão.

Unidades Especializadas de Polícia do Exército Polonês

General Boguslaw Pacek, Exército Polonês

NA ATUAL POLÔNIA, como na maioria dos países europeus, não há medo de agressão armada por parte de estados vizinhos. No entanto, existe o perigo evidente e presente de uma ameaça terrorista. Os atentados de 11 de Setembro contra o World Trade Center e o Pentágono são provas dessa ameaça e sinalizam uma mudança do *status quo* neste início do novo século. Ataques terroristas subsequentes no Reino Unido, Itália, Espanha e outros países reforçam a noção de que no mundo atual ninguém pode se sentir completamente seguro. Conseqüentemente, muitos estados têm ajustado suas estratégias de defesa e adotado uma nova abordagem contra o terrorismo. A formação de unidades especializadas para missões antiterroristas é uma das várias medidas em desenvolvimento para se atingir as novas exigências de segurança. Em 2004 e 2005, a Polônia assumiu a liderança nesse esforço ao formar três unidades especializadas de polícia do exército (UEPE).

Características da Força de UEPE

Na formação das UEPE da Polônia, os planejadores empregaram as seguintes suposições baseadas nas exigências da OTAN:

- as unidades deverão ser preparadas e equipadas com um custo relativamente baixo;
- todo o pessoal tem que ser profissional e estar completamente adestrado;
- o adestramento, equipamento e armamento deverão ser adequados às necessidades de pronto emprego (semelhantes àqueles das forças de operações especiais e das unidades especiais de polícias civis);
- as unidades deverão ser altamente móveis e capazes de desdobrar-se rapidamente para um teatro de operações;
- o emprego das unidades exige a devida autorização legal de atuação como polícia; e
- a estrutura organizacional deve ser modular.

As UEPE são dotadas com equipamentos policiais padrão e especializado, armas leves (incluindo metralhadoras), viaturas de emergência modernas planejadas para pronto emprego e viaturas básicas para o transporte da unidade modular de seis pessoas (*Land Rovers*, viaturas de patrulha blindadas fabricadas na Polônia *Boar II*, viaturas para qualquer terreno de comando e outras). Algumas subunidades das UEPE são equipadas com espingardas de alma lisa,

O General Boguslaw Pacek é o ex-comandante-em-chefe da polícia do exército na Polônia. Sua carreira abrange 28 anos de serviço, desde soldado até o posto de general-de-brigada. Ele é o criador das unidades especializadas de polícia do exército da Polônia. O Gen Pacek é reconhecido na Europa como o criador do batalhão multinacional de polícia do exército, tendo a Polônia desempenhando o papel de "nação precursora".

FOTO: Policiais do exército da Unidade Especializada de Varsóvia no Congo.

Todas as fotos cortesia do autor



Soldados de unidades especializadas de polícia do exército praticam o treinamento de prisão de um criminoso.

lança-rojões anticarro e fuzis para atiradores de elite. Há um planejamento para a aquisição de armas eletrônicas. A posse de armas não-letais é um importante fator que diferencia as UEPE das unidades militares regulares.

A modularidade das unidades especializadas de polícia do exército proporciona aos comandantes a flexibilidade para formar menores unidades que podem ser adaptadas para o cumprimento de uma missão ou operação específica. Como acima notado, o módulo básico de emprego é uma fração de seis homens em um pelotão de 30 policiais do exército dividido em 5 desses grupos, respectivamente. Durante a organização de uma força UEPE para uma missão específica, suas unidades constituídas (fração, pelotão, companhia ou batalhão) podem ser empregadas ou vários componentes modulares podem ser combinados.

O recrutamento para essas unidades especializadas é feito por meio de uma seleção criteriosa de candidatos das unidades territoriais da polícia do exército, das unidades do exército e das reservas. O critério de seleção é delineado numa específica decisão ministerial. Todos os candidatos deverão ter pelo menos a altura de 1,75 m, boa saúde e contar com uma boa reputação na sua área de residência. Os candidatos deverão qualificar-se no idioma inglês, ter bom condicionamento físico e possuir o devido perfil psicológico. Embora

haja muitos candidatos para as unidades especializadas, freqüentemente dezenas por uma vaga, o exigente processo seletivo resulta em um reduzido número de aprovados.

Uma unidade especializada da polícia do exército já encontra-se ativa — em Gliwice, no sul da Polônia — e é a única unidade operacional da OTAN desse tipo. Duas dessas unidades estão na fase de adestramento e desenvolvimento. Atualmente, as unidades empregam 1.500 bem-treinados e completamente profissionais militares da polícia do exército (PE), mas é estimado que as unidades logo atinjam o seu número alvo de 2.000 PE. A Polônia, como a “nação precursora” trabalhando ao lado da República Checa, Eslováquia e Croácia, formará mais dessas unidades, todas as quais atingirão os padrões da OTAN.

Adestramento das UEPE

O adestramento das unidades especializadas de polícia do exército é dividido em três períodos de seis meses consecutivos. A instrução tem por objetivo preparar soldados num ambiente de alto padrão para o desempenho de tarefas relacionadas a ações policiais, incluindo:

- execução de patrulhas;
- escolta de comboios;
- controle de veículos e de pessoas;
- participação em processos jurídicos;
- controle de locais de acidentes ou crimes;
- execução de atividades profiláticas e preventivas;
- captura e detenção de perpetradores (incluindo criminosos armados);
- busca de criminosos extremamente perigosos; e
- atuação como segurança em eventos Vips.

Também, os PE especializados deverão ser treinados para a execução de tarefas de combate ao terrorismo. Para evitar ou responder aos atos de terrorismo terrestre, tais tarefas incluem a coleta de informações; busca e apreensão nos locais de incidentes; a organização de desvios e o controle de pessoas e instalações. No caso de atos aéreos de terror, as UEPE precisam ser treinadas para executar a coleta de observações e dados de informações; controle de locais de incidentes aéreos e desempenho no acompanhamento da execução de procedimentos jurídicos; e a participação em operações de varredura e outras ações antiterroristas. Durante emergências

epidêmicas ou seqüelas de atos de terrorismo biológico, radiológico ou químico, as tarefas das UEPE serão parecidas e as três unidades se adestrariam adequadamente ao tipo de incidente. Para preparar-se para ambos cenários, o adestramento exige que os PE executem observações e coleta de informações, controle de uma instalação ou área ameaçada, reorganização e integração com outras forças para enfrentar ameaças, além de delegar responsabilidades relacionadas aos processos jurídicos.

Além disso, integrantes das unidades especializadas de polícia do exército fazem curso de aprimoramento de habilidades para a administração de ajuda pré-médica e de primeiro socorro, pára-quedismo e mergulho livre com cilindro. Estão preparados para entrada em prédios e outras instalações como parte de operações de resgate de reféns e também para atuar em distúrbios civis e controlar manifestações de desordens públicas.

Atualmente, todos os soldados das UEPE estão sendo submetidos ao treinamento do idioma inglês. A intenção é familiarizá-los com a língua para que com pouca antecedência um módulo de UEPE possa ser incluído como parte de um elemento multinacional maior e opere com um mínimo de restrições. Esse adestramento é muito priorizado e é esperado de todos os oficiais possuam um bom domínio desse idioma.

O Emprego de UEPE

Proporcionadas com esse adestramento, equipamento e estrutura de força, as UEPE estão prontas para desempenhar as seguintes missões:



Adestramento antiterrorista da UEPE em um ambiente da OTAN.

- atuar em proveito da lei e da ordem pública em ações preventivas (as quais podem envolver o emprego de armas não-letais) que produzem resultados imediatos na área de segurança pública e ordem geral;

- desempenhar tarefas de controle de áreas de operações caracterizadas por uma presença contínua de PE em locais essenciais. Essa presença exige o monitoramento e verificação das condições de segurança, assegura a conformidade de acordos firmados e mantém a atualização de uns bancos de dados dedicados aos assuntos de segurança, da lei e da ordem;

- dirigir ações contraterrorismo;

- buscar pessoas suspeitas de terem cometido crimes de guerra ou contra a humanidade, atos terroristas e outras que constituam uma ameaça a uma dada operação ou a suas próprias forças; e

- coletar informações de inteligência baseadas em contatos com a população local ou com as instituições da lei e da ordem, e coletar informações atinentes à segurança, às condições locais e aos níveis estatísticos de criminalidade.

No desempenho dessas missões, as unidades especializadas da polícia do exército podem ser ativadas de acordo com as cinco configurações abaixo:

- como uma força inteira ou reduzida (com equipamento apropriado) com seu próprio elemento de comando e controle quando for necessário para independentemente desempenhar uma tarefa designada;

- como elementos ou unidades reduzidas quando for necessário executar missões de manutenção da paz ou de estabilização sob a égide da ONU, OTAN ou UE (União Européia), ou em uma operação dentro do território polonês. Nesse caso, as missões deverão ser específicas para permitir a devida adaptação das unidades e de seus elementos. A formação independente dos contingentes de polícia do exército é possível sob este parâmetro;

- como sub-elementos de um valor predeterminado (semelhante à situação acima) para a execução de tarefas quando necessário dentro do esboço de forças táticas nacionais ou como um componente de unidades de polícia de um exército multinacional (de acordo com diretrizes da OTAN para forças armadas) e outras obrigações internacionais;

- como formações modulares operacionais quando forem necessárias para organicamente apoiar unidades regionais de polícia do exército; e
- como sub-elementos (mais uma vez de forma semelhante à configuração acima) quando for necessário apoiar forças policiais durante uma crise ou outro tipo de emergência.

De acordo com padrões da OTAN, o conceito de UEPE na Polônia consiste na formação de unidades móveis com treinamento e equipamento de última geração. Tais unidades podiam não apenas apoiar missões estrangeiras, mas também aumentar as atividades policiais dentro da Polônia quando as condições exigissem uma resposta maior às crises que as forças policiais internas poderiam necessitar. Segundo o Artigo 18 do Ato Policial, cabe ao primeiro-ministro a autoridade de emprego da polícia do exército dentro da Polônia, caso as forças policiais regulares não possam cumprir uma determinada tarefa. Em outras palavras, a polícia do exército possui a autoridade de intervir não apenas quando pessoas das forças armadas são envolvidas, mas também quando civis estão implicados. Contudo, o comando operacional sempre pertence à polícia civil.

Em resumo, a maneira pela qual as UEPE serão eventualmente empregadas dependerá do mandato específico de cada missão. Unidades inteiras podem ser desdobradas ou a força pode estar estruturada numa forma modular para adaptar-se às condições particulares de emprego.

As UEPE Empregadas como Contingentes em Áreas de Crise

Além do seu papel no antiterrorismo interno e multinacional, as UEPE também podem contribuir com a necessidade ampliada de desdobramento de forças militares tipo polícia em operações de estabilidade e de imposição da paz em áreas abaladas por crises no mundo inteiro.

As experiências no Iraque, Afeganistão, Balcãs e Oriente Médio já mostraram, sem qualquer dúvida, que as operações executadas nessas áreas podem ser divididas em três fases distintas. A primeira fase inclui o desdobramento conjunto de todas as forças disponíveis, em particular da condução de pesado equipamento bélico para superar qualquer resistência. Denominada “imposição da paz”, esta fase pode envolver combate armado semelhante ao de

uma guerra convencional. Quando as ações de combate diminuem, a fase de estabilização inicia e o número de atividades do tipo monitoramento e estabilização aumenta. Esta fase, “preparação para a paz”, é caracterizada pela cooperação inicial com as autoridades locais, a polícia e os elementos das forças armadas nativas. É dominada pelos esforços para se identificar e reforçar as instituições governamentais e outras estruturas responsáveis pela segurança e para neutralizar quaisquer ameaças à nova ordem. A terceira fase, “manutenção da paz”, em geral é a de maior duração. É caracterizada pela presença de forças multinacionais na região do conflito monitorando os acordos de paz, fornecendo ajuda humanitária e adestrando a polícia, forças armadas e guardas de fronteira da nação anfitriã. Outras missões incluem a segurança de pessoas ou de propriedade e a manutenção da lei e da ordem em caso de distúrbios civis.

Durante a primeira fase, as forças de polícia do exército estarão presentes com pouco efetivo e somente proporcionarão funções de apoio tático policial. No entanto, durante as segunda e terceira fases o papel da polícia do exército aumenta significativamente. Na segunda fase, as unidades de polícia do exército desempenham suas tarefas independentemente ou ao lado de forças militares. Elas coordenam e complementam as atividades da polícia local e de outros elementos internacionais de polícia do exército. Na terceira fase, as UEPE executam tarefas típicas de imposição da lei. Durante essa fase, e especialmente depois de que autoridade é transferida a governos locais, os desafios exigem maiores desdobramentos das forças de polícia do exército.

Como o desdobramento operacional das UEPE nas operações de manutenção da paz e de estabilização consiste em seu desdobramento em missões fora da Polônia, elas funcionam como formações especificamente configuradas para proporcionar ao comandante da força apoio tipo polícia no teatro de operações. Como tal, sua estrutura organizacional, adestramento e pronto emprego, em combinação com suas capacidades operacionais, são de acordo com a doutrina de polícia do exército da OTAN.

Com respeito às forças aliadas, a doutrina da OTAN presume que as forças nacionais

incluirão elementos de polícia do exército que permanecem sob o comando de suas unidades. Também, proporciona ao comandante geral da força a responsabilidade de designar às unidades multinacionais uma tarefa em proveito da força inteira. Em outras palavras, cabe o comandante da força solicitar unidades especializadas para se antecipar as necessidades futuras e emergentes das UEPE. Tais unidades desdobrar-se-ão como elementos constituídos e não fracionados com aumento de outras unidades. A capacidade de emprego das equipes especificamente treinadas da UEPE seria degradada caso a estrutura da unidade fosse fracionada indiscriminadamente.

Em uma região onde uma operação multinacional da OTAN esteja em progresso, as atividades de polícia do exército são baseadas nos padrões estabelecidos pelo Acordo Padrão da OTAN STANAG 2226 e pela Doutrina e Procedimentos da Polícia do Exército APP 12. Em outros casos, as diretrizes estabelecidas pela OTAN ou pela UE geralmente são aceitas e seguidas.

O potencial atual da UEPE permite as seguintes formas de emprego operacional em missões externas:

- como uma unidade independente para desempenhar tarefas a pedido do comandante das forças aliadas ou da coalizão. A unidade, ao mesmo tempo, constitui-se em um contingente militar polonês. Tal foi o caso no Congo em 2006, quando a UEPE constituiu-se num contingente independente em Kinshasa, sob o comando de um oficial de polícia do exército. O contingente ficou subordinado ao comandante francês das forças multinacionais no Congo;
- como uma força independente dentro do contingente militar polonês, como um componente nacional de polícia do exército. O melhor exemplo é a contribuição de polícia do exército (15% da força) no contingente polonês na missão da Operação *Enduring Freedom* no Afeganistão;
- como um componente dentro de uma unidade multinacional de polícia do exército, presente em todas as missões. Um pequeno número de soldados de polícia do exército estaria presente como uma formação modular de pelotões ou de companhias multinacionais; e
- como uma UEPE desempenhando missões de controle em uma área de operações, sob a supervisão direta do comandante da força.



Um soldado da polícia do exército fala com crianças no Afeganistão.

Um bom exemplo é a missão da Força da UE na Bósnia-Herzegovina. Desde 2006, a UEPE operacional já assumiu a zona de ação de uma unidade da força terrestre.

Conclusão

Eu fui o autor do conceito de unidades especializadas de polícia do exército na Polônia e mesmo o criador das unidades. Trabalhando oficialmente como comandante-em-chefe da polícia do exército, passei muitas horas em discussão com comandantes de várias formações militares de diferentes países. Já observei as atividades de contingentes militares na maioria das missões no mundo inteiro e estou convencido que nos anos vindouros, a necessidade de desdobrar unidades como as UEPE da Polônia vai aumentar.

Como as experiências de vários conflitos já demonstraram, onde quer que as condições permitam, é melhor persuadir, estabilizar e reforçar ao invés de superar. O emprego de armas não-letais e formas de conduta típicas de polícia do exército é o caminho do futuro.

O derramamento de sangue sempre leva à retaliação e a morte leva a mais mortes. Por isso, é melhor deter, prender, controlar, negociar e mediar que disparar, contanto que as condições permitam tal abordagem. As unidades especializadas de polícia do exército são adequadamente aptas para o desempenho desse papel. **MR**



Irlanda do Norte

Uma Metodologia Equilibrada para Anistia, Reconciliação e Reintegração

Major John Clark, Exército Britânico

DESDE 1969 O Reino Unido (RU) vem tentando resolver o conflito na Irlanda do Norte por meio de anistia, reconciliação e reintegração (AR2). A pacificação dos conflitos na Irlanda do Norte proporciona valiosas lições para qualquer estudante de AR2 porque é um raro exemplo desses processos no contexto de uma democracia liberal ocidental. Esta discussão analisa os esforços britânicos de AR2, agrupando-os como um estudo de caso para ajudar a entender como esses três conceitos funcionaram no encontro de uma solução pacífica.

Os Termos e Processos

O *Oxford English Dictionary* define a anistia como “uma absolvição geral, especialmente para infrações políticas.”¹ No entanto, neste artigo ampliei esta definição para incluir uma “anistia de armas” ou, como é conhecida na Irlanda do Norte, “um desarmamento”, o qual representa uma parte essencial do processo de paz como um todo. “Reconciliação” frequentemente significa o dismantelamento de barreiras sociais dentro das comunidades.² Embora esse significado permaneça importante neste caso, o termo também indica que grupos oponentes administram suas agendas políticas para que um diálogo significativo e progressivo fosse possível.³ Por último, no contexto da

FOTO: O líder Unionista Democrática Ian Paisley (à esquerda) e o chefe do Sinn Fein Gerry Adams (à direita) falam à mídia depois de concordar em deixar as animosidades de lado e compartilhar o poder de um novo governo da Irlanda do Norte. O Primeiro-Ministro irlandês Bertie Ahem e o da Inglaterra Tony Blair chamaram o acordo de “histórico”, “reconciliador” e “transformador”, Belfast, 26 de março de 2007.

AFP, Paul Faith

Irlanda do Norte, “reintegração” sugere a união dos lados oponentes para formar um governo e sociedade viáveis, permitindo aos anistiados o desempenho de um papel na AR2.

Dado este entendimento dos termos, a AR2 ainda está ocorrendo na Irlanda do Norte, mas levará mais tempo para se verificar se será totalmente bem-sucedida. Embora pareça que o processo político já tenha sido concluído com a reunião da Assembléia da Irlanda do Norte em 8 de maio de 2007 e o término das operações de segurança das Forças Armadas britânicas em julho do mesmo ano (após 38 anos), a AR2 continuará por anos.

Embora o papel das forças militares britânicas nas operações de contra-insurgência tenha recebido grande parte da atenção e análise, foi apenas um segmento do processo mais amplo de AR2. Este artigo realizará uma análise geral, destacando a força militar como um fator importante ao invés de priorizá-la. Por intermédio da sugestão de maneiras como as forças britânicas realizaram contribuições positivas no processo de AR2 e pela realização de observações de advertência onde se pode argumentar razoavelmente que provocaram um impacto adverso busca-se atingir o objetivo deste estudo de caso, ou seja, proporcionar um insight no planejamento militar para situações semelhantes no futuro.

As raízes do conflito na Irlanda do Norte foram principalmente políticas e econômicas.⁴ A solução desses chamados “problemas” ocorreu em sua maior parte por meio de acordos políticos encorajados com incentivos econômicos. No entanto, a AR2 não se realizou num vácuo de política e economia; ao invés disso, ocorreu num ambiente de medo, intimidação e violência, com conseqüências de longo alcance. Como David Bloomfield escreveu: “A natureza prolongada da violência tem, por meio de um processo de institucionalização que abrangeu uma geração, produzido efeitos profundos em aspectos estruturais e sociais que são menos receptivos à quantificação; por exemplo, a difusão e normalização dos paramilitares, o crescimento da intimidação como uma limitação do comportamento social e o crescimento da indústria de ‘segurança’.”⁵ A pacificação do conflito exigiu um componente de segurança para lidar com a violência e intimidação que ocasionaram o medo. Por sua vez, o medo impedia o progresso político e econômico. Essas três dimensões — política, econômica e de segurança — influenciaram uma a outra nas dinâmicas do progresso social de AR2 na Irlanda do Norte.

Como Michael Cunningham escreveu: “Progresso político, aspectos de reforma social, a derrota do terrorismo e o progresso econômico são mutuamente incentivadores e os avanços (ou regressões) numa área podem ter um efeito colateral em outras.”⁶ O Governo do Reino Unido esteve incapaz de progredir verdadeiramente na Irlanda do Norte até que estabelecesse um equilíbrio entre as operações de segurança e o diálogo político progressivo incentivado pelo crescimento econômico. Por meio do exame deste ato de equilíbrio, a seguinte análise descreve como as dimensões políticas, econômicas e de segurança de AR2 influenciaram entre si e formaram um processo de pacificação na Irlanda do Norte.

Depois de discutir a dimensão desse modelo, este artigo examina os processos de anistia, reconciliação e reintegração na Irlanda do Norte para avaliar a contribuição de cada um deles à pacificação do conflito. Esta

O Major John Clark, do Exército Britânico, é estudante na Escola de Estudos Militares Avançados no Forte Leavenworth, Kansas. Possui os títulos de Bacharel e Mestrado em estudos orientais (árabe com estudos islâmicos e história) pela escola St. Hugh's College, na Universidade Oxford. Também é graduado da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA. Major Clark é engenheiro real que já serviu durante operações na Irlanda do Norte, Chipre, Afeganistão e Iraque. O militar já publicou um artigo no jornal Islamic Culture.

parte do artigo explora a importância das condições existentes no início do processo. A conclusão-chave do estudo de caso é que no planejamento para a execução das operações de pacificação de conflitos, governos e em particular forças armadas, devem considerar cada ação com respeito a seu impacto no sucesso de AR2 em longo prazo. Para forças armadas, as operações de contra-insurgência não devem ser consideradas “um fim em si mesmo”, porém, ao invés disso, um ingrediente-chave no estabelecimento da base para a AR2.

Antecedentes

Após o poder ter sido transferido do Governo do Reino Unido à Assembléia da Irlanda do Norte em 1920, a facção em favor de uma união política com o Reino Unido, os unionistas (principalmente protestantes), dominou o país.⁷ Sua oposição, integrada pelos nacionalistas (principalmente católicos), desejava uma união política com a República da Irlanda, pela qual derivava grande parte da sua força.⁸ Muita animosidade existia entre as duas comunidades, particularmente com os unionistas discriminando contra os nacionalistas em direitos de votação e de moradia.⁹ Como as divisões políticas e sociais cresceram, a comunidade católica apelou ao Reino Unido por proteção. Em 1969, as autoridades dominadas pelos unionistas responderam de maneira particularmente agressiva às campanhas de direitos humanos dos católicos. Conseqüentemente, as forças militares britânicas foram desdobradas para a província, aparentemente como uma força imparcial com o objetivo de proteger a comunidade católica. Quando uma tentativa inicial de reconciliação fracassou, o Governo do Reino Unido mais uma vez assumiu a responsabilidade pela Irlanda do Norte em 1972. Isso sinalizou o início de mais de 25 anos de violência paramilitar que eventualmente levou à morte de mais de 3.600 pessoas de uma população de um pouco mais de 1,5 milhão, além de inúmeros feridos e pessoas de luto.

O Impacto na Sociedade

Bloomfeld observa, na sua “abordagem estruturada” ao estudo da pacificação de conflitos na Irlanda do Norte, que “trabalhos de relações comunitárias funcionam para desenvolver relações públicas mais proficientes que facilitarão a obtenção de soluções políticas mais

adequadas.”¹⁰ Tal abordagem estrutural mostra que desenvolvimentos políticos proporcionam à sociedade objetivos benéficos mútuos pelos quais pode se aspirar AR2.

Uma “abordagem cultural” pode complementar uma abordagem estrutural por meio do estudo de eventos do nível local até o nível político. Por meio desta perspectiva, os desenvolvimentos econômicos contribuem ao processo político e proporcionam à sociedade o incentivo para acreditar que a AR2 seja preferível ao continuado conflito entre facções. A sociedade em geral ganha com a sinergia do desenvolvimento econômico mais livre e com as metas de ampliação da harmonia política.

Quando as operações de segurança são aplicadas eficazmente e desencorajam o reinício das hostilidades, podem estabelecer um ambiente no qual a confiança mútua pode se tornar uma parte daquela sinergia social. Por outro lado, as táticas e alegações opressivas de parcialidade criam desconfiança e obstáculos ao progresso na sociedade. Em *Beyond Violence: Conflict Resolution Process in Northern Ireland* (Além da Violência: o Processo de Pacificação de Conflitos na Irlanda do Norte), Mari Fitzduff reivindica que: “Cada vez mais as forças de segurança perceberam que sua ocasional interação hostil com as comunidades... e táticas que às vezes empregavam se tornaram um problema para o conflito em si mesmo.”¹¹ O objetivo das forças de segurança deve ser priorizado no aprimoramento do progresso interligado das metas políticas e econômicas. Como uma dimensão importante de AR2, as operações de segurança devem evitar se tornar um impedimento às outras duas linhas de operações.

A Dimensão Política

Existem quatro áreas-chave de AR2 no campo político:

- o processo político,
- a interação dos principais partidos políticos,
- o envolvimento dos poderes regionais e
- o envolvimento de observadores externos como intermediários.

O Processo Político. O processo político tem sido essencial à AR2 na Irlanda do Norte. Inicialmente, o enfoque na segurança e na percepção do conflito como um jogo de soma zero, no qual um partido ganharia e outra perderia, complicou a AR2. A segurança, ou pelo menos



AP

Soldados britânicos instalam arame farpado entre os distritos católicos e protestantes na Rua Cupar, Belfast, na Irlanda do Norte, 10 de setembro de 1969.

um comprometimento das facções para cessar a violência, renunciá-la e iniciar um desarmamento, se tornou uma pré-condição para o diálogo político. Com o estabelecimento do Conselho Anglo-Irlandês em 1983, o Governo do Reino Unido começou a dar um passo para alcançar uma solução política. O Acordo Anglo-Irlandês de 1985 estabeleceu uma conferência intergovernamental para discutir assuntos de interesse mútuo na Irlanda do Norte. Em dezembro de 1993, uma declaração conjunta formou a base para um processo de paz, eventualmente denominado “Um Novo Esboço do Acordo”, que foi implementado em fevereiro de 1995. O processo propôs um método para se chegar a uma solução no futuro que não prejudicasse as aspirações dos lados oponentes na Irlanda do Norte. Como tal, pavimentou o caminho para o diálogo político que resultou no Acordo da Sexta-Feira Santa (*Good Friday Agreement — GFA*) em 10 de abril de 1998. Aquele acordo, como descrito pelo Primeiro-Ministro Bertie Ahern, foi “um mecanismo preciso para conseguir uma Irlanda unida, possível somente com o consentimento do povo irlandês, definido e aceito por todos os

lados.”¹² O processo político terminou com o restabelecimento da Assembléia da Irlanda do Norte em maio de 2007.

Os negociadores consideraram cada acordo no contexto de realizações anteriores e determinaram as metas com seus respectivos prazos estabelecidos para o progresso futuro. Mesmo que os prazos finais não fossem conseguidos, a existência de cronogramas proporcionou ao processo político esperança e direção.

A interação dos principais partidos políticos. Apesar dos cronogramas, desacordos veementes entre os principais partidos políticos, alimentados pelas posturas dos partidos como representantes das comunidades progressivamente mais militantes e divididas, inibiram o desenvolvimento político. Efetivamente, a maledicência estava tão forte que muitos consideravam a reunião de 2007 entre o líder do Partido Unionista Democrata Ian Paisley e o Presidente de Sinn Fein Gerry Adams simplesmente como o primeiro sinal de progresso.¹³ De fato, a reconciliação dos dois partidos políticos principais da Irlanda do Norte foi o oposto.

Após três décadas de oposição fervente, esta primeira reunião física entre os líderes nacionalistas e unionistas foi um marco decisivo. Demonstrou o comprometimento desses inimigos amargos a trabalharem juntos. A estreita associação entre os partidos políticos e as organizações paramilitares — Sinn Fein e o Exército Republicano Irlandês (*Irish Republican Army — IRA*) no lado nacionalista e o Partido Unionista Progressivo (*Progressive Unionist Party — PUP*), Força de Voluntários de Ulster (*Ulster Volunteer Force — UVF*), Partido Democrático de Ulster (*Ulster Democratic Party — UDP*) e os Lutadores pela Liberdade de Ulster (*Ulster Freedom Fighters — UFF*) no lado unionista — tinha se tornado um grande obstáculo ao progresso político. O Reino Unido se recusara a tratar com partidos políticos tão estreitamente ligados a grupos terroristas e criminosos. Como Fitzduff escreveu em 2002: “Os objetivos dos políticos não se diferenciaram de forma significativa dos objetivos de muitos dos paramilitares e durante o conflito os partidos políticos constitucionais freqüentemente acusaram-se entre si de conspirar secretamente com os diferentes paramilitares.”¹⁴ Essas eram as dificuldades enfrentadas pelos principais partidos políticos.

Envolvimento dos poderes regionais. De forma argumentável, a decisão do Primeiro-Ministro britânico Tony Blair de terminar o desarmamento como uma condição de diálogo e seu convite a Gerry Adams para reunir com ele na Rua Downing superaram o impasse. Trazer Sinn Fein ao processo político quando sua associação com o IRA ainda o prejudicava foi um passo corajoso que foi possível apenas porque Blair teve uma vitória esmagadora na eleição geral de 1997.¹⁵ Porém Blair, ao fazer isso, obteve um verdadeiro progresso para a AR2.

As atitudes mudadas das nações com interesse na Irlanda do Norte foram fundamentais ao progresso de AR2. Para o Governo do Reino Unido, inicialmente o conflito era um assunto interno para se resolver por meio da imposição de sua vontade nos recalcitrantes. Quando essa política não conseguiu ir para frente, o Reino Unido transferiu o controle a políticos locais e começou a tratar com outros interessados regionais, incluindo a República da Irlanda e a União Européia (UE). Por sua parte, a República da Irlanda abandonou

sua relativamente isolada posição para tratar com o Reino Unido do interesse dos nacionalistas.¹⁶ Bloomfield sugere que “a parceria entre Dublin e Londres exemplificada pelo Acordo Anglo-Irlandês de 1985 representou a mudança mais importante nos parâmetros da política estrutural britânica.”¹⁷ Com o envolvimento positivo dos vizinhos interessados e dos poderes regionais, havia a possibilidade de progresso verdadeiro no conflito em Ulster.

Observadores externos como intermediários. A internacionalização do conflito instigou os oponentes a fazerem que a pacificação realmente fosse possível. Como Seamus Dunn afirma, “Embora seja difícil encontrar um grau de influência de atores externos, tais como os Estados Unidos e a União Européia, não há dúvidas de que intervenções da comunidade internacional tenham contribuído ao processo de paz.”¹⁸ O envolvimento dos Estados Unidos (na pessoa do Senador George Mitchell) pavimentou o caminho para o diálogo político ao abrir linhas de comunicação entre os partidos políticos nacionalistas e o Governo do Reino Unido.

Apesar das objeções do Governo do Reino Unido, o Presidente Bill Clinton convidou Gerry Adams à Casa Branca em 1994. Por isso, Adams permaneceu uma parte fundamental do processo de AR2 por todo o seu mandato.¹⁹ Essas ações elevaram a AR2 ao nível internacional, forçando o Governo do Reino Unido a ser mais efetivo e responsável por seus métodos. No final, essa atitude levou à decisão de proporcionar a Sinn Fein um assento na mesa de negociações como um partido interessado, um passo essencial no processo de AR2.

Uma vez que os Estados Unidos tinham internacionalizado o assunto, a União Européia se tornou cada vez mais envolvida no processo. A UE apoiou a AR2 econômica e politicamente. Devido a sua experiência na criação de instituições federais, a UE chegou a ser um dos mais importantes intermediários, orientando o processo de paz pelo Acordo da Sexta-Feira Santa e trazendo desenvolvimento econômico tangível que ajudou a promover um continuado progresso político.

O papel da UE salienta a superposição entre aspectos políticos e econômicos da AR2. Em essência, a UE vinculou o progresso político a incentivos econômicos, os quais incentivaram os

partidos a desenvolverem o processo político. O povo que representavam começou a ver o processo político como economicamente compensador. Por sua vez, o desenvolvimento e a cooperação política ajudaram a abrir fronteiras e incentivaram o comércio. Assim, a dimensão política estabeleceu a base para mais desenvolvimento econômico e este (com a esperança que representasse um futuro melhor) proporcionou o incentivo para mais desenvolvimento político. Este ciclo provou ser um motivador poderoso na Irlanda do Norte e demonstra a importância do relacionamento sinérgico entre políticas e medidas econômicas em AR2.

Voltando para a segurança, se a ação militar é a “continuação da comunicação política”, 10 anos sem diálogo político real não significa 10 anos sem atividade política.²⁰ Quanto mais tempo o conflito militar continuou, mais entrincheiradas politicamente as posições se tornaram e menor foi a esperança do governo de reengajar os partidos políticos. Uma operação de segurança que dividiu as comunidades para manter a paz não era condizente para o diálogo político. Além do mais, a associação estreita dos partidos políticos e as organizações paramilitares significava que as ações militares na Irlanda do Norte podem desproporcionalmente influenciar o processo político. Em essência, a influência de intermediários externos mudou a natureza dessas associações.

Nas fases iniciais de AR2, a ênfase estava na segurança para o detrimento das outras dimensões do processo. Quando os participantes viram o conflito em termos militares, as forças de segurança e os ramos políticos militares descobriram que era muito mais difícil controlar o comportamento militante. O progresso verdadeiro em AR2 ocorreu quando a operação de segurança corrigiu o desequilíbrio ao subordiná-lo ao processo político. Foi necessária a influência de poderosos interesses externos para fazer isso acontecer. Quando os lados oponentes se comprometeram à interação política com seus inimigos declarados, foram capazes de ver além de um jogo de soma zero e de descobrir uma alternativa para obter sucesso sem meios violentos. A pressão de intermediários externos ajudou a compeli-lo o mecanismo de segurança e a diminuir sua postura dominante.

A Dimensão Econômica

O desenvolvimento econômico era uma condição-chave para uma AR2 eficaz na Irlanda do Norte. A pobreza era responsável por muitas das causas principais do conflito. A discriminação de emprego contra a comunidade católica contribuiu à crescente animosidade ao Governo do Reino Unido.²¹ Como acima mencionado, os mercados se abriram na Irlanda do Norte somente após a internacionalização do problema, que juntamente com os incentivos econômicos estimularam o progresso político.

O envolvimento da comunidade internacional e da UE foi particularmente importante no desenvolvimento econômico da Irlanda do Norte. O financiamento do Programa para Paz e Reconciliação da UE (às vezes referido como o “*PEACE Program*”) chegou a ser mais de €1000 milhões (um bilhão americano). Suas metas de inclusão social, desenvolvimento econômico e emprego, regeneração urbana e rural, e cooperação através das fronteiras diretamente relacionaram-se à AR2.²²

Em razão de que a entrega de ajuda foi contingente dos interesses dos países doadores, o desenvolvimento econômico da Irlanda do Norte teve um impacto além das fronteiras geográficas da região. A compensação de ajuda por interesse teve o efeito secundário benéfico de retornar a Irlanda do Norte ao sistema econômico mundial.

A dimensão econômica também afetou a dimensão de segurança. O desemprego proporcionou aos grupos paramilitares uma boa base de recrutamento e compeliu muitos deles a cometer atividades criminosas para financiar suas campanhas de terror.²³ O contrabando de combustível e de drogas e os roubos de bancos exigiam muito dos serviços de segurança, resultando em ocasionais medidas de segurança severas. Com seu efeito adverso no comércio legal, essas medidas agravaram a depressão econômica e aumentaram a necessidade de mais segurança. Travando-se uma campanha militar para o término do terrorismo e de atividades criminosas sem levar-se em consideração as conseqüências econômicas criou-se um círculo vicioso, o qual tolheu o crescimento econômico na Irlanda do Norte. Em resumo, incentivos econômicos só puderam florescer onde ocorreram operações de segurança e progresso político.

Eventualmente, o Governo do Reino Unido e outros participantes perceberam que incentivos econômicos eram motivadores poderosos e os empregaram com bom efeito. Ao formar-se vinculações comerciais entre os lados do conflito, foi-se capaz de estabilizar a situação de segurança e de obter progresso político. Com o decorrer do tempo, isso incentivou uma sociedade fraturada a pôr de lado suas diferenças políticas em favor da busca da prosperidade.

O reconhecimento pelo Governo do Reino Unido dos interesses da República da Irlanda na Irlanda do Norte também rendeu grandes dividendos econômicos. A República alcançou crescimento econômico sem precedente no final dos anos 80 e no início da década de 90. Seu PIB cresceu por 53% entre 1988 e 1994 — o crescimento mais rápido na UE durante o período.²⁴ A Irlanda do Norte conseguiu pegar uma carona no sucesso, e de 1987 a 1997, o valor nominal das exportações da Irlanda do Norte à República da Irlanda aumentou 92,3% enquanto que as importações da República da Irlanda aumentaram 68,3%.²⁵ Este crescimento contribuiu para uma radical mudança para melhor na economia da Irlanda do Norte com

um “crescimento de 2,4% ao ano nos próximos seis anos que terminaram em 31 de dezembro de 1996, comparado com os 0,9% da Grã Bretanha como um todo para o mesmo período.”²⁶

Do auge de 17,2% em outubro de 1986, o desemprego baixou rapidamente a 7,6% em novembro de 1997, seu nível mais baixo em aproximadamente 17 anos. Este progresso teve duas conseqüências principais. Primeiro, removeu uma causa do descontentamento e da marginalização que tornaram atraentes as atividades criminosas das organizações paramilitares. Segundo, pessoas empregadas se tornaram partes interessadas na sociedade e procuraram um ambiente pacífico e politicamente progressivo no qual podiam trabalhar e prosperar. Como Kim Cragin e Peter Chalk destacaram: “Alguns grupos terroristas tinham oferecido incentivos financeiros e adicional apoio familiar aos recrutas... políticas de desenvolvimento social e econômico... ajudaram a reduzir a fonte de recrutas potenciais por meio da redução de suas reclamações percebidas e de proporcionar alternativas viáveis ao terrorismo aos membros dessas comunidades.”²⁷



AFP, Paul Fáith

Um helicóptero britânico paira sobre um posto de observação perto de Camlough, 25 de outubro de 2001. Engenheiros militares começaram a desmontá-lo após o IRA ter anunciado que iniciou o processo de desarmamento.

Ao destacar o impacto mais amplo do desenvolvimento econômico na reconciliação social, Cragin e Chalk apontam para o surgimento de uma nova classe média na Irlanda do Norte: “Membros deste setor demográfico particular já formaram importantes redes de mediação para reduzir a violência entre os partidários dos grupos militantes protestantes e aqueles solidários à causa do Exército Republicano Irlandês Real.”²⁸

A Dimensão de Segurança

Desde o início, as forças de segurança na Irlanda do Norte foram planejadas para servir como uma ameaça visível para assegurar que os partidos estivessem envolvidos no processo político. A desescalada foi planejada para ser uma ferramenta negociadora para incentivar o processo político. No entanto, o fracasso de ser imparcial ou a percepção de imparcialidade, prolongou o processo. Por isso, o emprego de forças militares para uma solução de segurança era prejudicial ao progresso político em AR2. A operação de segurança se envolveu num fim em si mesmo com pouca consideração dada aos desenvolvimentos políticos (e econômicos), contanto que o ambiente fosse perigoso. O Reino Unido empregou seu exército nestes anos iniciais para reagir às acusações de parcialidade por parte da Polícia Real de Ulster, mas a presença do exército politizou o esforço de segurança e minou a autoridade policial.²⁹ Quando o Acordo da Sexta-Feira Santa e a subsequente Comissão de Patton criaram o Serviço Policial da Irlanda do Norte em novembro de 2001, as forças policiais finalmente começaram a desempenhar um papel eficaz em AR2.³⁰

Também, a situação de segurança impactou na área econômica, como acima mencionado. Embora os controles fronteiriços e as ampliadas medidas de segurança interna (e.g. segregação) minassem os esforços paramilitares ao eliminar o contrabando e o mercado negro como fontes de financiamento, reprimiram o comércio legal. Ironicamente, na ausência de substancial desenvolvimento econômico e social que aborda o desemprego, o comércio ilegal em que as organizações paramilitares se engajaram chegou a ser a fonte do meio de vida para muitos na Irlanda do Norte. A eliminação desta oportunidade de ganhar sem proporcionar meios de vida alternativos foi impopular e aumentou descontentamento.

S.E. Sneddon escreve sobre os primeiros anos, “Erros foram cometidos; a abordagem colonial severa dos anos 70 que utilizava internamento, interrogatórios brutos, toques de recolher e buscas de áreas era extremamente contraproducente e gerava profunda simpatia para o IRA.”³¹ O Governo do Reino Unido descobriu que era difícil parecer imparcial quando todos consideravam que seu exército estivesse parcial ao lado unionista. O governo começou a reagir a essas alegações ao desenvolver novas forças policiais, embora as forças

Trazendo Sinn Fein ao processo político quando sua associação com o IRA ainda o prejudicava foi um passo corajoso...

armadas tivessem um papel nisso também. Como Sneddon observou: “Uma das mais importantes realizações das forças armadas foi a capacidade de se envolver e ficar mais em linha com o progresso político, tornando-se uma parte vital, mas sempre subordinada, da campanha geral.”³² Quando as forças armadas se subordinaram ao processo político, as operações de segurança começaram a ter um impacto muito mais positivo no ciclo do progresso econômico e político.

Em resumo, inicialmente as forças de segurança na Irlanda do Norte impuseram a paz e protegeram os cidadãos por meio da persuasão dos lados oponentes que os benefícios econômicos, políticos e sociais de AR2 sobrepassavam os benefícios da continuação do conflito. Eventualmente esta presença de segurança criou um ambiente relativamente seguro para AR2, mas os progressos econômicos e políticos verdadeiros se tornaram possíveis somente quando a polícia tinha autoridade sobre as forças armadas e o povo acreditou que as forças de segurança estivessem imparciais. As seguintes seções descrevem a AR2 na maneira de como essas dimensões formaram a pacificação do conflito.

A Anistia

Quando discutindo a AR2, deve-se lembrar que certas condições têm que ser atingidas para prosseguir com um processo eficaz. Especificamente, tem que existir um acordo

político inicial, embora, como abaixo descrito, a anistia freqüentemente passa a formar parte deste acordo inicial. Como Brian Gormally escreve: “As políticas têm que chegar primeiro. Somente... na base de uma solução política verdadeira, será fundamental o apoio de desmobilização e reintegração... componentes da reabilitação e desenvolvimento pós-guerra.”³³ No caso da Irlanda do Norte, este desenvolvimento político foi incorporado ao Acordo da Sexta-Feira Santa, no qual a anistia foi central. Abaixo estão análises separadas da anistia política e do desarmamento na Irlanda do Norte.

A anistia política. A anistia é sempre uma parte importante na pacificação de conflitos. Como Gormally e McEvoy descobriram na sua pesquisa de 1995 sobre a libertação e reintegração de prisioneiros politicamente motivados no mundo inteiro, “esse assunto é essencial para qualquer processo de paz que segue um conflito político. Sem levar em consideração as posições particulares promulgadas pelos partidos negociadores em qualquer tempo, argumentamos que, até se a questão de prisioneiros for concordada, nada que venha a criar uma solução final pode ser acordada.”³⁴ A anistia de prisioneiros na Irlanda do Norte foi importante por duas razões: foi uma medida válida para que o Governo do Reino Unido ganhasse confiança e muitos dos principais participantes necessários para liderar os processos de reconciliação e reintegração estavam na cadeia, estando excluídos do processo. A anistia era, necessariamente, um precursor para a reconciliação e a reintegração na Irlanda do Norte.

Um ponto adicional a observar é que freqüentemente a anistia aparece como uma concessão, de um lado para outro, neste caso do Governo do Reino Unido para os insurgentes e terroristas. Para muitos, essa concessão era e permanece desagradável. No entanto, o Governo do Reino Unido não venceu o combate de contra-insurgência nem derrotou o IRA, como os autores de *An Analysis of Military Operations in Northern Ireland* (Uma Análise das Operações Militares na Irlanda do Norte) concluíram: “Deve ser reconhecido que o Exército não “ganhou” em nenhuma forma de atuação reconhecível, ao invés disso conseguiu seu resultado final desejado, o que permitiu o estabelecimento de um processo

político sem inaceitáveis níveis de intimidação.”³⁵ Tinha, como acima mencionado, levado os vários beligerantes ao ponto onde uma solução negociada foi mais atraente do que a resistência continuada. Pela mesma razão, evidentemente o Governo do Reino Unido também tinha chegado ao ponto onde uma solução negociada serviu seus próprios interesses, e para isso, ao entrar no processo, tinha que estar preparado para fazer concessões da mesma maneira que outros partidos.

Pode-se argumentar que, no término do violento conflito armado, o Governo do Reino Unido tinha a obrigação moral de proporcionar melhores condições para o futuro daqueles que o Governo tinha “desempregado”. Tinha que haver pelo menos um reconhecimento parcial de uma obrigação de incluir na nova sociedade aqueles que tinham lutado por duas gerações para unir a Irlanda e retirar os britânicos empregando qualquer meio. Jonathon Moore advoga este ponto de vista: “Uma olhada aleatória pelos milhares de casos jurídicos que levaram a uma condenação de insurgentes mostra um retrato complexo no qual o infrator individual é preso num ciclo de violência. É um dos comentários mais ouvidos entre os círculos unionistas e republicanos (nacionalistas), que a maioria dos jovens que acaba em prisão não teria chegado até lá se não fosse por causa dos “problemas”. Estatisticamente pelo menos, isso é um ponto de vista sustentável.”³⁶

A anistia não era um novo conceito aos britânicos na Irlanda do Norte. Como Moore escreveu: “Normalmente, a Grã-Bretanha tem descoberto que é mais inteligente soltar infratores políticos irlandeses antes que tenham servido toda ou até uma parte significativa de suas sentenças. O realismo político sugeriu aos políticos britânicos que o encarceramento continuado de “patriotas” foi um impedimento e não um benefício à realização de estabilidade política.”³⁷ De fato, houve várias anistias durante os “problemas” em resposta aos cessar-fogos. Por exemplo, 36 prisioneiros receberam a anistia após o primeiro cessar-fogo em 1994 e mais 25 entre julho de 1997 e abril de 1998.³⁸ No entanto, o já sensível assunto de anistia foi elevado a outro nível quando, no Sinn Fein Ard Fheis de 1994, prisioneiros nacionalistas apresentaram uma moção afirmando que “a libertação de todos os prisioneiros era uma exigência republicana baseada nos

méritos de justiça — não haveria prisioneiros se não pelo conflito causado pela usurpação da soberania irlandesa pelos britânicos”.³⁹ Como resultado, essa afirmação colocou o Governo do Reino Unido numa posição difícil. Ao sugerir que qualquer anistia geral no futuro seria o equivalente na Grã-Bretanha, admitindo-se que tivesse usurpado a soberania irlandesa. Criou-se pressão que poderia ter impedido mais progresso. Felizmente, o Governo do Reino Unido foi capaz de superar o retórico e concordou com uma anistia geral rápida no Acordo da Sexta-Feira Santa. A concessão da anistia geral em face de tal discurso provocativo provavelmente serviu para aumentar a confiança que os partidos nacionalistas tinham no Governo do Reino Unido.

No Acordo da Sexta-Feira Santa, os governos do Reino Unido e da Irlanda se comprometeram a estabelecer “mecanismos para prover um programa acelerado para a libertação de prisioneiros.”⁴⁰ Eles observaram que aqueles incluídos nas provisões do acordo devem, pendente uma análise individual, ser libertados dentro de dois anos após a afirmação do acordo.⁴¹ Contudo, embora uma anistia geral seja necessária para iniciar o processo de reconciliação e reintegração, também se provou divisões, como imaginado, na sociedade da Irlanda do Norte. Dado que a grande maioria daqueles que seriam libertados eram nacionalistas, pode-se entender a preocupação sentida pela comunidade unionista sobre a libertação daqueles prisioneiros (aproximadamente 150). Como o Primeiro-Ministro Blair disse: “A libertação antecipada de prisioneiros paramilitares... profundamente afetou as emoções das pessoas.”⁴² Ian Paisly foi particularmente veemente com sua oposição.⁴³

Por outro lado, a anistia também tinha outros dois principais efeitos no processo político. Primeiro, a influência de prisioneiros paramilitares, que antes era considerável, foi significativamente reduzida e para realizar seus objetivos desejados ex-militantes foram conduzidos a trabalhar por meio de partidos políticos.⁴⁴ Fitzduff aponta à emergência de vários novos partidos políticos no fim da década de 90 que recrutaram grandes números de ex-paramilitares como por exemplo o Partido Unionista Progressivo e o Partido Democrático de Ulster.⁴⁵ Segundo, muitos dos paramilitares têm sido diretamente envolvidos no desenvolvimento do processo de paz.⁴⁶ Fizeram

isso ao estar politicamente ativos ou ao assumir papéis de liderança nos processos de reconciliação e reintegração. Provavelmente o melhor exemplo é Martin McGuinness, um condenado terrorista superior do IRA que se tornou o principal negociador do Sinn Fein durante o Acordo da Sexta-Feira Santa. McGuinness atualmente exerce o cargo de vice-ministro da Irlanda do Norte.

O desarmamento. Com o reconhecimento que a rendição de grandes quantidades de armas seria uma parte essencial do processo de paz geral, o Governo do RU exigiu o “desarmamento” como uma condição principal para a negociação, particularmente com o IRA e o Sinn Fein. No entanto, havia uma disparidade entre as condições exigidas dos paramilitares nacionalistas e as requeridas pelos grupos unionistas. O IRA se recusou firmemente a render suas armas sem evidência de ação recíproca por parte dos unionistas. Como já vimos, no final, essa condição foi retirada de acordo com os “Princípios Mitchell”.⁴⁷ Ao invés disso, o desarmamento chegou a ser parte da anistia do Acordo da Sexta-Feira Santa. Não obstante, permaneceu um assunto contencioso. Embora o IRA reivindicue que tenha removido muito de seu arsenal de serviço, sua rejeição de proporcionar evidências fotográficas da destruição desse material permanece uma preocupação unionista.

Duas lições positivas surgiram do desarmamento na Irlanda do Norte: a flexibilidade entre as partes interessadas permitiu essencialmente uma redução nas exigências iniciais; e, semelhante ao processo político de uma maneira geral, o envolvimento de participantes internacionais ajudou no processo de desarmamento. E como o honroso Mitchell B. Reiss, emissário especial do Presidente e do Secretário de Estado para o Processo de Paz da Irlanda do Norte, escreveu, “O Acordo da Sexta-Feira Santa estabeleceu um processo de desarmamento dos paramilitares que foi verificado pela Comissão Independente Internacional de Desarmamento (*Independent International Commission on Decommissioning — IICD*). Esse processo deixou os grupos paramilitares evitar a percepção de que estavam devolvendo suas armas ao governo britânico por meio da utilização de um órgão internacional para resolver o assunto de desarmamento.”⁴⁸ Não obstante, embora o processo de desarmamento ganhasse a credibilidade da

presença de um intermediário externo, permanece um assunto contencioso com potencial para problemas futuros.

A Reconciliação

Como acima definido, a “reconciliação” leva à reunião de agendas políticas oponentes ao ponto em que o diálogo progressivo e significativo pode se tornar possível. Esta forma de reconciliação, resultando num acordo de paz, parece necessária de uma maneira geral para o sucesso do processo de AR2 e sua reintegração em particular.

É possível que a reconciliação social seja o processo da AR2 mais difícil de se desenvolver. Como Daniel Bar-Tal e Gemma Bennink escreveram: “Sugerimos que é o processo de reconciliação que constrói uma paz estável e duradoura.”⁴⁹ A reconciliação clama por uma mudança social e mostra as intransigências que dificultam o processo. Bar-Tal e Bennink prosseguem: “A reconciliação vai além da agenda de pacificação de conflitos formal até uma mudança de motivações, metas, crenças, atitudes e emoções da maioria dos membros da sociedade com respeito ao conflito.”⁵⁰

Assim, a reconciliação é parcialmente difícil de conseguir-se em sociedades onde identidades separadas têm evoluído.

Na Irlanda do Norte essas identidades têm convivido ao redor de rituais e simbologias. Durante o tempo dos “problemas”, murais e lugares conhecidos adquiriram significância e chegaram a demarcar os territórios de grupos rivais. Desfiles, em particular os dos unionistas em Portadown e no sul de Belfast, ficaram símbolos icônicos que serviram para dividir a sociedade.⁵¹ Porém, a subordinação das preocupações dos grupos aos interesses da comunidade em geral é o que sustenta o processo de reconciliação.

Embora os partidos principais na Irlanda do Norte não estivessem preparados para ceder o que eles consideravam direitos, as forças de segurança desempenharam um papel valioso ao tentar aliviar, por meio de negociações ou do emprego de barricadas ou de obstáculos para controlar o público, a fricção causada pelas passeatas. Além de manter a ordem pública, essas intervenções ajudaram o processo de reconciliação por meio de limitação das confrontações entre os lados oponentes. A atenção foi desviada das mensagens



Murais unionistas numa área protestante, Belfast, 14 de julho de 2006.

confrontantes das passeatas para uma antipatia às forças de segurança que tentaram lhes negar seus “direitos”.

Se o objetivo final de reconciliação é construir a base de uma descrição comum e desenvolver uma identidade compartilhada, as passeatas indicam que o processo está longe de ser resolvido na Irlanda do Norte. De fato, os principais lados consideram o Acordo da Sexta-Feira Santa e seu resultante diálogo como uma oportunidade de continuar a buscar suas próprias agendas sob o esboço de seus ideais separatistas. Parece haver pouco interesse no desenvolvimento de uma identidade comum, então se pode concluir que, contanto que isso permaneça, a perspectiva de paz para longo prazo estará reduzida.

Curiosamente, em seu artigo “Reconciliation as a Dirty Word: Conflict, Community Relations and Education in Northern Ireland” (*A Reconciliação como uma Palavra Suja: Conflito, Relações Comunitárias e Educação na Irlanda do Norte*), Lesley McEvoy, Kieran McEvoy e Kirsten McConnachie argumentam que o termo “reconciliação” descreve inapropriadamente o processo na Irlanda do Norte. Para muitos envolvidos, “reconciliação” está associada estreitamente às demais relações comunitárias e a implicação que suas próprias identidades são impedimentos ao progresso. Além do mais, em particular para nacionalistas, o termo é sugestivo dos programas institucionalizados pelo Governo do Reino Unido. No seu ponto de vista, o Reino Unido deveria ter sido envolvido no processo, e não o imposto.⁵²

O mesmo artigo também salienta o papel essencial desempenhado pelos ex-combatentes no processo de reconciliação: “Alguns desses homens e mulheres têm estado na liderança para tratar de assuntos mais difíceis do processo de paz, trabalhando nas interligações de violência em pontos críticos; nas negociações de assuntos contenciosos; no desarmamento paramilitar; no engajamento com as vítimas de violência política e outros ex-combatentes e na promoção de incentivos para debate emergente sobre a redescoberta da verdade na jurisdição.”⁵³ Por meio desses comentários, pode-se discernir uma vinculação evidente entre a anistia concedida aos ex-prisioneiros, sua reintegração à sociedade e seus trabalhos subseqüentes no campo da reconciliação.

A Reintegração

A reintegração também tem ocorrido em diferentes níveis na Irlanda do Norte: a reintegração da região propriamente dita, reintegração das comunidades católicas e protestantes e a reintegração de ex-prisioneiros na sociedade em geral. Ao examinar a reintegração como um conceito, deve-se entender que é um processo bilateral que exige decisão e esforço pela parte que está sendo reintegrada e pela sociedade receptiva. Esta distinção é importante visto que a base tem que ser preparada nos dois lados.

A reintegração regional. A reintegração regional na Irlanda do Norte, política e economicamente, não apenas fortaleceu os laços entre as demais partes do Reino Unido e da Irlanda, mais também amplamente com a União Européia e até mesmo outras partes do mundo. Este tipo de reintegração foi estimulado por laços econômicos e unido por negociações e acordos políticos. Como tal, pode-se argumentar razoavelmente que era fundamental na ampliação de visão de muitos dos grupos na Irlanda do Norte, além do que se pode considerar como assuntos paroquiais (sem banalizá-los). Embora seja difícil substanciar, pode-se concluir que ao invés de sentirem-se travados em conflito mortal com o Reino Unido ou um a outro, muitos dos partidos políticos e dos paramilitares perceberam que os olhos do mundo os estavam vigiando. Por isso, podiam usar esta alta visibilidade para obtenção de vantagem na busca de suas metas por meios pacíficos, em particular ao estimular o apoio de outras nações para influenciar os Governos do Reino Unido e da Irlanda para reconhecer suas posições.

A reintegração comunitária. Um dos métodos mais eficazes que as forças de segurança podem empregar para diminuir a violência é a construção de barreiras físicas para separar as facções combatentes. Na Irlanda do Norte, as divisões que essas “muralhas da paz” criaram foram acentuadas pela demarcação de territórios, geralmente pintando-se murais, erguendo-se meio-fios ou hasteando-se bandeiras de partidos. Como o conflito progrediu, no entanto, as comunidades ficaram cada vez mais isoladas e entrincheiradas, não apenas física, mas também psicologicamente. Por isso, para o processo de reintegração, as comunidades precisavam superar as barreiras físicas e mentais.

Na Irlanda do Norte, é possível ver que, com o passar do tempo, policiamento eficaz contrabalança com a necessidade de barreiras físicas. Os impedimentos mentais de reintegração foram mais significantes; de fato, a maioria do trabalho de relações comunitárias na Irlanda do Norte foi baseada na suposição de que “embora tal separação física e mental exista entre as comunidades, medos e desentendimentos sobre as intenções finais de um a outro continuarão e assim tornarão a realização de quaisquer soluções políticas concordadas entre as comunidades até mais difíceis, e até mesmo, mais difíceis de se manter.”⁵⁴

Por todo o percurso do conflito, o Governo do Reino Unido lançou iniciativas de relações comunitárias nos níveis nacional, regional e local. Talvez a principal entre elas fosse o Conselho de Relações Comunitárias (CRC), estabelecido em 1990 e planejado como “uma agência independente dedicada ao melhoramento das relações entre comunidades e à promoção de pacificações na Irlanda do Norte.”⁵⁵ Fitzduff, que era o primeiro diretor do CRC, aponta dois elementos significantes que capacitaram tais programas a iniciarem a realização de um nível de reintegração social. O primeiro foi uma ênfase na educação, quer dizer, dando aos participantes o conhecimento e habilidades necessários que podem ser usados para iniciar ou continuar o diálogo. O segundo foi o emprego de “parciais” como facilitadores. Tendo-se concluído por meio de experimentos que era virtualmente impossível para os dois lados considerarem um facilitador completamente neutro, iniciaram-se trabalhos para o desenvolvimento de um quadro de pessoas “parciais” ou “parciais informadas”, cuja lealdade era conhecida por ambos os lados, mas que estavam confiadas em deixar seus interesses de lado para a duração do diálogo comunitário. Esses indivíduos conseguiram “exibir franqueza em seus diálogos, receios e convicções políticas ao passo que asseguraram um processo produtivo para a discussão.”⁵⁶ Este mecanismo provou ser muito bem-sucedido e freqüentemente tem envolvido ex-prisioneiros, contribuindo assim para sua reintegração na comunidade.

A reintegração de prisioneiros políticos. Este aspecto da reintegração segue diretamente após a anistia e é mais um passo essencial no processo

de AR2. Segundo Gormally: “A libertação e a reintegração de prisioneiros constituem-se em um pré-requisito indispensável para a formação de uma sociedade participativa.”⁵⁷ Claro, a base para tal reintegração tem que ser preparada. A preparação ocorre nos dois lados do processo; por um lado, os ex-combatentes precisam estar preparados para fazer sua parte como cidadãos responsáveis de uma democracia; por outro lado, a sociedade recebendo-os tem que estar preparada para reconhecer que uma mudança já ocorreu, devendo aceitá-los conforme esses termos.

O papel significativo que prisioneiros políticos desempenharam, não apenas com parcialidade, mas também por todo o processo de paz na Irlanda do Norte, ajudou nesta fase de reintegração. Mais uma vez, Gormally aborda esta importância: “O papel ativo de prisioneiros e ex-prisioneiros no processo de paz abriu caminho para sua reintegração política... virtualmente todos os negociadores que representavam os partidos alinhados com os paramilitares durante os acordos de paz eram ex-prisioneiros.”⁵⁸ Em essência, tendo se entendido que mais violência não os levaria à obtenção de suas metas, muitos dos insurgentes procuraram reivindicar suas causas nos foros políticos.

Aos ex-combatentes foram concedidas as oportunidades de trabalho em foros patrocinados pelo Governo do Reino Unido, cuja atitude neste aspecto ajudou o processo. Tendo adotado uma atitude intencionalmente permissiva, o governo criou as condições que permitiram àqueles mais estreitamente ligados às organizações paramilitares reintegrarem-se a uma sociedade democrática. Esta situação ajudou a promover o processo político ao capacitar ex-prisioneiros e apoiadores a desempenharem um papel não violento e ativo, e ao assegurar que os paramilitares influenciassem seus partidários a apoiarem ativamente o processo político.

Ao mesmo tempo, a reintegração de prisioneiros políticos na sociedade da Irlanda do Norte não passou sem problemas. A maioria deles se originou das condições econômicas que ex-prisioneiros enfrentaram quando iniciaram seus processos de reintegração. Devido a uma carência de habilidades técnicas (devido ao tempo nas prisões), a aversão de empregadores a essas pessoas com uma “má reputação” e várias outras razões legais, muitos

tiveram dificuldades na obtenção de emprego.⁵⁹ Também, isso salienta a importância da sociedade de estar preparada para receber ex-prisioneiros. Gormally afirmou: “Ao excluir-se ex-combatentes de trabalhos convencionais, a paz duradoura fica difícil de se consolidar.”⁶⁰ Mais uma vez a comunidade internacional tem intervindo positivamente: a UE já iniciou um “Programa Especial para Apoio e Reconciliação que, ao proporcionar financiamento a comunidades para patrocinar “projetos de prisioneiros”, tem ajudado o processo de reconciliação e reintegração.

Conclusão

As ações do Governo do Reino Unido para pacificar o conflito na Irlanda do Norte mostram algumas das dificuldades inerentes numa tentativa de equilibrar adequadamente as dimensões política, econômica e de segurança de uma sociedade para estabelecer as condições necessárias para a AR2. As seguintes observações mostram algumas das lições daquele processo de AR2:

- a internacionalização do problema e a caracterização da situação como um jogo de soma zero por parte do Governo do Reino Unido nos primeiros anos do conflito dificultaram o diálogo político significativo por décadas;
- ao invés do diálogo significativo, pode-se argumentar que as operações de segurança se tornaram um fim em si, sendo assim prejudiciais aos esforços gerais de AR2;
- pode-se argumentar, também, que o progresso não era real até que Sinn Fein foi introduzido no processo político, com incentivos econômicos significativos, junto com intermediários internacionais. Essas medidas deveriam ter sido tomadas nos 25 anos decorrentes de lutas militares;
- embora o Governo do Reino Unido possa afirmar que levou 25 anos para estabelecer as condições para o que seguiu, pode-se concluir

que a luta militar continuou por tanto tempo precisamente porque os passos acima não foram tomados mais cedo. Entretanto, o conflito serviu apenas para progressivamente dividir e empobrecer a sociedade na Irlanda do Norte; e

- a eficácia da mediação externa para auxiliar em assuntos políticos e econômicos deveria ter sido buscada mais cedo no processo. Apesar de assuntos de soberania, a imparcialidade de um intermediário externo claramente oferece benefícios, em particular quando o governo tem uma associação estreita e um interesse percebido para um dos lados.

Em resumo, qualquer abordagem para estabelecer as condições para a AR2 precisa ser abrangente, equilibrada e responsável. Deve tentar desenvolver processos políticos, econômicos e de segurança de uma forma que evite que uma dessas áreas tenha um impacto adverso em outras. Somente ao se conseguir resultados simultâneos em todas as dimensões será preparada a base para uma AR2 bem-sucedida.

Como parte das forças de segurança, as forças armadas têm um papel importante para desempenhar no estabelecimento da base de AR2. Principalmente, porque podem persuadir aos lados oponentes que os benefícios a serem ganhos (econômico, político e social) por meio de AR2 serão maiores do que os benefícios potenciais da continuação da luta. As forças militares têm que agir como uma ameaça às organizações paramilitares para assegurar que seus representantes negociem. As forças militares — de fato todas as forças de segurança — devem considerar os efeitos negativos de suas operações. As operações militares não devem ser vistas como um fim em si ou até mesmo como uma maneira para apoiar um governo legítimo, ao invés disso, devem ser consideradas em termos de suas contribuições aos processos essenciais de AR2.⁶¹ **MR**

REFERÊNCIAS

1. *The Oxford Dictionary and Thesaurus*, ed. por Sara Tulloch (Oxford, UK: Oxford University Press, 1997), s.v. “amnesty.”

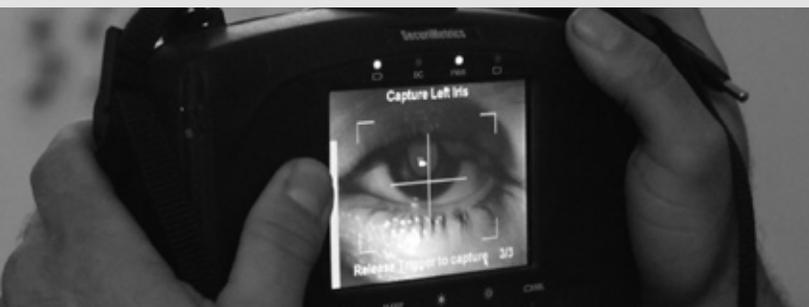
2. *The Oxford Dictionary and Thesaurus* define “reconciliação” de várias maneiras 1. fazer amigável após uma alienação, 2. fazer aquiescente ou submisso com contentamento 3. a. resolver (uma briga etc.), 4. a. harmonizar; fazer compatível, b. mostrar a compatibilidade por meio de um argumento ou prática. *The Oxford Dictionary and Thesaurus*, ed. por Sara Tulloch (Oxford, UK: Oxford University Press, 1997), s.v. “reconcile.”

3. Esta conotação é de acordo com o entendimento de Lesley McEvoy, Kieran

McEvoy e Kirsten McConnachie que escreveram: “A negociação bem-sucedida do Acordo da Sexta-Feira Santa em 1998 já deixou que o processo de paz irlandês fosse considerado amplamente como um exemplo de uma reconciliação bem-sucedida entre inimigos afirmados.” “Reconciliation as a Dirty Word: Conflict, Community Relations and Education in Northern Ireland,” *Journal of International Affairs* 60, n°.1 (Fall 2006), p. 81.

4. BLOOMFIELD, David, *Peacemaking Strategies in Northern Ireland: Building Complementarity in Conflict Management Theory* (New York: St Martin’s Press Inc., 1997), p. 22.

5. *Ibid.*, p. 3.
6. CUNNINGHAM, Michael, *British Government Policy in Northern Ireland 1969-2000* (Manchester, UK: Manchester University Press, 2001), p. 161.
7. Existem muitos partidos políticos e paramilitares diferentes com agendas diversas que estão imprecisamente ligados por um desejo comum de preservar a união com a Grã-Bretanha. A maioria deles é classificada como “unionista” ou “lealista”. Para facilitar o entendimento deste artigo, usarei o termo “unionista” para me referir a todos esses grupos.
8. Da mesma forma, existem muitos partidos políticos e paramilitares diferentes com agendas diversas que estão imprecisamente ligados por um desejo comum de unir a Irlanda sob um governo e para a Irlanda do Norte de ceder de sua união atual com a Grã-Bretanha. A maioria deles é classificada “nacionalista” ou “republicana”. Para facilitar a compreensão deste artigo, usarei o termo “nacionalista” para referir a todos esses grupos.
9. AHERN, Bertie, “In Search of Peace: The Fate and Legacy of the Good Friday Agreement,” *Harvard International Review* 24 (Winter 2003): 26.
10. Bloomfield, p. 185.
11. FITZDUFF, Mari, *Beyond Violence: Conflict Resolution Process in Northern Ireland* (New York: United Nations Press: Incore, 2002), p. 79.
12. *Ibid.*, p. 28.
13. Editorial, “Peace in Northern Ireland,” *America: The National Catholic Weekly*, 30 de abril de 2007.
14. Fitzduff, p. 9.
15. Um outro evento-chave que de muitas maneiras capacitou e pode-se argumentar razoavelmente forçou o Primeiro-Ministro Blair em direção a esta medida foi a ação do Presidente Clinton de legitimar Gerry Adams e por sua associação proporcionar ao IRA um programa político oficial ao convidá-lo à Casa Branca em 1994.
16. *An Analysis of Military Operations in Northern Ireland* realmente argumenta que o Governo da Irlanda estava ativamente hostil ao Reino Unido: “O Governo da Irlanda, o qual tinha cooperado com Stormont (a sede do governo da Irlanda do Norte) durante a campanha do IRA de 1957-1962, era profundamente anti-britânico no final dos anos 60 e 70. Por isso, inicialmente não havia quase nenhuma cooperação através das fronteiras.” *Operation BANNER: An Analysis of Military Operations in Northern Ireland*, Army Code 71842, julho de 2006, pp. 3-6.
17. Bloomfield, p. 38.
18. DUNN, Seamus, “Northern Ireland: A Promising or Partisan Peace?” *Journal of International Affairs* 52, no.2 (Spring 1999): p. 729.
19. CASCIANI, Dominic, “Clinton: His Role in Northern Ireland,” *British Broadcasting Corporation*, disponível em: www.news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/northern_ireland/1065913.stm, acesso em: 5 de setembro de 2007.
20. Carl von Clausewitz, *On War*, trans. and ed. by Michael Howard and Peter Paret (New Jersey: Princeton University Press, 1989), p. 87.
21. The Portland Trust, *Economics in Peacemaking: Lessons from Northern Ireland*, maio de 2007, 7, disponível em: www.portlandtrust.org/Economics%20in%20Peacemaking%20-%20Lessons%20from%20Northern%20Ireland.pdf.
22. Comissão Europeia, “EU Programme for Peace and Reconciliation in Northern Ireland and the Border Region of Ireland (2000-2004) - PEACE II”. Disponível em: www.ec.europa.eu/regional_policy/country/prordn/details.cfm?gv_PAY=UK&gv_reg=ALL &gv_PGM=2000RG161PO001&LAN=5, acesso em: 22 de agosto de 2007.
23. Fitzduff, p. 99.
24. Conselho do distrito de Newry e Mourne, “Economic Development: Statistics: Northern Ireland’s Economic Statistics”, disponível em: www.newryandmourne.gov.uk/economic_development/stats/economic.asp, acesso em 12 de setembro de 2007).
25. *Ibid.*
26. *Ibid.*
27. CRAGIN, Kim e CHALK, Peter, *Terrorism and Development: Using Social and Economic Development to Inhibit a Resurgence of Terrorism* (Santa Monica, California: Rand, 2003), x.
28. *Ibid.*
29. A Polícia Real de Ulster era a força policial na Irlanda do Norte entre 1922 e 2001 e foi considerada por muitos na comunidade católica de ser dominada e leal aos protestantes e protetora dos paramilitares unionistas.
30. A Comissão Patton conduziu uma análise independente do policiamento na Irlanda do Norte e fez 175 recomendações sobre assuntos que variam desde a composição, tamanho e estrutura do serviço policial à criação de novas estruturas de responsabilidades, e enfatizou que direitos humanos e o policiamento comunitário devem ser sublinhados por todos os trabalhos realizados pelo serviço policial. No website do Serviço Policial da Irlanda do Norte, disponível em: www.psn.police.uk/index/about_psn.htm, acesso em: 4 de setembro de 2007.
31. SNEDDON, S.E., “Northern Ireland: A British Military Success or a Purely Political Outcome?” (Defence Research Paper, Joint Services Command and General Staff College, Watchfield, UK, 2007), p.3.
32. *Ibid.*
33. GORMALLY, Brian, *Conversion from War to Peace: Reintegration of Ex-Prisoners in Northern Ireland* (Bonn International Centre for Conversion, Bonn: 2001), 2.
34. GORMALLY, Brian, McEVOY, Kieran, *Release and Reintegration of Politically Motivated Prisoners in Northern Ireland: A Comparative Study of South Africa, Israel/Palestine, Italy, Spain, The Republic of Ireland and Northern Ireland*, (Belfast: The Northern Ireland Association for the Care and Resettlement of Offenders (NIACRO)1995), p. 43.
35. *Operation BANNER: An Analysis of Military Operations in Northern Ireland*, parágrafo 855, pp. 8-15.
36. MOORE, Jonathon, “Paramilitary Prisoners and the Peace Process in Northern Ireland”, em *Political Violence in Northern Ireland: Conflict and Conflict Resolution*, Ed. Alan O’Day. (Westport, CT: Praeger Publishers, 1997), Capítulo 6, disponível em: www.psi.praeger.com/doc.aspx?d=/books/questia/b702619/b702619-sect31.xml, acesso em 2 de dezembro de 2007.
37. *Ibid.*
38. Mary Baber citando John O’Donoghue, num discurso no Dail (Parlamento irlandês), *Northern Ireland: The Release of Prisoners under the Northern Ireland (Sentences) Bill*, Relatório de Pesquisa 98/65 (London: House of Commons Library, 15 de junho de 1998), p. 24.
39. Moore, Capítulo 6.
40. O Acordo, p. 30, disponível em: www.nio.gov.uk/agreement.pdf, acesso em: 2 de dezembro de 2007.
41. *Ibid.*
42. *Blair jets in to woo Unionists*. BBC News, 14 de maio de 1998, disponível em: www.news.bbc.co.uk/1/hi/events/northern_ireland/latest_news/93397.stm.
43. *As First Step in Peace Accord, Ireland Frees 9 IRA Prisoners*. CLARITY, James F., *New York Times*, 15 de abril de 1998, disponível em: www.query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9B0CE4D9163CF936A25757C0A96E958260.
44. MITCHELL George J., *Making Peace* (New York: Alfred A. Knopf Inc., 1999), 131. Mitchell observa que: “Prisioneiros desempenham uma parte importante nas políticas de paz da Irlanda do Norte. São considerados por muitos em suas comunidades como heróis que lutaram para defender um estilo de vida e um povo oprimido. Suas opiniões são de significância especial aos partidos políticos associados com organizações paramilitares.”
45. Fitzduff, p. 10.
46. O papel do Grupo de Educação Política foi essencial para preparar muitos prisioneiros políticos para funções na vida pública. The role of the Political Education Group was critical in preparing many former political prisoners for roles in public life. Fitzduff, p. 102.
47. Os ‘Princípios Mitchell’ eram seis regras básicas acordadas pelos governos britânico e irlandês em fevereiro de 1996 como uma base para a participação nas negociações de paz. As partes integrantes das negociações tinham que afirmar seu comprometimento total e absoluto: aos meios democráticos e exclusivamente pacíficos para resolver assuntos políticos; ao desarmamento total de todas as organizações paramilitares; concordar que tal desarmamento devia ser verificado por uma comissão independente; renunciar por eles mesmos e opor qualquer esforço a outros para empregar à força ou ameaçar o seu uso, influenciar o processo ou resultado das negociações de todas as partes; concordar em ater-se aos termos de qualquer acordo das negociações de todas as partes e recorrer aos métodos democráticos e exclusivamente pacíficos na tentativa de alterar qualquer aspecto daquele resultado na qual podem discordar; e exortar que “assassinatos e espancamentos de punição acabem e tomar medidas eficazes para prevenir tais ações.” Mitchell, pp. 35-36.
48. Irlanda do Norte: Possibilidades para o Processo de Paz. Audiência perante o Subcomitê sobre Relações Internacionais, Câmara dos Deputados, 109º Congresso, Primeira Sessão, 25 de maio de 2005.
49. BAR-TAL, Daniel e BENNINK, Gemma H.. *From Conflict Resolution to Reconciliation*. Ed. Yaacov Bar-Siman-Tov. (Oxford: Oxford University Press, 2004). Capítulo 1: The Nature of Reconciliation as an Outcome and as a Process, p. 13.
50. *Ibid.*
51. Uma descrição completa desse fenômeno é feita por Marc Howard Ross em seu artigo “Ritual and the Politics of Reconciliation” em: *From Conflict Resolution to Reconciliation*. Ed. Yaacov Bar-Siman-Tov. (Oxford: Oxford University Press, 2004).
52. McEVOY Lesley, McEVOY Kieran e McCONNACHIE, Kirsten, p. 109.
53. *Ibid.*
54. Fitzduff pp. 32-33.
55. *Ibid.*, xiv.
56. *Ibid.*, p. 142.
57. Gormally, *Conversion from War to Peace: Reintegration of Ex-Prisoners in Northern Ireland*, p. 35.
58. *Ibid.*, p.13.
59. *Ibid.*, pp.19-20.
60. *Ibid.*, p. 22.
61. FM 3-22 afirma que: “O principal objetivo de qualquer operação de contra-insurgência é o fomento do desenvolvimento de um governo eficaz por meio de um governo legítimo.” *Field Manual 3-24: Counterinsurgency*. (Washington DC: U.S. Government Printing Office, 15 de dezembro de 2006), p. 1-21.



Uma Corrida com Novas Pernas: Perspectivas Essenciais sobre o Tema da Biometria no Iraque

Andrew R. Hom

AS FORÇAS ARMADAS dos EUA enfrentam um desafio de efeito duplo constituído pelas operações de estabilidade que estão em processo no Iraque. Em primeiro lugar, devem satisfazer uma exigência imediata ao proteger suas próprias forças contra uma insurgência cada vez mais ativa e eficaz. Segundo, devem perseguir o objetivo político contínuo do desenvolvimento do Estado, ou seja, a promoção e construção da democracia, transformando o Iraque no primeiro dominó na até agora indefinida paz democrática da região.¹ Desafortunadamente para as Forças Armadas dos EUA, as soluções propostas para manter a segurança da força num ambiente político perigoso e como mudar este ambiente são com frequência mutuamente exclusivas.

As tecnologias biométricas representam, no melhor dos casos, uma solução unidimensional que não somente não consegue levar em consideração um lado do dilema, mas também impede o progresso do outro. As tecnologias biométricas abrangem o intervalo de tempo condensado sob o qual as Forças Armadas dos EUA operam no Iraque utilizando suas capacidades vanguardistas de identificação humana e de rastreamento contra uma insurgência muito inovadora, progressivamente mais sofisticada, que opera entre uma população de mais de 26 milhões de civis. No entanto, várias teorias políticas e sociais, incluindo as de crítica, realista e de estruturação, sugerem que a introdução de identificação biométrica e vigilância no Iraque produzirá resultados duvidosos que fazem a democratização menos provável. Esses resultados variam entre uma ampla lacuna nas relações civil-militares no Iraque à possibilidade horrível de um massacre facilitado pela tecnologia biométrica.

Proponho que as soluções biométricas aos requisitos de operações de estabilidade dos EUA destacam um paradoxo fundamental da presença militar norte-americana no Iraque. O incremento de restrições de tempo, devido à velocidade da insurgência e à pressão política doméstica americana, obriga as forças militares a escolherem a conveniência da atividade tática de curto prazo ao invés do sucesso político de longo prazo. As biometrias oferecem um vínculo indicativo do dilema das forças armadas, do qual se pode analisar o paradoxo constituído por maiores objetivos políticos norte-americanos de longo prazo e pelos contextos mais temporais e limitados espacialmente nos quais eles são obtidos.

Andrew R. Hom é estudante do programa de Mestrado em ciênciapolíticana Universidade de Kansas. Ele possui o título de Bacharel em estudos religiosos e o de desenho industrial pela Universidade de Kansas. Seus interesses de pesquisa incluem a teoria de relações internacionais, ética internacional, direitos humanos e genocídio, soberania estadual e a filosofia das ciências sociais. Atualmente, o Sr. Hom está trabalhando com sua tese de mestrado sobre a filosofia de tempo na teoria de relações internacionais.

FOTO: Um soldado obtém informação biométrica do olho de um iraquiano durante uma patrulha em Bagdá, Iraque, 5 de agosto de 2007.

Suboficial Jonathon Doti, Força Aérea dos EUA

Menor e Mais Rápido

Com o decorrer do tempo, os objetivos das operações de estabilidade norte-americanas não têm mudado muito. Com operações levadas a cabo no México, Panamá, Filipinas, Somália, Haiti, Afeganistão e Iraque, o “controle da população em geral, repressão da resistência residual, reassentamento dos não-combatentes desalojados, restabelecimento de sistemas de abastecimento e distribuição, conserto da infraestrutura e implementação de reformas no nível institucional” formam parte dos temas repetidos.² Ainda que em debates contemporâneos, os temas de “promoção da democracia” e “a luta pelos corações e mentes” tenham sido substituídos por listas mais explícitas, os fins fundamentais das operações de estabilidade permanecem iguais.³

O aspecto que distingue a geração atual de operações de suas formas anteriores é a maior compressão de contextos temporais e espaciais nos quais as forças dos EUA operam. As cidades densamente povoadas do Iraque, como Bagdá, Fallujah e Najaf, proporcionam refúgios para os insurgentes, que podem mover-se com grande facilidade pelos ambientes urbanos. De característica mais histórica, o uso comum de telefones celulares e o aumento do acesso à internet também facilitam coordenação e comunicação mais rápidas entre os habitantes do Iraque. A natureza de ataques assimétricos, principalmente por meio de homens-bomba e explosivos improvisados, diminui inerentemente o tempo que as forças militares têm para avaliar e enfrentar a ameaça insurgente. A construção de bombas caseiras pode ser feita com pouca indicação de perigo iminente, em comparação com a concentração de tropas e armas ao longo de uma frente. Além do mais, desde que podem se misturar com a população num ambiente urbano altamente povoado, efetivamente os insurgentes diminuem o espaço da força militar — um ataque pode vir de uma única pessoa em qualquer lugar.

Biométricas: Promessas, Problemas e Partes do Corpo

De uma perspectiva tática, as tecnologias biométricas oferecem uma oportunidade tentadora de verificar a flexibilidade temporal e espacial do inimigo — para saber onde ele ou ela está

em qualquer tempo. Tais tecnologias podem ajudar a identificar e separar os insurgentes da população, física e digitalmente, aumentando assim a segurança para ambos os soldados e os cidadãos. Os proponentes acreditam que as tecnologias biométricas podem proporcionar aos EUA a “dominância de identidade” na Guerra Contra o Terrorismo e em operações de estabilidade como aquelas no Iraque. Um proponente, John Woodward Jr., define a dominância de identidade como a capacidade de “vincular um combatente inimigo, ou uma ameaça semelhante à segurança nacional, a suas identidades usadas anteriormente e suas atividades passadas, particularmente na maneira que se relacionam ao terrorismo e outros crimes.”⁴

As tecnologias de identificação biométrica incluem, mas não se limitando, o ato de tirar impressões digitais (usado desde o século XIX), escaneamento de íris e retina, reconhecimento de face e voz, análise da maneira de andar e aparelhos implantáveis de identificação por meio de frequência de rádio (*radio frequency identification devices — RFID*).⁵ Embora cada uma seja importante por si mesmo, essas tecnologias são mais eficazes quando combinadas para formar perfis multimodais de seres humanos, que podem ser arquivados em “bancos de dados inter-operáveis e conectados com redes”, como o Empreendimento da Solução de Biométricas do Departamento de Defesa.⁶ Tais bancos de dados permitem a identificação mais rápida e precisa de indivíduos por qualquer pessoa afiliada que possuir um scanner e uma conexão de dados. A distribuição de scanners biométricos e aparelhos de observação — receptores de RFID e máquinas digitais, por exemplo — por todo um território, permitiria a identificação de indivíduos em qualquer ponto de transmissão na rede, bem como o rastreamento de pessoas “marcadas” enquanto elas se moverem pela rede. Dessa forma, o tempo e o espaço nos quais os insurgentes poderiam existir e mover-se sem detecção diminuiriam dramaticamente. A conexão de bancos de dados ligados a redes com aparelhos portáteis de scanner e de processos como o sistema de Biocam poderiam fazer identificação e rastreamento em toda parte, dados os recursos adequados.⁷

O desenvolvimento e a adoção dessas tecnologias representam um novo tipo de corrida

para as Forças Armadas e seus oponentes. Em eras anteriores, os EUA se engajaram em corridas armamentistas ao desenvolver suas capacidades destrutivas. No entanto, as biométricas têm menos a ver com a destruição material do que a compressão de tempo e espaço por meio de identificação e rastreamento. Essas são o antídoto às insurgências celulares que conseguem uma velocidade de ataque por meio de anonimato, simplicidade tática e coordenação sofisticada. Assim, a busca de sucesso tático pela tecnologia, alta e baixa, já não contribui para uma corrida “armamentista” convencional — com fins de aumentar a força — tanto quanto significa um novo tipo de competição: uma corrida de “pernas” cujo objetivo é aumentar a velocidade.

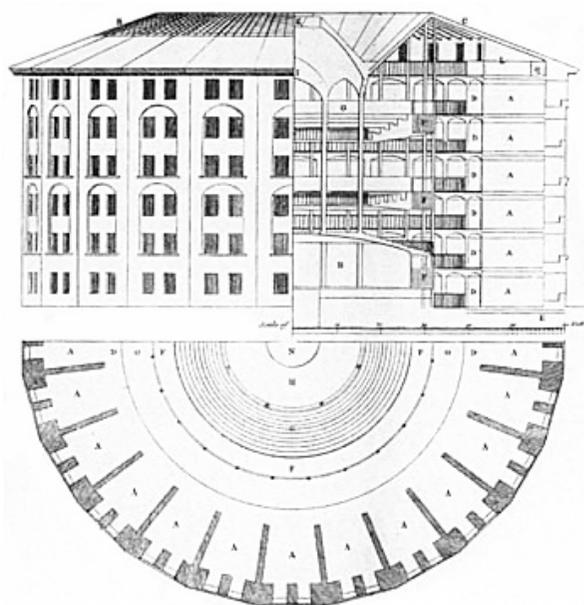
Sem dúvida, as tecnologias biométricas têm o potencial de mudar a maneira que as forças militares dos EUA monitoram e filtram os habitantes do Iraque. Porém o grau e âmbito dessa mudança são discutíveis, devido em parte à incerteza sobre a adequabilidade e a eficácia de muitas das tecnologias. Por exemplo, o escaneamento de íris e retinas, embora seja confiavelmente preciso, exige que indivíduos se movam em frente de um scanner numa velocidade mais devagar que normal enquanto olham para o scanner — um processo que é facilmente enganado por participantes relutantes.⁸

O reconhecimento de faces é até mais contencioso. Woodward quer dados faciais coletados de combatentes inimigos bem como qualquer pessoa que tem contato com as forças norte-americanas. Os perfis seriam arquivados num único banco de dados conectado por redes.⁹ No entanto, outros acreditam que o software de reconhecimento facial ainda não foi desenvolvido suficientemente para ser confiável, especialmente num ambiente urbano altamente povoado e de ritmo acelerado. Roger Clarke, um consultor industrial, chegou até o ponto de chamar o reconhecimento facial de “lixo”.¹⁰

Também, existe um problema de amostragem inerente no uso de biométricas numa região de conflitos recentes ou atuais. Como Russell Farkouh afirma: “As condições de moradia experimentadas no campo podem fazer que as impressões digitais ou de mãos sejam difíceis de determinar... as mesmas partes do corpo necessárias para prover a identidade agora podem

ser tão danificadas que não podem proporcionar uma impressão precisa.”¹¹ Dados os danos colaterais associados com a guerra, este ponto também se aplica à população civil do Iraque. Como uma descrição aproximada, o grupo anti-guerra Iraq Body Count (Conta de Corpos Mortos no Iraque) estima que havia 8.000 baixas civis (excluindo mortes) em Bagdá, desde o início das operações de combate em 19 de março de 2003, até 7 de agosto de 2003 — na média de 56 ferimentos por dia durante aquele período.¹² Muitos dos ferimentos provavelmente ocorreram em partes do corpo que poderiam ter sido úteis na identificação, significando que as operações de combate reduziram diariamente a disponibilidade de dados biométricos em Bagdá.¹³

Finalmente, o otimismo sobre as biométricas geralmente depende da suposição que as fronteiras rodeando o território monitorado são controladas. Desta maneira, todas as pessoas entrando ou saindo do território podem ser escaneadas, identificadas e rastreadas (enquanto estão dentro do território) de uma forma sistemática. Porém, as fronteiras iraquianas permanecem porosas. Por isso, os proponentes de biométricas não podem estar



A arquitetura de um presídio panóptico ilustra a dinâmica psicológica subjacente à observação biométrica. O modelo de Bentham coloca a autoridade de observação numa posição central arquitetônica e conceitualmente para privar os observados de todos os sentidos de privacidade. As implicações para a observação biométrica panóptica dos iraquianos, ou de qualquer sociedade, são incertas e provavelmente perniciosas.



Um soldado do 7º Regimento de Cavalaria coleta as impressões do pé de um iraquiano durante uma incursão casa-a-casa na cidade de Mosul, no Iraque, em 23 de abril de 2007.

certos que todos os indivíduos dentro do território foram processados, o que diminui severamente a capacidade de observação e saturação de todos os lugares e pessoas.

A Teoria Crítica e as Biométricas

O objetivo imediato de aplicar a observação biométrica à sociedade iraquiana é trazer maior estabilidade à população ao identificar e separar os insurgentes dos cidadãos — organizar por ordenamento. Essa tarefa, usando uma rede de sensores penetrantes, pode ser entendida como a encarnação digitalizada do Panopticon de Jeremy Bentham, um plano para a disciplina penitenciária baseada em observação constante de uma torre central. O Panopticon foi o precursor arquitetônico do sistema de disciplina estadual moderno de Michel Foucault.¹⁴ Foucault baseou sua análise de poder estatal na divisão e “tratamento” lógico de cidades afetadas por pragas no século XVII. Suas escrituras sobre o assunto ressoam quando consideradas com nosso ambiente biométrico atual.

Foucault descreve o controle de vítimas de pragas como um processo “segundo um modo duplo; primeiro de uma divisão binária e de classificação (louco/são; perigoso/inofensivo; normal/anormal); e segundo de designação coerciva, de distribuição diferencial (quem ele é; onde ele deve estar; como é que ele vai ser caracterizado; como é que ele vai ser reconhecido;

como uma observação constante dele vai ser exercida numa maneira individual, etc.).”¹⁵ Esse controle é generalizável a “todas as formas de confusão e desordem,” incluindo as operações de contra-insurgência e estabilidade.¹⁶

As tecnologias biométricas têm reunido o modo duplo de Foucault num único modo, que divide e distribui quase instantaneamente: pessoas são digitalmente classificadas numa variedade de maneiras, que simultaneamente determinam suas medidas de reconhecimento e os colocam sob observação constante. Bancos de dados enriquecem e às vezes substituem

a “penetração de regulação em até os menores detalhes da vida cotidiana” da estação central de monitoramento.¹⁷

Em sua eficácia máxima, as novas tecnologias produzem um domínio que Foucault previu com precisão: “Este espaço delimitado e segmentado observado em todos os pontos, no qual os indivíduos são inseridos num lugar fixo, no qual os menores movimentos são supervisionados, no qual todos os eventos são anotados... no qual o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, no qual cada indivíduo está constantemente localizado, examinado e classificado entre seres humanos vivos... tudo isso constitui um modelo *compacto* do mecanismo disciplinar... sua função é resolver todas as confusões possíveis...” (a ênfase é minha).¹⁸ Parece como se a única distinção entre a cidade de Praga do século XVII e a cidade pós-moderna afetada com uma contra-insurgência fosse que o espaço já não é “congelado”: mobilidade parcial ocorre sob constante monitoramento.

Os críticos assinalam que as tecnologias biométricas equivalem à extensão do poder do estado e da lógica da tecnologia nos corpos humanos, ofuscando o limite tradicional entre o estado e o indivíduo. Michael Darnell afirma que novas tecnologias da informação impactam “eventos ao transgredir, re-articular e reformar os limites de identidades, poder e segurança.”¹⁹ James der Derian descreve uma “tendência de

totalização” das tecnologias da informação, que ameaça “abrançar as maneiras públicas de existir de dentro e de fora”, um tecno-fundamentalismo no qual “a tecnologia da informação começou a dominar... nossa imagem mais profunda de existir no mundo,” destruindo qualquer distinção entre os métodos de existência metafísica e tecnológica.²⁰

A tragédia incorporada no triunfo da tecnologia é a redução da identidade humana em algoritmos e conjuntos de dados. Isso é a digitação da vida bio-política, onde, segundo François Jacob, “A biologia tem demonstrado que não existe nenhuma entidade metafísica escondida atrás da palavra ‘vida’”.²¹ Michael Dillon escreve que as biométricas e as tecnologias da informação equivalem à segurança virtual, a qual “radicalmente transforma em tecnologia a existência humana — a transforma em matéria bruta.”²² O biologismo de identidade social representa um “recurso ontopolítico” que ameaça reduzir a existência humana à “vida básica” de Giorgio Agamben — a lógica instrumental de vida ou morte do campo de concentração.²³ A população do Iraque possui uma tradição de identidade longa, rica e diversa baseada parcialmente em afiliações tribais, étnicas e religiosas e narrativas históricas. A imposição de identidades singulares, alcançadas por meio de aplicar identificações biométricas a uma sociedade, pode ser equivalente ao imperialismo ontológico e epistemológico — a hegemonia do racionalismo tecnológico e códigos informatizados sobre a história social e o significado semântico.²⁴

A Humilhação e as Relações Públicas

Os críticos das biométricas representam um desafio significativo às suposições bio-políticas sobre as quais as tecnologias são baseadas. Porém, se os críticos teóricos têm razão, como é que vamos saber? As forças dos EUA não se desmoronarão por razão de uma transgressão teórica. O resultado prático de um fracasso teórico provavelmente será mais manifestado nos aspectos psicológicos e nos de relações públicas das operações de estabilidade dos EUA. Uma maior percepção pelos cidadãos iraquianos de alienação das forças dos EUA seria uma manifestação que retardaria a infusão de valores democráticos naqueles cidadãos. A literatura

atual mostra que a alienação já está significativa e que os EUA estão longe de ganhar a batalha de relações públicas para os corações e mentes dos iraquianos.

As forças dos EUA não foram adequadamente educadas sobre as tradições e noções de honra e de vergonha dos iraquianos, causando efeitos prejudiciais na relação entre as forças dos EUA e os cidadãos do país. Os conceitos de honra dos iraquianos giram ao redor de *sharaf* (nascimento nobre), *ihitiram* (respeito derivado de poder coercivo) e *urd* (pureza feminina). *Urd* também implica honra familiar, desde que a responsabilidade pela pureza da mulher pertence à sua família.²⁵ Por isso, as vítimas de estupro freqüentemente são mortas ou punidas fisicamente por suas próprias famílias para “limpar” a evidência da incapacidade dos homens da família de assegurar *urd*.²⁶ O potencial para ofensas menos violentas à honra feminina — e assim familiar — é uma realidade diária das operações de estabilidade, que podem envolver buscas de pessoas e de casas bem como interrogações isoladas. Victoria Fontan alega que as forças militares dos EUA freqüentemente não percebem os sinais de avisos iniciais da humilhação crescente.²⁷ A introdução das tecnologias biométricas como escaneamento facial pode exigir a remoção do *hijab*, o lenço da cabeça de uma mulher. De forma semelhante, a implantação de RFIDs na roupa ou sob a pele pode exigir uma violação da proibição xiita contra a exposição de qualquer parte do corpo além do rosto de uma mulher a estrangeiros. A presença de transmissores no corpo ou na roupa de uma mulher e o conhecimento que ela estava sendo monitorada e rastreada por estrangeiros podem exacerbar um sentido de exposição. Qualquer uma dessas possibilidades ameaça agravar o sentido de vergonha que mulheres iraquianas — e assim homens iraquianos — sentem como um resultado de ações norte-americanas.

Qualquer vergonha adicional tiraria ainda mais a sensibilidade de honra de uma sociedade já privada de *ihitiram*. Desde que as forças armadas já possuem um predomínio de poder destrutivo, as operações dos EUA equivalem a uma lembrança regular da perda de *ihitiram* — uma perda exemplificada pelo fato que os próprios iraquianos não podiam derrubar o regime de Hussein, mas precisavam de uma força externa para fazer isso.²⁸ Além do mais, os EUA censuraram a mídia iraquiana durante a

guerra ao invés de tentar encorajar critérios de jornalismo responsável. Sem esses critérios, hoje a mídia iraquiana está livre para reforçar a percepção que as forças dos EUA são intrusos estrangeiros.²⁹ Neste contexto, não é uma surpresa que 89% dos iraquianos numa pesquisa de opinião em 2004 consideravam os EUA como uma força “ocupante” ao invés de libertadora.

Ganhar corações e mentes é um empreendimento mais nebuloso que a prevenção de ofensas contra a honra tradicional, embora deva incluir definitivamente a eliminação dessas ofensas. Uma receita para relações públicas americano-iraquianas é bem fora do âmbito deste artigo; somente quero sugerir que as biométricas afetarão as percepções iraquianas sobre os méritos dos objetivos norte-americanos, e que o efeito não será necessariamente positivo. As tecnologias biométricas não têm nada a ver com as noções mais tradicionais de identidade baseadas em raça, religião ou ligações tribais, e podem parecer um meio de identificação singularmente americano ou ocidental. Por isso, a imposição das biométricas nos iraquianos implica a

anulação de seus atributos de identidade preferidos. Então as biométricas podem ser percebidas como mais um exemplo de como a maneira americana de fazer coisas não leva em consideração os costumes iraquianos — um resultado que não é bem conducente para convencer os cidadãos a adotarem os costumes governamentais norte-americanos.

Realismo da Esquerda e as Duplas Intenções dos Políticos Democráticos

Além de provocar a ira crítica e potencialmente alienar os alvos de sua tecnologia, as aplicações biométricas confundem o conhecimento convencional e as expectativas de duas entidades separadas: pensadores realistas clássicos e os políticos democráticos norte-americanos. Uma leitura minuciosa do realismo clássico e uma descrição das manobras dos Democratas do Congresso dos EUA mostram como a tecnologia biométrica força o realismo à “esquerda” e desvenda contradições nas recentes táticas dos Democratas.³⁰



Força Aérea dos EUA, Cabo Steve Czyz

Soldados dos EUA usam o sistema automatizado de Biométricas (Biometrics Automated Tool Set) para coletar informações sobre voluntários desejando ser membros da segurança da estrutura de informações civis em Hor Al Bosh, no Iraque, 16 de outubro de 2007.

O realismo clássico permanece como a predominância teórica dos estudos de relações internacionais. Tipicamente, o realismo clássico é entendido simplesmente como a idéia que todas as políticas se sucedem, por meio da natureza humana avarenta, para capacidades de poder. Tal entendimento geralmente leva à conclusão que os “fortes fazem o que têm o poder para fazer e os fracos aceitam o que têm que aceitar.”³¹ (Esse veredicto parece consistente com a implementação das biométricas no Iraque.) Segundo Michael C. Williams, o “state of nature” (estado da natureza) de Thomas Hobbes, um princípio fundamental da maioria de relatos clássico-realistas das relações internacionais, tem sido convencionalmente interpretado como um estado de insegurança perpétuo, “o resultado dos atores racionais e materialmente interessados em competição para os mesmos bens raros dentro de uma condição de acordos epistêmicos.”³² No entanto a leitura incisiva do ceticismo epistemológico mostra que o estado da natureza de Hobbes é caracterizado por “exatamente pela *falta* de tal semelhança”. (ênfase na obra original) — por uma inabilidade de acordar em como podemos verificar as alegações de conhecimento.³³

É este inseguro estado da natureza, epistêmico ao invés de físico, que exige um estado soberano, cujas contribuições principais à sociedade são que ele “sustenta as estruturas sociais do acordo epistêmico, proporciona interpretações e decisões autoritárias (e que podem ser compelidas) nos casos contestados, e estabelece as condições de previsibilidade que minimizam o medo e permitem a cooperação racional.” Este entendimento “realista deliberado” do Leviathan de Hobbes como um facilitador da construção social de conhecimento, ao invés de um monopolizador simplista da força violenta, depende de um contrato entre o governo e os governados baseado na legitimidade. Como Williams observa, “Os indivíduos de Hobbes nunca renunciam a seu direito de julgar as situações por eles mesmos no sentido que, se eles acreditam que sua auto-preservação esteja ameaçada, eles retêm (por meio do direito da natureza) o direito de rebelar-se contra o Soberano.”³⁴ Por isso, o povo tem que aceitar as alegações epistêmicas que o governo busca compêlir.

O realismo deliberado, combinado com a exposição da epistemologia que é integral das tecnologias biométricas da teoria crítica, proporciona um argumento de advertência com respeito ao Iraque. Se as biométricas incluem alegações de conhecimento intrínseco que tendem a fazer o estudo da vida política, e a estabilidade governamental depende principalmente da legitimidade popular de tais alegações, então a questão essencial chega a ser se uma porção significativa dos iraquianos aceita ou não a substituição de suas identidades originais pelas práticas tecnológicas. Se não aceitam, as operações de estabilidade dos EUA perdem a legitimidade necessária para fundamentar o autogoverno iraquiano no futuro.

Como discutido acima, há pouco para sugerir que as biométricas aumentarão a legitimidade das operações dos EUA no Iraque. Por isso, as biométricas correm o risco de entrar em conflito com outra “virtude suprema” do realismo clássico, a prudência, definida como “a pesagem das conseqüências das ações políticas alternativas”.³⁵ Se as exigências da legitimidade, e por isso a prudência, não forem consideradas na implementação das biométricas no Iraque, os tomadores de decisão dos EUA arriscam “uma situação que é a pior das hipóteses” onde “por seu medo de prejuízo no futuro ao invés da avaliação tranqüila das realidades atuais... eles criam as mesmas condições de desconfiança que eles temem.”³⁶ Insiro meu assunto particular naquele de Williams: “A tecnologia, tão necessária para a previsão e a preservação, se torna a fonte de uma profecia destrutiva auto-realizável.”³⁷

Igualmente confundida como o achado que o realismo clássico está em oposição às aplicações biométricas implementadas pelos poderosos, é a descoberta que os Democratas do Senado e da Câmara dos Deputados se envolveram numa situação circular rememorativa da profecia auto-realizável de Williams e Hobbes. Os Democratas têm apoiado iniciativas de biométricas com respeito à segurança nacional, mas esforços recentes no Congresso colocam dois fundamentos da política dos Democratas — um cronograma fixo para a guerra e a transferência de responsabilidades do Iraque aos iraquianos — em oposição um ao outro.³⁸ Um ponto de enfoque desta oposição é a identificação e observação das biométricas.

Há tempos, os Democratas têm exigido um cronograma fixo para a retirada das forças dos EUA do Iraque e usaram-no como um aspecto principal para sua tomada de controle do Congresso nas eleições na metade do mandato do presidente, em 2006, e para seu programa partidário no novo Congresso.³⁹ A exigência corresponde à crença que as capacidades de travar a guerra da administração Bush devem ser drasticamente limitadas. O crescente desejo doméstico para prazos fixos para a retirada dos soldados diminui ainda mais o tempo pelo qual os objetivos dos EUA podem ser realizados no Iraque. Isso só pode amplificar a dificuldade anteriormente mencionada na qual os planejadores dos EUA devem executar operações limitadas “com um olho observando o relógio... e isso permeia a campanha com o sentido que as forças norte-americanas devem agir rapidamente se querem tomar a iniciativa e controlar a situação.”⁴⁰ Em outras palavras, a compressão natural dos cronogramas das operações de estabilidade, junto com exigências para datas de retiradas, incentiva as Forças Armadas dos EUA a trocarem os efeitos em longo prazo por expedientes táticos. O momento para as tecnologias biométricas é uma dessas trocas.

Por isso, é irônico que as biométricas promovam um resultado que é contrário aos objetivos principais dos Democratas no Iraque: o retorno das responsabilidades aos iraquianos.⁴¹ As iniciativas das biométricas não somente fazem com que as forças dos EUA sejam responsáveis pela identificação e detenção de insurgentes, como em geral exigem a necessidade dos direitos proprietários dos EUA sobre o acesso aos bancos de dados.⁴² Nas operações de contra-insurgência e de estabilidade em eras pré-biométricas, frequentemente as forças dos EUA dependiam em parte das populações nativas para proporcionar identificação e inteligência que pertenciam aos insurgentes. As tecnologias biométricas não somente alienarão o povo iraquiano. Suas promessas de superioridade científica e onipresença também aliviarão os civis de qualquer dever de reportar o que vêem, desde que podem assumir que os escaneadores dos EUA já têm identificado, arquivado e rastreado as pessoas suspeitas. Assim, uma iniciativa dos Democratas tem atrapalhado outro objetivo

do partido. Embora um projeto de lei sobre cronogramas já foi aprovado, não é provável correlacionar com uma crescente responsabilidade dos iraquianos.⁴³ Ao invés disso, um cronograma faz que as biométricas sejam mais atraentes para as forças militares. Por sua vez, as biométricas reforçam a idéia que os soldados dos EUA, não os iraquianos, são responsáveis pela estabilização do Iraque.

A Teoria de Estruturação e a Promoção de “Democídio”

Os proponentes das biométricas promovem uma narrativa particular sobre a implementação e aplicação da tecnologia, variando das capacidades técnicas de domínio de identidades à administração e monitoramento de populações e à aumentada estabilidade e maior segurança para as forças dos EUA e os civis iraquianos. No entanto, esta narrativa é determinista demais. Existe algum ponto onde a progressão linear pode mudar de direção e pegar um caminho imprevisto para destinações inesperadas? Uma visão estruturada da tecnologia sugere que tal ponto seguirá imediatamente após a instalação das tecnologias biométricas no Iraque. Uns poucos cenários estratégicos mostrarão até que ponto alguns dos resultados imprevistos podem ser indesejáveis.

Baseado no trabalho de Anthony Giddens, uma teoria estruturada da tecnologia considera a relação entre usuários e tecnologia como uma dinâmica mutuamente constituída no qual as capacidades de tecnologia afetam as preferências e ações do usuário, e por sua parte, essas ações e preferências alteram como as tecnologias são percebidas. As percepções alteradas da tecnologia logo modificam as preferências do usuário, e o ciclo se repete indefinidamente.⁴⁴ O que é de importância particular sobre a teoria estruturada é a reflexibilidade dos usuários (sua capacidade de auto-monitorar os usos atuais e potenciais da tecnologia), os efeitos diretos (intencionados ou não-intencionados) e indiretos (quase sempre não-intencionados) do emprego de tecnologia num ambiente social, e a idéia que, sem importar se seu uso parece permanente ou aceito, a tecnologia está sempre “evoluindo na sociedade de modo incerto segundo os inúmeros julgamentos e assunções específicos.”⁴⁵ O resultado é uma relação constantemente mutante entre as capacidades

tecnológicas e os usuários humanos onde a tecnologia é sempre “interpretada de modo flexível” e por isso seu uso pela sociedade e seus efeitos nunca estão completamente determinados.⁴⁶ Tal análise da tecnologia instiga dúvida sobre os resultados otimistas presumidos por defensores da observação biométrica. Pode haver outras permutações causadas pela introdução das biométricas num ambiente sócio-político dinâmico, progressivamente inseguro, às vezes não-cooperativo e freqüentemente hostil?

A teoria estruturada sugere que, desde o momento que a tecnologia estiver introduzida na vida cotidiana iraquiana, os resultados serão menos confiáveis que os defensores das biométricas esperam. Nos parágrafos seguintes discuto duas possibilidades, uma o pior dos cenários, a outra tendo a ver com dificuldades logísticas previsíveis. Os dois cenários merecem consideração por parte de planejadores antes que as biométricas sejam aceitas para emprego em operações de estabilidade.

O resultado do pior cenário seria a autodestruição da democracia facilitada biometricamente, na qual o Governo do Iraque ou facções dentro da polícia e das forças militares utilizariam as técnicas de identificação e rastreamento para limpar áreas de oponentes tribais, religiosos e/ou políticos.⁴⁷ Tal possibilidade tem precedente. A Argentina, um dos adotantes iniciais da tecnologia de impressão digital, empregou o sistema biométrico de Digicom para “rastrear denominados dissidentes nas ruas de Buenos Aires,” contribuindo para 30.000 “desaparecimentos” entre 1976 e 1981.⁴⁸

Embora em todos os cenários biométricos propostos os EUA possam inicialmente controlar e proteger o acesso aos bancos de dados, a chance que isso continuaria indefinidamente parece improvável. Caso leve 5, 10 ou 20 anos para os EUA cederem os direitos dos bancos de dados ao Governo do Iraque, podemos ficar seguros que o facciosismo e a guerra civil terão sido eliminados do ambiente sócio-político? Se não forem, a existência e controle de várias tecnologias de identificação farão o velho ambiente violento até mais eficiente.

A segurança da identidade freqüentemente equivale à segurança física no Iraque de hoje. Por exemplo, em Bagdá, “sunitas e xiitas apavorados estão escondendo suas identidades

para sobreviver. Suas diferenças... chegaram a ser assuntos de vida ou morte em maneiras nunca vistas antes no Iraque.”⁴⁹ O massacre de sunitas por polícias xiitas em março de 2007, em Tal-Afar, representa uma advertência gritante.⁵⁰ Os escaneadores e bancos de dados das biométricas eliminariam a segurança de identidade no Iraque. Os EUA não podem considerar sua instalação sem levar em conta os empregos mais nefandos possíveis das tecnologias.

Os críticos assinalam que as tecnologias biométricas equivalem à extensão do poder estatal e à lógica da tecnologia nos corpos humanos, ofuscando o limite tradicional entre o estado e o indivíduo.

Muito menos perigosos que a limpeza apoiada por biométricas, os dilemas imediatos de comando e controle ainda confundem planejadores de estabilidade. Até sob os auspícios dos EUA, a observação biométrica no Iraque exigirá alguma descentralização para ser realmente difundida. Como os EUA cedem maior autoridade às forças treinadas da polícia e exército iraquianos, esses grupos precisarão, no mínimo, de acesso aos bancos de dados de identificação se forem fazer seus trabalhos de forma competente. A negação de capacidades biométricas às forças do Governo do Iraque com certeza fará as áreas controladas pelo Iraque muito mais atraentes aos altamente adaptáveis insurgentes. Além do mais, as forças militares dos EUA têm tido menos sucesso que as milícias iraquianas em algumas operações relacionadas à estabilidade, e o retrocesso do direito de alguns grupos iraquianos para empregar a força em certas situações já foi sugerido, como no caso da proteção do Exército Mahdi aos peregrinos xiitas.⁵¹ A presença das biométricas forçaria os comandantes dos EUA a escolherem entre conceder alta tecnologia a um grupo faccionário ou estar vulneráveis à alegação que não tinham completamente facilitado as capacidades de proteção do grupo. O retrocesso e as operações

de estabilidade compartilhadas são assuntos inerentemente desafiadores. As biométricas somente os farão mais difíceis.

Além dos dois cenários descritos acima, existem muito mais futuros possíveis que as biométricas podem iniciar. Minha intenção é para eles meramente ilustrarem as implicações estrategicamente relacionadas das tecnologias biométricas quando vistas de uma perspectiva estruturada. Tais possibilidades negam a imagem de panacéia das biométricas e sugerem que de fato podem fazer mais prejuízo que benefício ao Iraque.

Escanear o Pecado, Não o Pecedor

A tragédia de uma aceitação, não mitigada e sem debate, de uma solução biométrica para os problemas de estabilidade no Iraque é que há alternativas viáveis que podem melhor apoiar as forças militares no cumprimento não apenas do objetivo conveniente de proteger pessoas e forças, mas também o fim de longo prazo de promover a democracia para os civis iraquianos. Discutirei brevemente duas dessas alternativas: a marcação de bens e mercadorias para eliminar fontes ilícitas de renda dos insurgentes e a detecção de armas por meio de interferência de banda larga nas linhas de transmissão elétrica.

Os aparelhos implantados de identificação por meio de frequência de rádio (RFID), no melhor dos casos, ficam esperando debaixo da pele, ativando sensores de proximidade enquanto o usuário viaja entre áreas. Os RFIDs, quando mais viáveis, podem ser afixados em contêineres de frete, páletes e até produtos individuais para que os itens possam ser rapidamente identificados nos pontos de entrada e rastreados aos pontos de entrega. Esta aplicação menos futurística dos RFIDs pode inibir o contrabando, lavagem de dinheiro e outras atividades que chegam a economias ilícitas pelas quais os insurgentes são freqüentemente financiados.⁵² Um ataque biométrico aos insurgentes, empregando a alta tecnologia para bloquear seus recursos, ao invés de rastrear seu movimento (e qualquer outro iraquiano), limitaria as capacidades insurgentes, sem sensoriamento intrusivo de seres humanos.

A segunda tecnologia, a detecção e identificação por meio de interferência remota de banda larga nas linhas de transmissão elétrica (*Broadband-*

over-power-line interference remote detection and identification — BPLI RAID), potencialmente permite a detecção de características particulares de armas metálicas em qualquer lugar de uma rede elétrica.⁵³ Com o emprego de uma transmissão de banda larga de barulho normal de fundo de rádio nas linhas terrestres para criar uma área “escaneada”, junto com receptores especiais colocados em transformadores elétricos, o BPLI RAID identifica a presença de armas numa dada área por suas características particulares de frequência refletidas.⁵⁴ O BPLI RAID tem o potencial de detectar as armas de extensão com alguns centímetros de distância. Ao invés de identificar os indivíduos considerados uma ameaça, pode alertar as forças norte-americanas sobre a presença de ameaças iminentes.⁵⁵

Esta tecnologia também promete os benefícios mais consistentes com os objetivos de formação de democracias dos EUA e as noções de honra dos iraquianos.⁵⁶ Porque pode ser instalado em qualquer lugar onde há eletricidade, o BPLI proporciona aos EUA o incentivo de desenvolver a infra-estrutura iraquiana enquanto proporciona mais segurança aos soldados norte-americanos. Por escanear passivamente objetos ao invés de pessoas e não exigir o processamento de indivíduos antes da detecção e monitoramento, o BPLI RAID perturbará a vida cotidiana e os costumes iraquianos muito menos que a observação biométrica.

Com o potencial de aumentar a segurança das forças norte-americanas a um ponto no mínimo equivalente àquela das biométricas, enquanto reduz a alienação iraquiana, os rastreamentos do comércio por RFID e BPLI RAID mais adequadamente abordam o dilema temporal e político das forças militares dos EUA no Iraque. Eles merecem consideração cuidadosa. Também, eles chamam a atenção para a existência de alternativas às soluções biométricas que respeitam a natureza complexa das necessidades de estabilidade operacional dos EUA sem sacrificar a rapidez. É evidente que as forças militares dos EUA tencionam ganhar a corrida de pernas contra os insurgentes e terroristas. Merecem a oportunidade de fazer isso com acessórios que propelirão as forças ao longo do caminho para um Iraque democrático ao invés daqueles que talvez só conduzam para a mesma situação atual.**MR**

REFERÊNCIAS

1. De forma simples, a teoria da paz democrática é a idéia que as democracias não travam a guerra entre si. Para uma visão geral da teoria da paz democrática, veja ELMAN, Miriam F., *Paths to Peace: Is Democracy the Answer?* (Boston, MA: MIT Press, 1997); OWEN, John M. "How Liberalism Produces Democratic Peace," *International Security* 19, no. 2 (1994); e mais importante, RUSSETT, Bruce M., *Grasping the Democratic Peace: Principles for a Post-Cold War World* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993). Para uma crítica justa, veja SPIRO, David E., "The Insignificance of the Liberal Peace," *International Security* 19, no. 2 (1994).
2. SPILLER, Roger, "The Small Change of Soldiering and American Military Experience," *Australian Army Journal* 11 / 1 (2005): p. 171.
3. Para a evidência do emprego progressivo do uso mais amplo dessas expressões de vários lados dos debates sobre a guerra no Iraque, bem como a Guerra Global Contra o Terrorismo, veja CAROTHERS, Thomas, "Promoting Democracy and Fighting Terror," *Foreign Affairs* 82, no. 1 (2003); LENNON, Alexander T. J., *The Battle for Hearts and Minds: Using Soft Power to Undermine Terrorist Networks* (MIT Press, 2003); "Press Release Fact Sheet: President Requests \$72.4 Billion for the Global War on Terror," ed. The White House Office of the Press Secretary (2006); SEELY, Hart, "U.S. Soldiers Battle for Hearts and Minds in Iraq," *The Seattle Times*, 12 de novembro de 2005; SHARP, Jeremy M., *U.S. Democracy Promotion Policy in the Middle East: The Islamist Dilemma* (Congressional Research Service, 2006); WALSH, Declan, "U.S. Losing Battle for Hearts and Minds with Abuses and Insensitivity," *The Guardian/UK*, 21 de maio de 2005.
4. WOODWARD, John D. Jr., "Using Biometrics to Achieve Identity Dominance in the Global War on Terrorism," *Military Review* (September-October 2005): p. 30.
5. A impressão digital foi adotada pela vigência das leis argentinas em 1892. DOUGLAS, Jeanne-Vida "Biometrics: The Body and Soul of Security," *ZDNet Australia*, 14 de fevereiro de 2002.
6. FARKOUH, Russell B., "Incorporating Biometric Security into an Everyday Military Work Environment," *SANS GIAC GSEC Practical Version 1.4b, Option 1* (2004): p. 4. Um perfil multimodal é formado por mais de uma "métrica". As métricas combinadas são usadas para criar um perfil mais distintivo e forte (Douglas).
7. ACKERMAN, Robert K. "Army Intelligence Digitizes Situational Awareness," *Signal* 59, no. 11 (2005); Woodward Jr: p. 34.
8. Douglas.
9. Woodward Jr: pp. 33-4.
10. Douglas.
11. Farkouh: p. 8.
12. DARDAGAN, Hamit, SLOBODA, John e WILLIAMS, Kay, "Adding Indifference to Injury: At Least 20,000 Civilians Injured in Iraq War," *Counter-Punch*, 7 de agosto de 2003. Embora este número possa ser considerado uma estimativa livre, deve ser observada que a estimativa foi calculada sem consultar os incidentes onde não havia mortes. Além do mais, presumiria somente uma mutilação por baixa, quando na realidade provavelmente havia mais.
13. Reconheço a flexibilidade metodológica e falta de precisão desta estimativa, mas a incluo simplesmente para ilustrar a idéia.
14. FOUCAULT, Michel, *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*, tradutor Alan Sheridan, 2ª ed. (New York: Vintage, 1979), p. 200.
15. *Ibid.*, 199.
16. *Ibid.*
17. *Ibid.*, 198.
18. *Ibid.*, 197. Para uma crítica de Foucauldian mais ampla de observação biométrica, veja BONDITTI, Philippe, "From Territorial Space to Networks: A Foucauldian Approach to the Implementation of Biometry," *Alternatives: Global, Local, Political* 29, no. 4 (2004). Bonditti invoca a imagem de um "estado global de pragas".
19. DARTNELL, Michael, "Weapons of Mass Instruction: Web Activism and the Transformation of Global Security," *Millennium: Journal of International Studies* 32, no. 3 (2003): p. 497.
20. DERIAN, James der, "The Question of Information Technology in International Relations," *Millennium: Journal of International Studies* 32, no. 3 (2003): pp. 444, 447.
21. Citado em DILLON, Michael, "Virtual Security: A Life Science of (Dis) Order," *Millennium: Journal of International Studies* 32, no. 3 (2003): p. 539.
22. *Ibid.*
23. *Ibid.*: 533.
24. Para mais informações sobre este assunto, veja *Ibid.*, FULLER, Gillian, "Perfect Match: Biometrics and Body Patterning in a Networked World," *Fibre-culture Journal* 1, no. 1 (2003): p. 543.
25. FONTAN, Victoria, "Polarization between Occupier and Occupied in Post-Saddam Iraq: Colonial Humiliation and the Formation of Political Violence," *Terrorism and Political Violence* 18, no. 2 (2006): p. 219.
26. *Ibid.*: 223.
27. *Ibid.*
28. *Ibid.*: 220-1.
29. *Ibid.*: 224-5.
30. Os membros do Congresso do Partido Democrata foram forçados a fazer contradições sobre sua postura crítica das aplicações biométricas, como demonstrado no argumento no texto. Em resumo, sua iniciativa para um cronograma fixo é um fator que tem obrigado as forças dos EUA a optarem para expediências como as biométricas. Contudo, o emprego de biométricas corree a outra exigência do Partido Democrata: que as forças iraquianas sejam compelidas a assumir a responsabilidade.
31. Extraído dos "Diálogos de Melian" em *The History of the Peloponnesian War*, tradutor. Rex Warner (Harmondsworth: Penguin Classics, 1954), pp. 400-408. As obras de realismo clássico fundamental incluem MORGENTHAU, Hans J. *Politics among Nations* (New York: Alfred A. Knopf, 1967); NIEBUHR, Reinhold, *Moral Man and Immoral Society: A Study in Ethics and Politics* (Louisville, KY: Westminster John Knox Press, 2001). Para uma crítica do realismo clássico que introduz o neo-realismo, também conhecido como realismo estrutural, veja WALTZ, Kenneth N., *Theory of International Politics* (Columbus, OH: McGraw-Hill, 1979).
32. WILLIAMS, Michael C., *The Realist Tradition and the Limits of International Relations* (Cambridge University Press, 2005), pp. 23-4.
33. *Ibid.*, 24.
34. *Ibid.*, 40-1.
35. Morgenthau, 12. Como Morgenthau afirma, "não pode haver a moralidade política sem prudência".
36. Williams, 26.
37. *Ibid.*
38. Veja McCULLAGH, Declan e POLEN, Ben "Dems Ready Bioterrorism Bill," *Wired*, October 26 2001. disponível em: www.wired.com/politics/law/news/2001/10/47898.
39. Veja, por exemplo, BIDEN, Joseph R. Jr, "Time for an Iraq Timetable," *The Washington Post*, 26 de novembro de 2005.
40. Spiller: 167.
41. Para exemplos de convocação para o Iraque tomar a responsabilidade por si mesmo, veja PELOSI, Nancy "Floor Remarks on Amendment to the Defense Appropriation Bill," (House of Representatives, 2005); "Press Release: Stupak Renews Calls for Iraqi Accountability Plan" (House of Representatives, Office of Congressman Bart Stupak, 3 de agosto de 2006).
42. Para exemplos dos pontos de vista dos proponentes das biométricas na segurança de bancos de dados, veja Douglas e Woodward. Para uma avaliação crítica da necessidade para a codificação de dados, veja Bonditti: p. 470.
43. ZELENY, Jeff e STOUT, David, "House Narrowly Backs Iraq Timetable," *The New York Times*, 23 de março de 2007.
44. ORLIKOWSKI, Wanda J., "The Duality of Technology: Rethinking the Concept of Technology in Organizations," *Organization Science* 3, no. 3 (1992): pp. 403-6.
45. WYNNE, Brian "Unruly Technology: Practical Rules, Impractical Discourses and Public Understanding," *Social Studies of Science* 18, no. 1 (1988), citado em Orlikowski: p. 408.
46. Orlikowski: 405.
47. Uso a expressão "democídio" para capturar as possibilidades mais amplas de matança que o genocídio, o qual é tipicamente definido como a exterminação em massa de um certo grupo religioso, étnico, tribal ou nacional. O democídio, por outro lado, refere-se a qualquer caso de violência dirigido contra os cidadãos pelas autoridades governamentais.
48. Douglas.
49. RAGHAVAN, Sudarsan "At Checkpoints in Baghdad, Disguise Is a Lifesaving Ritual," *Washington Post*, 29 de setembro de 2006.
50. SALAHEDDIN, Sinan, "Shiite Cops Reportedly Rampage Vs. Sunnis," *The Associated Press*, 28 de março de 2007.
51. COLE, Juan "Is the Bush Surge Already Failing?," *Salon.com*, 8 de março de 2007.
52. FELBAB-BROWN, Vanda, "From Sanctuaries to Protostates," in *International Studies Association 48th Annual Convention* (Chicago, IL: 2007), p. 1.
53. HOWARD, Newton e KANAREYKIN, Sergey, "Bpl Interference for Remote Detection and Identification (Bpli Raid): Wide Area Remote Detection and Identification Technology Using Broadband-over-Powerline," *Center for Advanced Studies Draft Paper*. Disponível em: www.c4ads.org/papers/RAID_draft.pdf.
54. *Ibid.*
55. *Ibid.*
56. *Ibid.*



Um Fracasso Estratégico

A Política Norte-Americana de Controle das Informações no Iraque Ocupado

Dra. Cora Sol Goldstein

A Dra. Cora Sol Goldstein é professora auxiliar de ciência política da Universidade Federal da Califórnia, Long Beach, Califórnia. Recebeu seu Doutorado pela Universidade de Chicago em 2002. Seu livro, Psychological Warfare in Peacetime: American Visual Propaganda in Occupied Germany, será publicado na primavera de 2009. Em 2007, foi lhe conferido o prêmio Mary Parker Follet da Associação Norte-Americana de Ciência Política - Seção Política e História.

FOTOS: Dois soldados da 3ª Brigada de Combate, da 1ª Divisão de Cavalaria falam com manifestantes num ponto de controle da Zona Internacional na parte central de Bagdá, 17 de novembro de 2004

(Sargento John Queen, Exército dos EUA)

A OCUPAÇÃO AMERICANA DA Alemanha (1945-1949) permanece como um exercício modelo de democratização à força. De fato, personalidades proeminentes da administração Bush, incluindo a Secretária de Estado Condolezza Rice e o antigo Secretário de Defesa Donald Rumsfeld, compararam a experiência americana na Alemanha pós-guerra com o Iraque pós-guerra. Este artigo examina a política de controle das informações americana na Alemanha e no Iraque (2003-2006). A análise comparativa indica que a política de controle das informações foi muito diferente nos dois casos. Na Alemanha, o Exército dos EUA e o Gabinete do Governo Militar dos EUA (*OMGUS* - sigla em inglês) exerciam rigoroso controle sobre a mídia para bloquear a propaganda nazista e introduzir a agenda política americana de democratização.¹ Com a emergência da Guerra Fria, o *OMGUS* usou todas as formas de comunicação em massa — periódicos de assuntos culturais, revistas, filmes de longa metragem e documentários, posters e emissoras de rádio — para disseminar propaganda e mensagens estratégicas dos EUA ao povo alemão. Conseqüentemente, de 1945 a 1949 os americanos foram capazes de moldar o conteúdo das informações na zona e setor americanos. No Iraque, as forças da coalizão fracassaram em exercer a mesma forma de controle de informações. Como resultado desse erro

estratégico, a insurgência e outros movimentos que se opuseram à presença americana têm estado aptos a controlar as informações e disseminar mensagens antiamericanas.

O Caso Alemão

Durante a II Guerra Mundial, a guerra psicológica formou uma parte importante da estratégia militar contra o Terceiro Reich. Assim que o Exército dos EUA entrou na Alemanha, especialistas americanos da guerra psicológica difundiram propaganda para convencer o povo alemão da irreversibilidade de sua derrota e para persuadi-los a cooperarem. Ao mesmo tempo, o Exército dos EUA fechou periódicos, revistas, emissoras de rádio alemãs na zona e setor norte-americano para assegurar o monopólio das informações e propaganda. Como resultado, a informação recebida pelos alemães nas áreas norte-americanas proveio exclusivamente da distribuição de folhetos de propaganda norte-americanos (*Mitteilungblätter*), de periódicos publicados pelo Exército e da Rádio Luxemburgo.

Depois do dia da vitória na Europa, 12 de maio de 1945, a Divisão de Guerra Psicológica do Quartel-General Supremo das Forças Expedicionárias Aliadas (*PWD/SHAEF*) foi convertida na Divisão de Controle de Informações (*ICD*) na Alemanha. O chefe da *PWD/SHAEF*, General Robert C. McClure, comandou uma organização nova e manteve a maioria do pessoal da *PWD/SHAEF*.² No princípio, a *ICD* foi independente do governo militar, mas em fevereiro de 1946, foi totalmente integrada à *OMGUS*.

No início, a *ICD* concentrou a maior parte de sua atenção na desnazificação da mídia. A *ICD* excluiu jornais alemães que foram considerados como politicamente contaminados pelos seus antecedentes favoráveis a Hitler e proibiu a difusão de mensagens nazistas, militaristas ou nacionalistas que poderiam incitar simpatias pelos nazistas e fomentar a resistência contra o projeto norte-americano. Enquanto esse projeto de verificação estava ocorrendo, o *ICD* começou a selecionar e conceder licenças para editores alemães começarem a operar periódicos e revistas. Tiveram êxito na seleção de um grupo político e ideologicamente heterogêneo. Já em meados de 1946, a *ICD* tinha concedido licenças para operação de periódicos para 73 alemães, incluindo

29 sociais democratas, 17 democratas cristãos e cinco comunistas.³ Dessa forma, enquanto o *OMGUS* impunha uma rígida censura pública e ideológica contra a difusão de mensagens nazistas, nacionalistas e militares, pretendia também estabelecer um nível de diversidade política e permitia o desenvolvimento de uma variedade de opiniões políticas.⁴

Embora os editores que receberam licenças pela *ICD* tivessem se comprometido a criar uma Alemanha nova e democrática, a divisão manteve um assíduo controle de suas edições. Inicialmente,

Também não instituíram nenhum programa lógico de grande escala para o controle das informações no Iraque...

submetia os artigos a uma censura pré-publicação, mas em agosto de 1945, mudaram para um exame detalhado pós-publicação.⁵ Embora os editores alemães estivessem livres para administrar suas próprias operações, sempre havia a possibilidade de censuras pós-publicação que poderiam levar à revogação de suas licenças. Dessa forma, o *ICD* definia e vigiava os limites do que era aceitável e desejoso para o âmbito político e cultural, dessa forma, monitorou e regulou as informações que chegavam aos alemães na zona e setor norte-americanos.

Durante os primeiros anos da ocupação, a política da imprensa norte-americana na Alemanha ocupada refletia as ideologias dos oficiais do *ICD* responsáveis em vigiar a imprensa. Grande parte dos oficiais era acadêmica que havia vivida na Alemanha anteriormente. Uma grande parte era adepta das políticas econômicas radicais do Presidente Roosevelt (*New Dealers*), intelectuais, emigrantes, judeus e esquerdistas entusiasmados com a possibilidade de ajudar a formar uma sociedade democrática pluralista das cinzas do nazismo.⁶ Em Berlim, a maioria dos oficiais da *ICD* era formada por emigrantes alemães.⁷ Dessa forma, a grande parte dos oficiais da *ICD* falava alemão, tinha conhecimento sobre a cultura alemã e entendia a sociedade e história alemã. Em 1945, esses oficiais que vigiavam a imprensa se entusiasmaram com a colaboração da esquerda

alemã, considerando-a como parte do processo de criar uma imprensa e cultura democrática.

Com a Guerra Fria, a política de imprensa da *OMGUS* mudou. A Alemanha ocupada se converteu na primeira frente da guerra psicológica entre os EUA e a URSS. Depois de 1946, a possibilidade da Alemanha se tornar independente e unida desapareceu rapidamente. Tanto os norte-americanos como os soviéticos começaram a usar novos meios

O Departamento de Defesa tinha interpretado o problema equivocadamente... como um assunto de marketing.

de comunicação em suas zonas e respectivos setores para atacar um ao outro e a difundir sua propaganda. Em março de 1946, por exemplo, o *OMGUS* obrigou o *Neue Zeitung*, o periódico mais importante da zona americana, a adotar uma nova postura editorial que correspondesse à política estrangeira dos EUA. O *Neue Zeitung* chegou a ser o porta-voz que permitiu à *OMGUS* neutralizar a propaganda soviética na Alemanha ocupada.⁸

Nos princípios de 1947, o pessoal tinha mudado e os originais oficiais encarregados de vigiar a imprensa foram substituídos pelos guerreiros da Guerra Fria.⁹ Como resultado, a maior parte das publicações que não seguiram as diretrizes anti-comunistas da *OMGUS* foi desativada ou seus editores foram substituídos.¹⁰ Em agosto de 1947, Emil Carlebach, um comunista que sobreviveu como prisioneiro no campo de concentração em Buchenwald e que lhe fora dada a licença da publicação do *Frankfurter Rundschau* em 1945, foi despedido.¹¹ *Der Ruf*, uma revista popular de política e cultura, foi fechada porque o *ICD* a considerou pró-comunista, embora o contraparte soviética da *OMGUS* já a tivesse denunciado.¹² Em outubro do mesmo ano, o General Lucius D. Clay, o governador militar norte-americano, lançou a Operação *Talk Back*, uma medida de contra-propaganda planejada para usar a mídia alemã na zona e setor americanos com o objetivo de responder e combater a propaganda soviética anti-americana. Estritos critérios foram impostos à imprensa alemã, equivalente aos critérios que prevaleciam na zona e setor soviéticos.

O Caso do Iraque

A campanha de guerra psicológica da Operação *Iraqi Freedom (OIF)* teve êxito porque a mesma convenceu o Exército do Iraque a não mais resistir. Isso permitiu que as Forças Armadas dos EUA tomassem posse de Bagdá com um número limitado de tropas. Sem dúvida, ao contrário do caso alemão, as forças da coalizão não continuaram com a sua agenda de guerra psicológica depois da queda do regime de Saddam Hussein. Também não instituíram nenhum programa lógico de grande escala para o controle de informação no Iraque; ao contrário, o Departamento de Defesa anteviu a criação de um “Time de Reação Rápida de Mídia” para administrar o desmantelamento dos meios de comunicação estatais do Iraque e estabelecer uma rede de “Meios de Comunicação Independentes do Iraque” financiada e dirigida pelos EUA. Essa nova rede controlada pelos norte-americanos tinha como objetivo servir como um veículo de propaganda do Pentágono para o Iraque.¹³

Saddam Hussein tinha compreendido a importância de controle da informação e a manipulação dos meios de comunicação. Em 1968, depois que se converteu no chefe da segurança interna, foi permitido aos iraquianos terem acesso somente aos periódicos publicados pelo governo. Quando assumiu a presidência em 1979, o Ministro das Informações do Iraque começou a nomear todos os jornalistas da nação (os quais tinham que pertencer ao Partido Baatista) e os insultos ao presidente chegaram a ser considerados uma ofensa com a punição de morte. Um dos filhos de Saddam, Uday, se converteu no chefe da União dos Jornalistas e exerceu controle sobre uma dúzia de periódicos, incluindo *Al-Thaura* (A Revolução), *Babil* e *Al-Jamoriya* (A República). Todos os dias esses periódicos publicavam fotos de Saddam Hussein na primeira página. Uday também esteve encarregado de muitas emissoras de televisão e rádio. Em 2003, existiam 13 emissoras de televisão e 74 de rádio, todas sob o controle estatal.¹⁴ O governo era o único provedor da internet e acesso a mesma era disponível em cybercafés rigorosamente controlados pela polícia de segurança. Era proibido ter antenas parabólicas, embora aqueles de maior hierarquia no regime tivessem acesso a notícias transmitidas por satélites.¹⁵

Uma vez que Saddam foi derrubado, o número de publicações subiu rapidamente para mais de 200. Com as forças da coalizão falhando em fechar ou controlar a imprensa iraquiana, todos os que tinham acesso a um tipo de imprensa começaram a publicar. Grande parte dos periódicos e revistas que surgiram em 2003 enfrentou dificuldades financeiras e muitos desses desapareceram pouco tempo depois, mas segundo os cálculos da BBC (*British Broadcasting Corporation*), ainda existem 50 jornais diários publicados no Iraque sendo que 12 deles estão em Bagdá.¹⁶ Infelizmente, os grupos que se opunham à coalizão aproveitaram-se rapidamente desse espontâneo aumento dos meios de comunicação e da falta de uma política sólida de controle das informações por parte dos norte-americanos.

A imprensa iraquiana chegou a ser altamente diversificada à medida que cada grupo de pressão política abria sua própria agência divulgadora de notícias. Saad al-Bazzaz, um jornalista exilado, começou a publicar no ano 1992 a edição de Bagdá do *Al-Zaman*, um periódico que ele fundou sediado em Londres.¹⁷ A família real saudita começou a publicar uma edição iraquiana do *Al-Sharq al Awsat* em Londres, seu instrumento principal de publicidade no Ocidente. Sócios do antigo primeiro-ministro Ahmad Chalabi publicaram o *Al-Mutamar*. Atualmente, o Supremo Conselho para a Revolução Islâmica no Iraque, o maior grupo político xiita no país, publica o *Al-Adalah*, o *Al-Fater* e o *Ida Rafideen*. O *Al-Bayan* é o periódico do partido Dawa, o partido xiita do Primeiro-Ministro Nouri al-Maliki e seu predecessor Ibrahim al-Jaafari. Outros periódicos importantes são o *Al-Mada* com tendências esquerdistas e o *Al-Sabah al-Jadid*, fundado pelo ex-editor chefe de *Al-Sabah*, Ismael Zayer (que renunciou a seu cargo no *Al-Sabah* em maio de 2004 para protestar contra a censura e interferência editorial norte-americana.¹⁸) Uma única revista satírica, a *Habaz Booz*, é publicada em Bagdá.

Nesse contexto, as políticas da mídia formuladas pela Autoridade Provisional da Coalizão (CPA-sigla em inglês) e pelo Pentágono foram ineficazes. A des-baatificação da imprensa iraquiana incentivou sentimentos antiamericanos.¹⁹ Sem dúvida, a CPA não substituiu o pessoal baatista por iraquianos desejosos de participar do

desenvolvimento de uma democracia liberal para seu país, nem censurou a propaganda antiliberal ou antiamericana. Em julho de 2003, o chefe da CPA Paul Bremer III afirmou publicamente que a coalizão não estava impondo limites na liberdade de expressão no Iraque. O porta-voz da coalizão Charles Heatley ecoou as palavras de Bremer. A idéia geral era que a difusão da mensagem da “verdade” americana, por si mesma, prevaleceria sobre mensagens de alternativas políticas no Iraque pós-Saddam.

A CPA, de vez em quando, exercia medidas de controle sobre a propaganda radical antiamericana. Por exemplo, fechou o *Al-Mustiquilla*, um periódico que publicou um artigo advogando a execução de todos os iraquianos que colaboraram com a coalizão.²⁰

Em março de 2004, a CPA impediu por 60 dias a publicação do periódico *Al-Hawsa*, um semanário radical xiita com sede em Bagdá, alegando que seus editores incitavam atos de violência contra a ocupação.²¹ As forças da coalizão invadiram um centro de distribuição do periódico *Sadda-al-Auma* em Najaf, se apossando de cópias de uma edição que estimulava iraquianos a se integrarem na resistência. Sem dúvida, os freqüentes esforços da CPA para controlar os novos meios de imprensa iraquianos foram inúteis. Poucos dias depois de levar a cabo a invasão do *Sadda-al-Auma*, o periódico era publicado novamente, pedindo aos seus leitores que se integrassem ao movimento de resistência de Ramadi, difundindo também sua propaganda anti-semita, anti-ocidental e anti-feminina.²² No final, nos raros casos em que os meios de comunicação foram submetidos a censura pós-publicação o resultado foi um ineficaz programa de controle de informações.

Embora o seu desempenho possa sugerir o contrário, o Pentágono realmente formulou uma diretriz para a propaganda no Iraque. O apêndice 2 do Guia de Assuntos Públicos da Força-Tarefa Combinada 7 (*CJTF-7*) delimita os “temas atuais” para a imprensa iraquiana em três partes: “positiva” para ser estimulada e divulgada, “negativa” para ser refutada ou evitada e “duvidosa ou manipulável, para ser neutralizada. A primeira parte tinha como objetivo desenvolver o apoio “do povo do Iraque e para o povo do Iraque”; para enfatizar o progresso e a segurança, particularmente em Bagdá, e para

destacar “a participação dos iraquianos” nos esforços de reconstrução de seu país. A mensagem positiva incluiria indicadores de melhoramentos na vida cotidiana, tais como a normalização do fornecimento de energia elétrica, a construção de novas escolas e de hospitais, assim como um melhor nível de segurança. A segunda parte ou “assuntos negativos” trataria de assuntos como “o mau trato de iraquianos detidos”, o “ressurgimento da resistência, desrespeito à lei, instabilidade e o vácuo do poder”; a “vulnerabilidade da infraestrutura”; e “a demora no estabelecimento de estruturas políticas.” A última parte responderia a “falta de descobertas” de armas de destruição de massa, os problemas em encontrar Saddam e o processo de de-baatificação.²³

O aspecto mais surpreendente e original da política norte-americana sobre a propaganda na Operação *Iraqi Freedom* tem sido a dependência por parte do Pentágono de usar terceirizados para difundir suas mensagens estratégicas ao povo do Iraque. Em vez de formar uma força-tarefa composta de especialistas em guerra psicológica das Forças Armadas dos EUA, da comunidade de inteligência e do mundo acadêmico, o Governo dos EUA pediu a companhias privadas sem experiência no Oriente Médio para levarem a cabo essa tarefa.²⁴ O Departamento de Defesa confundiu um problema político — ou seja, de como transformar radicalmente uma sociedade que saiu de uma ditadura brutal e que está entrando rapidamente no fundamentalismo religioso — com um assunto de marketing. Tentaram convencer o povo iraquiano da visão americana do futuro como se a mesma fosse um produto de consumo.

Em 2003, a Divisão de Operações Especiais e de Conflitos de Baixa Intensidade do Pentágono, a qual se especializa em operações de guerra psicológica, concedeu um contrato exclusivo à Science Applications International Corporation (SAIC) no valor de US\$ 82.3 milhões para estabelecer a Iraqi Media Network (Rede de Mídia do Iraque) (*IMN*). Quando a *IMN* começou a publicar o periódico *Al-Sabah* (Amanhã), já existiam 20 a 30 novos periódicos independentes.²⁵ *Al-Sabah* chegou a ser simplesmente um periódico entre muitos, e os norte-americanos nunca foram capazes de monopolizar a informação no Iraque.

A *IMN* ainda enfrentou mais dificuldades com a televisão. O estabelecimento da *Al-Iraqiyya*, a rede de televisão financiada pelos USA, foi um pesadelo. Desde o início, a desorganização, falta de planejamento, falta de pessoal e um orçamento inadequado atrasaram o projeto. Além disso, a instalação física da rede foi sistematicamente destruída por vândalos e mais tarde, no verão de 2003, foi explodida por insurgentes. Quando finalmente começou a funcionar, a *Al-Araqiyya* fracassou em atrair o público do Iraque porque evitava as notícias iraquianas. Por exemplo, a rede transmitia programas de cozinha em vez de cobrir a violência política no país.²⁶

Como as forças da coalizão não fizeram nada para impedir a instalação de antenas parabólicas que brotaram como cogumelos por todas as partes do Iraque, espectadores iraquianos ganharam acesso a múltiplas fontes de informação. Podiam ver um número incontável de programas de notícias antiamericanas transmitidos por emissoras de televisão no Oriente Médio. Não é surpreendente que depois da invasão 63% dos iraquianos que tinham acesso a antenas parabólicas assistiam a *Al-Jazeera* e *Al-Arabiya*, emissoras de televisão que oferecem programação de notícias com propaganda antiamericana e anti-semita.²⁷ Apenas cerca de 12% dos iraquianos assistem com regularidade as notícias apresentadas pela *Al-Iraqiyya*.²⁸

A televisão por satélite se converteu numa parte integral do púlpito eletrônico dos jihadistas. A *Al-Zawraa*, uma emissora de televisão por satélite no Iraque, provou ser uma das armas mais eficazes do Exército Islâmico do Iraque, um principal grupo de resistência sunita no qual supostamente inclui membros do Partido Baath.²⁹

A *Al-Zawraa* emite filmagem contínua da guerra sunita contra os EUA e a milícia xiita de Muqtada al-Sadr. Apresenta com regularidade videoclipes que mostram militantes planejando ataques contra unidades norte-americanas, franco-atiradores ou explosivos improvisados para emprego contra soldados da coalizão e operações contra objetivos xiitas. Os programas desta emissora são transmitidos pelo mundo árabe por meio da Nilesat, um provedor de serviços de satélite que é controlado pelo governo egípcio. *Al-Zawraa* anunciou que pretende difundir

seus programas por meio de satélites europeus; com o transcorrer do tempo, querem chegar aos espectadores norte-americanos.³⁰

A coalizão também está perdendo a guerra estratégica de propaganda no ciberespaço. Grupos terroristas usam a internet de alta velocidade, software pirata de edição de vídeos e sítios cibernéticos que permitem carregar arquivos gratuitamente para difundir seus produtos. Abu Maysara, o chefe de mídia de Abu Musab al-Zarcaui, o falecido líder da Al Qaeda no Iraque, gravou o vídeo da decapitação de Nicholas Berg, um refém norte-americano, e colocou o vídeo online. A internet também é importante como um mecanismo para o ensino de habilidades práticas de resistência, tais como a construção de foguetes, bombas e armas químicas.³¹

O Pentágono, apesar do fracasso por parte da SAIC, continuou seguindo sua política de terceirização, pedindo para companhias privadas assumirem tarefas da mídia. Em janeiro de 2004, em vez de renovar o contrato com a SAIC, o concedeu a Harris Corporation, uma companhia que fabrica

equipamento de teledifusão sem experiência em guerra psicológica ou no Oriente Médio. A Harris Corporation logo subempreitou suas operações de televisão à Corporação Libanesa Internacional de Rádiodifusão, uma empresa de telecomunicações com sede no Kuwait, mas encarregou-se da *Al-Iraqiyah* e *Al-Sabah*. No período de um mês, a CPA mudou o nome da Rede de Mídia do Iraque para a Rede do Iraque. O Departamento de Defesa também contratou os serviços da J. Walter Thompson, uma importante agência publicitária localizada na Avenida Madison na cidade de Nova Iorque, para “convencer os iraquianos que o *IMN* ou o *Iraqia* eram confiáveis”.³² Talvez não surpreendentemente, J. Walter Thompson não se especializa em guerra psicológica ou no Oriente Médio; seus clientes principais são Dominos, Diamond Trading Company, Ford, Cadbury Schweppes, HSBC, Kimberly-Clark, Kellogg’s, Kraft, Nestlé, Pfizer, Rolex, Diageo, Unilever e Vodofone.

Também em 2004, a administração Bush instruiu a Diretoria de Transmissão dos EUA



Iraquianos observam a transmissão de uma mensagem gravada supostamente do líder deposto Saddam Hussein emitida por Al-Arabiya com sede em Dubai, 17 de julho de 2003.

— os produtores da *Voz da América* — que contra-atacasse o impacto que a *Al-Jazeera* tem no Oriente Médio. A diretoria lançou a emissora de televisão à satélite *Alhurra* (A Livre), a Rádio *Sawa* (Juntos) e a revista *Hi*. A *Alhurra*, tomando como modelo uma emissora convencional norte-americana que apresenta programas de cozinha,

A televisão e o rádio não foram os únicos setores que cometeram erros.

moda, geografia, tecnologia, documentários e notícias. Embora a *Alhurra* com um orçamento de US\$ 100 milhões esteja inundada de fundos e transmita seus programas na Jordânia, Egito e no Iraque, provou ser um fracasso. Os iraquianos associam a estação com os EUA e rejeitam o seu conteúdo, especialmente na sua cobertura informativa. Pesquisas de opinião pública indicam que os iraquianos ressentem a carência de discussões sobre os temas relativos à situação no Iraque, no mundo árabe e no Oriente Médio.³³ A rádio *Sawa* não tem obtido muito progresso com a programação combinada de música popular norte-americana e do Oriente Médio e a sua escassa cobertura de notícias.

A televisão e o rádio não foram os únicos setores onde erros foram cometidos. Em 30 de janeiro de 2005, o Iraque realizou eleições para a Assembléia Nacional Transacional. O Presidente Bush pronunciou como uma vitória à autodeterminação iraquiana, destacando durante um discurso especial perante a nação que: “Hoje no Iraque, homens e mulheres tomaram controle legal do destino de seu país, e escolheram um futuro de liberdade e paz”.³⁴ Ao se passarem dez meses, em novembro de 2005, o jornal *Los Angeles Times* informou que as Forças Armadas dos EUA pagaram secretamente a periódicos iraquianos para que publicassem artigos em favor da coalizão. Este programa havia começado no início de 2005, no momento que se celebravam as eleições, como uma operação de propaganda velada para influenciar a opinião pública iraquiana. Segundo o *Times*, os artigos “eram elaborados basicamente de uma forma objetiva”, mas omitiam a informação que poderia pôr os

leitores contra os governos norte-americano e do Iraque. As histórias exaltavam a ocupação norte-americana, denunciavam a insurgência e elogiavam os esforços norte-americanos na região.³⁵

Essas histórias eram produzidas pelo Lincoln Group, que tinha sido contratado como parte dos rápidos aumentos dos esforços da campanha de informações norte-americana em 2004. Essa corporação recém-fundada foi posta em vigência por um grupo de investidores de uma companhia com sede em Washington D.C., a Lincoln Alliance Corporation. A Lincoln Alliance, sendo uma filial da Lincoln Asset Management, se descreve como uma companhia que facilita “serviços de inteligência feitos sob medida.” A companhia declara que se especializa na coleta de informação de “diversas fontes internas e externas, tanto históricas como em tempo real”; uma “fusão” de análise de informação e divulgação de “resultados acionáveis.”³⁶ A operação sigilosa do Lincoln Group provocou um escândalo no Iraque e minou ainda mais a credibilidade dos EUA na região. A imprensa norte-americana também reagiu de forma fervescente contra isso, apesar do fato de que as ações de propaganda negra do Lincoln Group, executadas de uma forma amadora, eram na verdade modestas na sua extensão.

Propaganda negra, a disseminação de notícias parciais ou falsas num país seletivo sem indicar a sua origem é um estratagema clássico da guerra psicológica. É extraordinário que o Pentágono tenha escolhido confiar numa corporação privada sem experiência no campo quando a CIA tem antecedentes extensos na distribuição de propaganda negra no âmbito mundial — incluindo o Oriente Médio.³⁷

Lições aprendidas com dificuldade

A administração Bush ignorou o modelo de controle das informações empregado pelos EUA na Alemanha no período de 1945-1949. As forças da coalizão não colocaram em vigor um controle rigoroso das informações depois de derrubar Saddam, ao mesmo tempo em que o Pentágono chegou a ser mais interessado em manipular a imprensa norte-americana do que regular a difusão de informação dentro do Iraque. Daniel Senor, o chefe do gabinete de relações públicas

da CIA, não falava árabe e sua prioridade era “alimentar” a mídia americana com informações, frequentemente por meio de jornalistas favoráveis às políticas da administração.³⁸

É verdade que a revolução na tecnologia de comunicação tem feito o controle total das informações no Iraque virtualmente impossível. Entretanto, o Pentágono fracassou em avaliar e planejar a complexidade do desafio tecnológico. Os EUA estabeleceram uma ocupação militar mal equipada para neutralizar as armas de informações disponíveis ao inimigo no século XXI. Saddam Hussein tinha proibido a televisão à satélite e controlado o acesso público à internet; os norte-americanos não fizeram o mesmo e, em conseqüência, não puderam negociar com a avalanche de propaganda antiamericana que se seguiu. Num período de dias depois da entrada norte-americana em Bagdá, antenas parabólicas surgiram por todas as partes, impossibilitando o controle das informações. Locais cibernéticos também foram criados por toda a parte, os quais os norte-americanos nunca puderam controlar.

Além disso, a propaganda positiva não pode ser efetiva quando a zona de objetivo não está controlada. Uma ocupação militar, para ter sucesso como um instrumento de mudança, deve ser capaz de criar um nível de estabilidade em lugares expostos às graves condições de uma turbulência social.³⁹ O caso alemão exemplifica esse princípio. Na Alemanha, o Exército dos EUA e *OMGUS* monopolizaram o uso da violência e impuseram e garantiram segurança. Isso permitia ao *OMGUS* e seus aliados alemães porem em vigência a reconstrução da infraestrutura física dentro da zona e setor norte-americanos ao mesmo tempo em que colocavam em andamento uma revolução política, social e cultural. Os norte-americanos, em termos de controle das informações, bloquearam a difusão da propaganda vindo do antigo regime legalista e de grupos antagonísticos com intenções de aproveitar o vazio político produzido pela transição. No Iraque, a Operação *Iraqi Freedom* provocou o desenvolvimento de uma insurgência militar, o terrorismo, a violência sectária e a desordem civil. Sem a segurança, os projetos de infra-estrutura atrasaram e a propaganda difundida pelos norte-americanos foi de eficácia mínima.

O caso do Iraque mostra quão importante é desenvolver uma apropriada hipótese de combate antes de começar um conflito militar que tem como objetivo fazer uma mudança de regime e ocupação. Em 1945, o *OMGUS* permitiu ao povo alemão ter um grau limitado de liberdade e exerceu um nível de controle político sem precedentes. A diretriz 1067 (*JCS 1067*) dos Chefes do Estado-Maior Conjunto (*JEMC*), a diretriz militar que orientou a formulação das políticas do *OMGUS* de 1945 até 1947, sem dúvida alguma explicitamente rejeitou a idéia de que os EUA libertaram a população de uma ditadura. Expressou que a Alemanha “não será ocupada com o propósito de libertação, mas como uma nação inimiga derrotada”. Segundo a *JCS 1067*, os alemães tinham que ser controlados e vigiados e suas atividades políticas, religiosas e culturais tinham que ser aprovadas pelas autoridades militares norte-americanas. A *JCS* foi muito clara: “Não se permitirá qualquer atividade política a menos que seja aprovada pelo *JEMC*... Vocês proibirão a propagação de qualquer doutrina nazista, militarista ou pan-alemã ... Não se permitirá aos alemães apresentar desfiles militares, políticos, civis ou esportivos”.⁴⁰ A diretriz permitiu a liberdade de religião e expressão somente até o ponto que não comprometam os objetivos militares e políticos dos EUA.

O fracasso do Iraque é a conseqüência lógica de considerar a missão norte-americana uma libertação em vez de uma ocupação de um país inimigo. O objetivo da Operação *Iraqi Freedom*, segundo o Guia de Assuntos Públicos da Força-Tarefa Combinada 7, foi de “libertar o povo do Iraque do regime de Saddam Hussein”.⁴¹ A suposição básica foi que derrotar Saddam e suprimir ao Partido Baaz produziriam como conseqüência natural, automática e inexorável um Iraque democrático, liberal, secular e pró-americano. A idéia de converter a população iraquiana em adeptos da democracia de uma forma espontânea fez o Pentágono e o Departamento de Estado subestimar a importância do controle pós-guerra das informações e da propaganda.⁴²

A democratização da mídia depois de uma mudança de regime radical é um projeto de longo prazo, exigindo o uso de métodos antidemocráticos de curto prazo. Mesmo em 1948, existia um nível de tensão entre o objetivo manifestado pelos

norte-americanos de encorajar uma imprensa livre e a realidade autoritária da ocupação. O governo militar estava ciente dessa contradição básica, como demonstrado nesse relatório elaborado pelo *OMGUS*:

Os oficiais da imprensa principalmente se interessaram em impedir que os ex- jornalistas nazistas participassem na nova imprensa democrática alemã. Em 1945, quando a ocupação foi posta em marcha, garantir ao povo alemão uma imprensa independente e livre foi um dos objetivos da política do governo militar norte-americano. O governo militar previu o desenvolvimento de uma imprensa livre de qualquer denominação governamental. Sem dúvida, com ironia, o próprio governo militar considerou ser necessário o exercício de certos controles provisionais. Grande parte das instalações de imprensa dos periódicos estavam nas mãos dos nazistas. Os editores, redatores e pessoal dos periódicos eram as mesmas pessoas que tinham executado as políticas do Ministério de Propaganda de Goebbel. Dessa forma, o governo militar colocou em vigor um sistema regulador para colocar os periódicos nas mãos de redatores dedicados a proporcionar ao povo alemão uma cobertura informativa imparcial.⁴³

A democratização pelo uso da força é basicamente a fonte de paradoxos. Um governo militar envolvido na reconstrução de nações é, por definição, um regime autoritário envolvido num projeto de engenharia social. Sua intenção é de impor, por meio da força, novas normas sociais e outras séries de valores normativos. Portanto, as ações que tomam não são compatíveis com a idéia de democracia.

Carl J. Friedrich, que dirigiu a escola que treinou pessoal militar destinado a governos militares norte-americanos no estrangeiro e que mais tarde

serviu como assessor de assuntos governamentais e constitucionais do General Clay (1947-1948), tentou resolver a contradição. Ele argumentou que o *OMGUS* era um “ditador constitucional que ajuda o restabelecimento da democracia constitucional em vez de impor a democracia”⁴⁴ De acordo com Friedrich, o governo militar operado por uma democracia constitucional, distinto de uma ditadura convencional, progressivamente relaxa a repressão e se move em direção ao estabelecimento de um sistema condicional. Friedrich admitiu que o *OMGUS* censurava e reprimia, mas alega que o fez assim para impor limitações aos elementos e esforços antidemocráticos.

A CPA entendeu que a estrutura da democracia iraquiana exigia a imposição de limites estritos na saída de informações antidemocráticas. Sua defeituosa política de mídia produziu a aparição de uma variedade de fontes de informações como periódicos, revistas e emissoras de televisão com agendas autoritárias, religioso-fundamentalistas e antidemocráticas. Os periódicos iraquianos estão sendo financiados por partidos políticos e religiosos, e a informação que difundem com frequência é incompleta, sem verificação e parcial.

A deterioração do *status* norte-americano em muitas partes do chamado “terceiro mundo” é uma conseqüência de graves fracassos na área de sua política externa: estratégia global e diplomacia pública.⁴⁵ Se esses fracassos não forem examinados, é provável que os EUA empreenderão outras aventuras militares que produzirão ocupações com o objetivo de levar a cabo mudanças radicais. Portanto, a análise dos defeitos da política norte-americana de controle das informações no Iraque não é simplesmente uma questão de interesse histórico. Os EUA não podem se dar ao luxo de cometer mais erros nessa área-chave da guerra psicológica.**MR**

REFERÊNCIAS

1. A contraparte soviética do *OMGUS*, a *Sowjetische Militäradministration in Deutschland*, realizou os mesmos esforços para difundir as mensagens de Moscou ao povo alemão.

2. PADDOCK, Alfred H., filho, *U.S. Army Special Warfare. Its Origins: Psychological and Unconventional Warfare, 1941-1952* (Washington DC: National Defense University Press, 1982), p. 41.

3. Já pela metade de janeiro de 1947, o *ICD* distribuiu 89 licenças de imprensa a 38 sociais democratas, 24 aos apoiadores da União Cristã-Democrática/União Cristã Socialista e 4 a membros do Partido Comunista Alemão. A divisão por religião foi 33 católicos, 28 protestantes, 3 judeus e um unitário. Outras 24 licenças foram concedidas a organizações não religiosas. HARTENIAN, Larry *Controlling Information in U.S. Occupied Germany, 1945-1949: Media Manipulation and Propaganda* (Lewiston,

2003), pp. 115-16 e 127. Veja também FREI, Norbert *Amerikanische Lizenzpolitik und Deutsche Presstradition: Die Geschichte der Nachkriegszeitung Suedost-Kurier* (Munique, Alemanha: Oldenbourg Verlag, 1986).

4. BREITENKAMP, Edward C., *The U.S. Information Control Division and Its Effect on German Publishers and Writers 1945 to 1949* (Dakota do Norte, EUA: Grand Forks, 1953), p. 1.

5. ZIMKE, Earl, *The U.S. Army Occupation of Germany, 1944-1946* (Washington, DC: Centro de História Militar, 1975).

6. BOEHLING, Rebecca, *A Question of Priorities: Democratic Reforms and Economic Recovery in Postwar Germany* (New York: Berghahn Books, 1996), p. 26.

7. SCHIVELBUSCH, Wolfgang, *In a Cold Crater: Cultural and Intellectual Life in Berlin 1945-1948* (Berkeley, California: University of California Press,

1998), p. 33.

8. Para ler um discurso detalhado do *Neue Zeitung*, veja GIENOW-HECHT, Jessica C.E., *Transmission Impossible: American Journalism and Cultural Diplomacy in Postwar Germany 1945-1955* (Baton Rouge, Louisiana: Louisiana State University Press, 1999). Veja também Hartenian, pp. 152-154 e Gienow-Hecht, "Friends, Foes, or Reeducators? Feinbilder and Anti-Communism in the U.S. Military Government in Germany, 1946-1953", em *Enemy Images in History*, editores Ragnhild Fiebig-von Hase e Ursula Lehmkuhl (Providence, Rhode Island: Berghahn Books, 1997), pp. 281-301.

9. Para ler um discurso detalhado do caso, veja GIENOW-HECHT, *Transmission Impossible*. Veja também HARTENIAN, p. 152-54 e GIENOW-HECHT, "Friends, Foes, or Reeducators?" pp. 281-301.

10. HARTENIAN, p. 179. Veja também Cedric Belfrage, *Seeds of Destruction* (Nova York: Cameron and Kahn, 1954).

11. HARTENIAN, p. 180.

12. Para ler mais, veja FLANAGAN, Clare, *A Study of German Political-Cultural Periodicals from the Years of Allied Occupation, 1945-1949* (Lampeter, Gales: The Edwin Mellen Press, 2000), pp. 151-82.

13. BATTLE, Joyce, compiladora, "Iraq: the Media War Plan", *National Security Archives*, 8 de maio de 2007, disponível em: www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB219/index.htm.

14. CALLAGHAN, Sandra J., "Iraq", *World Press Encyclopedia*, 2003, disponível em: findarticles.com/p/articles/mi_gx5223/is_2003/ai_n19143124.

15. TABOR, Kimberly "The Press in Iraq", *PBS-Frontline World*, novembro de 2002, disponível em: www.pbs.org/frontlineworld/stories/iraq/press.html#overview.

16. "The press in Iraq", *BBC News*, 12 de janeiro de 2007, disponível em: http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/middle_east/6256985.stm.

17. Desde 1992, Al-Bazzaz encabeçou tanto a Agência de Notícias do Iraque como o Sistema de Rádio e Televisão Iraque e foi editor em chefe do diário *Al-Jumhuriya (A República)*. Sítio cibernético do Foro do Oriente Médio, disponível em: <http://www.meforum.org/article/277>.

18. "The press in Iraq", *BBC News*.

19. NAWA, Fariba "U.S. Curtails Iraq's Newfound Media Freedoms", *Village Voice*, 27 de julho de 2003.

20. PRICE, Matthew "Baghdad's media explosion", *BBC News*, 12 de agosto de 2003 disponível em: http://news.bbc.co.uk/go/pt/ft/-/1/hi/world/middle_east/3144363.stm.

21. GETTLEMAN, Jeffrey "G.I.'s Padlock Baghdad Paper Accused of Lies", *New York Times*, 29 de março de 2004.

22. BARRY, Ellen "US Restrictions on Iraqi Media Spark Criticism", *Boston Globe*, 19 de junho de 2003.

23. Guia de Assuntos Públicos da Força Tarefa Conjunta Combinada 7, 091200D Julho de 2003, p. 8.

24. No Iraque, a Administração Bush colocou em vigor uma nova metodologia de guerra psicológica ao pedir a companhias privadas para que assumissem tarefas de diplomacia pública e de propaganda. A partir de 2003, o Governo dos EUA com frequência tem pedido para empresas rentáveis criadas pelos partidários do Partido Republicano para desenvolverem as operações de inteligência e de guerra psicológica. Na realidade, essas empresas são estruturas parecidas com as agências de inteligência independentes da CIA e da Agência de Segurança Nacional, sendo concedidas contratos do governo norte-americano no valor de milhões de dólares. Na realidade, estas companhias agora recorrem ao mundo acadêmico da mesma forma que as agências de inteligência do governo fizeram no passado. Em 25 de janeiro de 2007, o governo concedeu ao Lincoln Group um novo contrato para conduzir foros com prioridade sobre uma variedade de temas por todo o Iraque. Em 7-8 de novembro de 2005, o Centro Carr da Política dos Direitos Humanos da Universidade de Harvard e o Instituto de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra do Exército dos EUA patrocinaram um simpósio em Washington sobre "As operações de contra-insurgência no Iraque: As implicações da guerra irregular para o Governo dos EUA". Entre aqueles que participaram estavam Andrew Garfield do Lincoln Group e Steve Rader da Science Applications International Corporation (SAIC). Em 6 de abril de 2007, a Iniciativa de Defesa e de Segurança de Harvard organizou um outro simpósio intitulado "A privatização da segurança nacional", na Faculdade John F. Kennedy de Governo da Universidade de Harvard. O simpósio tinha três painéis: "Vale a pena a privatização da segurança?" "Além da segurança: terceirizando inteligência," e "Depois do Iraque: Qual é o próximo passo para a indústria de segurança?". Somente hóspedes convidados foram permitidos assistir as apresentações e discursos e os painéis eram extra-oficiais e aderiram às regras da Chatham House. Os palestrantes vieram de empresas tais como Armor Group, Blackwater USA, Booz Allen Hamilton (filial de Halliburton), Cerberus Capital Management (anteriormente presidida pelo ex-Secretário da Fazenda John Snow, 2003-2006), Cohen Group, Control Risks, Commonwealth Consulting, Covantage, Dyn Group, Kellogg Brown Root, Lincoln Group, Military Professional Resources Inc., SAIC, Total Intelligence Solutions, Triple Canopy e ViaGlobal Group. Os organizadores do simpósio também convidaram "congressistas que se

esforçaram para elaborar legislação relacionada" e "empregados do Departamento de Defesa que trabalhavam neste assunto".

25. Em 17 de agosto de 2006, um carro-bomba destruiu parcialmente os escritórios da revista *Shabaqeh y Al-Sabah*. Foi o segundo ataque contra *Al-Sabah* naquele ano. Em 19 de junho de 2007, Flich Waddai, o diretor do editorial do *Al-Sabah* foi assassinado. Segundo a organização Jornalistas sem Fronteiras, em 2006 o Iraque foi considerado o país mais perigoso do mundo pelo quarto ano consecutivo. Desde o princípio do conflito em 2003, morreram 139 correspondentes, 64 em 2006. Quase 90% das vítimas eram iraquianos. Jornalistas sem Fronteiras, "Press Freedom Round-Up", 31 de dezembro de 2006, disponível em: www.rsf.org/article.php3?id_article=20286.

26. CHANDRASEKARAN, Rajiv *Imperial Life in the Emerald City: Inside Iraq's Green Zone* (Nova York: Alfred A. Knopf, 2006), p. 130.

27. *A AlArabiya*, uma emissora árabe com sede em Dubai que emite por 24 horas desde 3 de março de 2003, tinha um orçamento de US\$ 60 milhões; *Ibid.*, p. 132.

28. *Ibid.*, p. 136.

29. PINTAK, Lawrence, "Cairo Ignores U.S. Request to Pull Plug on Jihadi TV in Iraq", *Columbia Journalism Review*, 4 de janeiro de 2007; e Pintak, "A Controversial TV Channel That Is the Voice of Iraq's Anti-American Insurgents Looks Set to Open Another Front in the Propaganda War Against the U.S.", *Columbia Journalism Review*, 10 de janeiro de 2007.

30. Para ler um relato detalhado das tendências e polêmicas referentes à televisão via satélite no mundo árabe e muçulmano, veja o artigo "Media on the Front Lines: Satellite TV In Iraq", *Transnational Broadcasting Studies* parte 2, número 1 (Cairo, Egito: American University in Cairo, 2006).

31. Veja KOHLMANN, Evan F. "The Real Online Terrorist Threat", *Foreign Affairs* (setembro-outubro de 2006): pp. 115-25. Em junho de 2007, KIMMAGE, Daniel e RIDOLFO, Kathleen da Rádio Free Europe/Rádio Liberty, apresentaram uma reportagem sobre a rede de mídia da insurgência sunita árabe, disponível em: <http://www.realaudio.rferl.org/online/OLPDFfiles/part1.pdf>.

32. NORTH, Don, declaração perante audiência do Comitê Democrático de Política do Senado dos EUA "An Oversight Hearing on Waste, Fraud and Abuse in U.S. government Contracting in Iraq", em 14 de fevereiro de 2005. North foi um ex-contratista da Autoridade Provisional da Coalizão que foi contratado pela SAIC para desenvolver a emissora *Al-Iraqiya*.

33. BAYLOUNY, Anne Marie "Alhurra, 'The Free One': Assessing U.S. Satellite Television in the Middle East", *Strategic Insights* parte 11, número 4 (novembro de 2005).

34. BUSH, George W. "President Congratulates Iraqis on Election", 30 de janeiro de 2005, disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2005/01/20050130-2.html>.

35. MAZZETTI, Mark e DARAGAH, Borzou "U.S. Military Covertly Pays to Run Stories in Iraqi Press: Troops Write Articles Presented as News Reports. Some Officers Object to the Practice", *Los Angeles Times*, 30 de novembro de 2005.

36. Sítio cibernético do Lincoln Group, disponível em: <http://lincolngroup.com>.

37. Veja KINZER, Stephen, *All the Shah's Men: An American Coup and the Roots of Middle East Terror* (John Wiley & Sons, 2004).

38. BAGGIO, Daniel L., "The Dawn of the New Iraq: The Story Americans Almost Missed", em *Information as Power: An Anthology of Selected United States Army War College Student Papers*, parte 1, editores MURPHY, Dennis M. Jeffrey L., GROH, David J. Smith e AYERS, Cynthia E. (Carlisle Barracks, Pensilvânia: Escola Superior de Guerra do Exército dos EUA, 2006), pp. 59-86; *op cit.* Chandrasekan, pp. 128-146.

39. Veja ZIEMKE, Earl F. "Improvising Stability and Change in Postwar Germany", em *Americans as Proconsuls: United States Military Government in Germany and Japan, 1944-1952*, editor Robert Wolfe (Carbondale, Illinois: Southern Illinois University Press, 1984).

40. O texto total se encontra em *JCS 1067 em Germany 1945-1949: The Story in Documents* (Washington, DC: Gráfica do Governo dos EUA, 1950), pp. 21-33.

41. A Diretriz do Escritório de Assuntos Públicos da Força-Tarefa 7 - 091200DJul 2003, 1.

42. GOLDSTEIN, Cora Sol "Irak: Befreier in Ketten", *Internationale Politik*, parte 60, Ano 11 (novembro de 2005): pp. 104-110.

43. Relatório, Gabinete de Informação Pública da *OMGUS*, 16 de dezembro de 1948, Landesarchiv Berlin: *OMGUS*, RG 260, MF # 4/1-3/9.

44. FRIEDRICH, Carl J. "Military Government and Dictatorship", *Annals of the American Academy of Political and Social Science* parte 267 (janeiro de 1950): p. 1. Veja-se também FRIEDRICH, "Military Government as a Step Toward Self-Rule", *The Public Opinion Quarterly* parte 7, número 4 (inverno de 1943), pp. 527-41. Friedrich nasceu na Alemanha e se integrou no professorado de Harvard em 1926. Em 1955, Harvard nomeou Friedrich Eaton Professor de Ciências do Governo. Para dados biográficos, veja documentação de Carl J. Friedrich na Biblioteca da Universidade de Harvard.

45. Para ler dados atualizados sobre os diversos níveis de antiamericanismo pelo mundo, veja o Levantamento das Atitudes Globais de Pew, junho de 2007, disponível em: <http://pewglobal.org/reports/pdf/256.pdf>.

Serviços Imprescindíveis e Sangue:

A Importância dos Serviços Básicos na Batalha entre Insurgentes e Contra-Insurgentes



Major Erik A. Claessen, Forças Armadas da Bélgica

O Major Erik A. Claessen, Ir, é gerente de programas para Equipamentos de Engenharia e Apoio do Estado-Maior Conjunto belga. Ele possui o título de Mestrado em ciências militares pela Academia Militar Real da Bélgica e é graduado pela Escola de Comando e Estado-Maior dos EUA, onde ganhou o título de Mestre em Ciências Militares. O Maj Claessen já desempenhou uma variedade de funções de comando e estado-maior na Bélgica e na Croácia.

FOTO: Um militante palestino de Hamas vigia um comício do Hamas que celebrou o primeiro aniversário de sua vitória eleitoral, no norte da Faixa de Gaza, 26 de janeiro de 2007.

Reuters, Mohammed Salem

EM DEZEMBRO DE 2006, o Exército dos EUA publicou o novo manual de campanha FM 3-24, *Counterinsurgency* (Contra-Insurgência). Esse manual de campanha identifica “a capacidade de gerar ou manter o apoio popular” como o centro de gravidade de uma insurgência.¹ Conseqüentemente, o manual de campanha enfatiza a importância de proporcionar serviços básicos (SB) à população como uma maneira de atacar esse centro de gravidade. Para enfatizar os esforços relacionados aos SB, o desenho operacional para as operações de contra-insurgência inclui uma linha de operações lógicas (LOL) completamente dedicada à provisão de SB, a qual chamaremos daqui por diante de LOL SB.

Este artigo pesquisa as características de atividades da LOL SB no caso de um particular tipo de insurgência que envolve os deveres religiosos islâmicos conhecidos como *zakat* e *jihad*. Define o que tem sido chamado de ativismo *zakat-jihad*; analisa-o ao usar exemplos recentes no Líbano, nos territórios da Palestina e do Iraque; e deriva as implicações mais importantes para a LOL SB nas operações de contra-insurgência. Finalmente, este artigo apresenta uma lista de cuidados a serem tomados por ocasião da execução de uma LOL SB nas operações de contra-insurgência contra ativistas *zakat-jihad*.

LOL SB

Ao empregar o ativismo *zakat-jihad*, insurgências islâmicas têm tomado a iniciativa das LOL SB e têm obtido uma posição vantajosa em suas defesas contra os contra-insurgentes. Por isso, deve-se planejar e executar

atividades de contra-insurgência ao longo desta linha como operações militares deliberadas contra um inimigo capaz e determinado, e não como simples atividades que não têm oposição.

A presunção de que “pessoas apóiam a fonte que satisfaça suas necessidades” foi a base da LOL SB.² Um bom exemplo da validade desta presunção na cultura ocidental é a mudança de atitude do povo alemão para com as forças de ocupação americanas e britânicas após a ponte aérea de Berlim em 1948. Embora a Força Aérea dos EUA tivesse realizado bombardeios de saturação sobre Berlim e a destruísse apenas três anos antes, a força singular tinha que designar um oficial para tratar com os graciosos berlinenses que queriam dar presentes aos pilotos.³

O melhor exemplo da validade da presunção na cultura muçulmana é o sucesso de movimentos militantes como o Hamas da Palestina e o Hezbollah no Líbano. Esses movimentos gastam uma grande proporção de seus recursos na criação e na manutenção da infra-estrutura que proporciona SB à população. Por isso, não é grande surpresa que ambas organizações contam com grande apoio do povo, em particular dos palestinos e muçulmanos de uma forma geral.

Não é coincidência que os dois movimentos tenham se originado sob a ocupação israelense. Como uma democracia de estilo ocidental tecnologicamente desenvolvida, Israel combina força militar convencional com um sistema político sujeito à vigilância pública e ao domínio da lei. Por outro lado, o poder das Forças de Defesa de Israel impede qualquer tentativa de se desafiar Israel simetricamente. A Guerra dos Seis Dias e a Guerra de Yom Kipur provaram isso de forma convincente.⁴ Por outro lado, a vigilância pública e a adesão israelense ao domínio da lei (internacional) asseguram que Israel, por exemplo, não bombardeará comboios de assistência ou projetos de reconstrução do Hezbollah, serviços que podem amplamente ser considerados como ameaças à segurança futura de Israel. As retiradas israelenses do sul do Líbano em maio de 2000 e da Faixa de Gaza em setembro de 2000, forçadas em parte porque o povo foi persuadido pelas organizações insurgentes por meio da LOL SB, mostram o sucesso da estratégia geral do Hamas e do Hezbollah.⁵ Esta metodologia particular é o ativismo zakat-jihad.

Ativismo Zakat-Jihad

Segundo Jonathan Benthall e Jérôme Bellion-Jourdan, “*zakat* é derivada do verbo *zaka* que significa purificar... Em geral, o significado é entendido como: ao se abrir mão de parte de sua riqueza, purifica-se a parte que permanece e também a si mesmo, por meio de seu controle sobre o egoísmo, avareza e indiferença do sofrimento de outras pessoas. Da mesma forma, o recipiente está purificado de inveja e de ódio dos ricos.”⁶

Na interpretação sunita do Corão, cada muçulmano deve alocar 2,5% de sua riqueza a *zakat* por ano lunar. Na interpretação xiita, este dever religioso é conhecido como *khums* (“um quinto”) porque os xiitas calculam a quantidade a ser paga como um quinto do aumento de sua posse por ano lunar. Oito classes de pessoas beneficiam-se do *zakat*. Não somente os pobres, mas também “aqueles no caminho de Deus, ou seja, fazendo *jihad*, ensinando, lutando ou completando outros deveres designados a eles a serviço ao Deus.”⁷ Assim, organizações islâmicas ativistas que proporcionam SB e lutam sob a bandeira da *jihad* se qualificam para receber *zakat*.

Por todo o mundo islâmico, organizações coletam doações muçulmanas e as transferem a outras organizações que se qualificam para receber *zakat*. Um dos pontos fortes do conceito de *zakat* é que aqueles que recebem dinheiro sabem que sempre podem contar com isso e os recursos chegam sem restrições. Além do mais, não há humilhação associada com a aceitação de *zakat* porque, ao aceitá-lo, se purifica o dinheiro e a alma de outro muçulmano. Da mesma forma, o dinheiro gerado por meio de *zakat* profundamente

Uma insurgência ativista zakat-jihad obtém apoio popular ao estabelecer uma infra-estrutura sem armas que proporciona serviços básicos...

diferencia-se da ajuda humanitária ocidental. É como se o dinheiro de *zakat* tivesse odor e cores mais limpas. Além do mais, as organizações que

se qualificam para receber zakat recebem mais do que apenas um fluxo constante de dinheiro limpo. Zakat é também um tipo de rótulo de qualidade que proporciona legitimidade à organização.

IAZJ

Uma insurgência ativista zakat-jihad (IAZJ) gera apoio popular ao estabelecer uma infra-estrutura sem armas que proporciona serviços imprescindíveis como instalações de depuração de esgoto, água potável, energia elétrica e remoção de lixo, bem como educação e saúde pública, além de assistência financeira aos necessitados. Pela natureza de suas atividades e pela promoção de uma agenda islâmica, as IAZJ garantem que se qualificam para zakat. Pode ser que recebam financiamento do estado, mas uma grande parte do dinheiro vem por meio de zakat, uma circunstância que lhes proporciona um certo grau de independência de seus patrocinadores estatais. Outra vantagem é que, em razão dos muçulmanos pelo mundo inteiro pagarem zakat, a base financeira de uma IAZJ é mais ampla do que aquela de outras insurgências, especialmente aquelas que cobram impostos revolucionários da população local ou confiscam uma parte da colheita dos fazendeiros para alimentar suas tropas.⁸ Conseqüentemente, as IAZJ são um benefício, ao invés de um ônus, para a população local.

Junto com sua infra-estrutura islâmica sem armas, as IAZJ como o Hamas e o Hezbollah operam alas militantes para executarem ações violentas em oposição a contra-insurgentes e organizações rivais, tudo com o rótulo da jihad. A estrutura organizacional das IAZJ e a natureza de suas atividades lhes proporcionam uma vantagem decisiva em guerras contra oponentes democratas ocidentais. O fornecimento de serviços básicos à população local assegura às IAZJ o apoio popular e as qualifica para o zakat, enquanto as limitações ocidentais sobre o emprego de violência protegem de ataques a ala sem armas. A qualificação para zakat garante os meios financeiros, respeitabilidade e legitimidade; o apoio popular permite aos combatentes da ala militante da IAZJ de misturarem-se com a população local.

Estas características juntas fazem que as IAZJ sejam extremamente resistentes contra as

estratégias de limpar-controlar-construir, como mostra o crescimento do Hamas e do Hezbollah sob a ocupação israelense. Segundo o FM 3-24, a execução bem sucedida de uma estratégia limpar-controlar-construir exige a neutralização ou eliminação da infra-estrutura organizacional do insurgente.⁹ No caso de uma IAZJ, isso é impossível porque limitações militares ocidentais protegem pelo menos o lado dos SB da infra-estrutura.

Os governos ocidentais se amoldam à lei internacional; assim, eles impõem limitações no emprego de força de suas forças armadas e não só limitam tais restrições às regras de engajamento. Também, as forças armadas ocidentais se tornam debilitadas pela presença da mídia, campanhas (às vezes caluniosas) de ativistas políticas e pressão governamental para encaixar as operações militares na lógica e no oportunismo político.

Em *Asymmetrical Warfare, Today's Challenge to U.S. Military Power*, Roger W. Barnett identifica as limitações operacionais, organizacionais, legais e morais das forças contra-insurgentes. Segundo Barnett, “nenhuma única limitação pode ser isolada como a causa do problema (da incapacidade dos exércitos ocidentais de responder eficazmente à guerra assimétrica): o peso cumulativo de todos eles é o que se tornou opressivo.”¹⁰ A onipresença da mídia é o que faz impossível esquecer as limitações. Barnett sustenta que a “mídia de notícias livre, independente e florescente e a transmissão instantânea de informação numa base global... possuem um efeito depressivo nas opções de empregar a força. A mídia contemporânea tenciona... reduzir o tempo disponível para a tomada de decisões e levar ao público em geral todos os debates sobre o emprego de força.”¹¹

Na prática, limitações impedem ações militares contra organizações não armadas. Isso significa que contrário às exigências do FM 3-24, o contra-insurgente não podia destruir a infra-estrutura sociopolítica de uma IAZJ numa área que foi limpa daqueles combatentes. A ala sem armas da IAZJ é permitida coexistir com o contra-insurgente.

As IAZJ concentram seus esforços na aquisição de apoio popular antes de começar a empregar violência. Ao fazer isso, parecem-se como maoístas. Mas ao operar entre a população, as IAZJ diferenciam-se dos maoístas, que estabelecem

bases em áreas remotas ou inacessíveis e agem principalmente na periferia de suas bases. “A guerra de guerrilha sem bases,” Mao Tse Tung disse, “é nada além do que banditismo errante; incapaz de manter vinculações com a população, não pode desenvolver-se e seu destino é ser derrotada.”¹² Sem necessidade de bases para desenvolver-se e manter uma vinculação com a população, as IAZJ não precisam se esconder quando o contra-insurgente estabelece uma forte presença em suas áreas de bases. Nunca haverá uma “longa marcha” de IAZJ.”¹³ Israel teve sucesso por décadas em manter em fuga a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), afugentando-a sucessivamente para o Jordão, Líbano e Tunísia. Contudo, Israel nunca teve sucesso em expulsar o Hamas ou o Hezbollah de suas áreas estabelecidas. Muito pelo contrário, provou-se impossível para Israel manter sua presença militar em áreas onde essas IAZJ predominam, ou seja, no sul do Líbano e na Faixa de Gaza. Em geral, o ativismo zakat-jihad capacita a população a recusar a derrota apesar da presença de uma força ocidental que desenvolve operações de estabilidade.

Três IAZJ

Ao aprofundarmos mais um pouco nas duas IAZJ já mencionadas, Hamas e Hezbollah, e em uma terceira, a Sadr II de Muqtada Al-Sadr, um movimento de resistência xiita, podemos aumentar nosso entendimento deste novo fenômeno desafiador. A natureza ativista zakat-jihad desses movimentos tem sido claramente documentada em uma variedade de fontes. Um Relatório do Serviço de Pesquisa Congressional de 1993 sobre o Hamas afirma: “É geralmente conhecido que a organização é estruturada com linhas funcionais, com seções dedicadas às atividades militares, religiosas, de informações e de segurança... O Hamas tem mantido seu status como uma organização religiosa e de caridade. Seu envolvimento com atividades educacionais e sociais tem qualificado o Hamas para receber doações exigidas pela lei islâmica da comunidade muçulmana (zakat).”¹⁴

Da mesma maneira, num estudo sobre o Hezbollah, Judith Palmer-Harik escreve, “Em minhas entrevistas com oficiais do Hezbollah, descobri que as fontes financeiras para as oito associações que as suportam incluem contribuições

de indivíduos libaneses, membros do Hezbollah, Irã (incluindo organizações de caridade) e doações que são parte das obrigações religiosas xiitas que proporcionam um quinto de sua renda para ajudar aqueles com necessidade.”¹⁵ Num artigo para a *Foreign Policy*, Melany Cammett descreve o âmbito das atividades de SB do Hezbollah: “Ao

Quando a área de operações do contra-insurgente inclui uma IAZJ, as duas competem pela lealdade da população local.

longo do tempo, a organização se encarregou da educação, saúde, empréstimos e outras formas de assistência social. Desde 1988, Hezbollah tem implementado mais de 10.000 projetos para promover o desenvolvimento agrícola, construir casas e negócios e proporcionar água, esgoto e eletricidade.”¹⁶

Com respeito ao movimento Sadr II, o Relatório do Grupo de Pesquisa do Iraque declara que “vários observadores nos disseram que o Sadr estava seguindo o modelo do Hezbollah no Líbano: construindo um partido político que controla os serviços de infra-estrutura básicos dentro do governo e uma milícia armada fora do governo.”¹⁷

Uma característica importante das IAZJ é a velocidade e agressividade que tomam a iniciativa na LOL SB. Num artigo da *Strategic Insights* sobre o movimento Sadr II, Timothy Haugh escreve que “enquanto carros de combate dos EUA percorreram velozmente por todo o Iraque, Muqtada Al-Sadr e sua vanguarda de clérigos com idéias afins reativaram mesquitas, desdobraram uma milícia, assumiram o controle de instituições regionais do Partido Baath e prepararam serviços sociais.”¹⁸ Juan Cole escreveu em agosto de 2003 que “observadores no solo relataram que o Movimento Sadr controla as principais mesquitas, centros comunitários xiitas, hospitais e despensas de comida para os pobres no leste de Bagdá, Kufa e Samarra, e também tem uma forte presença em Najaf, Karbala e Basra. Está integrado por um forte sistema de redes e seus clérigos têm assumido uma forte posição retórica contra o que eles consideram uma ocupação anglo-americana.”¹⁹

Da mesma forma o Hezbollah assumiu a posição avançada na reconstrução do Líbano após a última invasão israelense ao iniciar as operações de reconstrução poucas horas depois de que as

A vulnerabilidade mais crítica da IAZF é sua necessidade de um grande fluxo de fundos externos...

Forças de Defesa de Israel se retiraram. O *New York Times* observou: “Enquanto os israelenses iniciavam sua retirada, centenas de membros do Hezbollah em dezenas de vilarejos por todo o sul do Líbano começaram a limpar, organizar e avaliar os danos. Homens com retro-escavadeiras se ocuparam de limpar caminhos pelas pilhas de escombros. Estradas bloqueadas com os destroços de prédios estão agora, apenas um dia depois do cessar-fogo, completamente transitáveis.”²⁰

As IAZG agressivamente tomam a iniciativa nas LOL SB e com rapidez ocupam uma posição favorável que lhes proporciona uma vantagem decisiva sobre qualquer outro poder na região na obtenção de apoio popular. Esta é a tentativa da IAZG de proteger seu centro de gravidade. Por isso é uma surpresa ver que, uma vez por outra, os órgãos de inteligência ocidentais não conseguem localizar as IAZG nas telas de radar (quer dizer: as IAZG passam despercebidas pelas agências de inteligência ocidentais). Como Haugh afirma: “a ascensão de Muqtada al-Sadr à proeminência na comunidade xiita passou em grande parte despercebida pelo Governo dos EUA.”²¹ O mesmo ocorreu com o Hamas e outras IAZG. Palmer-Harik sustenta que: “ironicamente, até os israelenses que tinham cultivado grupos fundamentalistas como o Jihad Islâmico e o Hamas, ignoraram deliberadamente o financiamento que estava sendo enviado da área do Golfo aos islâmicos para fins de construção de mesquitas, clubes esportivos e centros comunitários.”²²

Táticas das IAZG

A verdadeira força das IAZF fica evidente quando se vê suas atividades sob a ocupação militar por um oponente muito mais poderoso que tenta

implementar uma estratégia de limpar-controlar-construir. O fornecimento de SB à população a despeito da força militar contra-insurgente é o principal negócio da ala sociopolítica sem armas da IAZG. Devido à natureza de suas atividades, elas mobilizam pessoas competentes de meia idade da classe média (professores, médicos, enfermeiras, engenheiros) para uma causa militante. Assim, eles convertem as pessoas apolíticas e mais respeitadas de uma sociedade em cúmplices. A IAZF ganha uma imagem moderada e respeitada e eficazmente elimina o papel estabilizador que os profissionais da classe média normalmente desempenham numa sociedade. Assim, ao proporcionar os serviços básicos, a IAZF adquire a legitimidade, cumplicidade e o apoio público. O último proporciona o refúgio seguro que a ala militante de uma IAZF precisa para recomeçar o recrutamento de combatentes em áreas limpas e para resumir ataques violentos.

Também, a abordagem das IAZF tem vantagens para as operações de informações. As IAZF podem de forma aceitável afirmar que suas principais atividades são sociais e que somente executam ataques em retaliação de violência dos contra-insurgentes. As operações de informações ocidentais que denominam essas organizações como terroristas em natureza são rejeitadas porque a maioria dos membros das IAZF principalmente trabalha para atingir as necessidades da população.

Os contra-insurgentes estão começando a compreender a necessidade de desempenhar atividades segundo a LOL SB. Num artigo na *Military Review*, o General Peter Chiarelli identificou a necessidade de fornecer SB à população.²³ Quando a área de operações do contra-insurgente inclui uma IAZF, as duas competem para a lealdade da população local. Em outras palavras, uma batalha sem armas ocorre na LOL SB. Se a IAZF perde essa batalha, perde sua capacidade de gerar e sustentar apoio popular, seu centro de gravidade. Por isso, não deve ser surpresa que as IAZF empregam várias táticas para evitar que isto aconteça. As táticas mais importantes são:

- conseguir a vantagem inicial
- parecer limpo num ambiente corrupto
- cooptar os esforços de assistência
- ficar nos ombros do contra-insurgente e



AFP, Marwan Maaman

Uma mulher libanesa na varanda de um prédio reformado pela ala de reconstrução do Hezbollah, Jihad al-Bina. A organização reconstruiu conjuntos habitacionais em subúrbios no sul de Beirute após os ataques israelenses em julho de 2006 que destruíram ou danificaram seriamente quase 300 prédios de vários andares.

- impedir as atividades do contra-insurgente ao longo da LOL SB no nível político.

A maneira mais simples de ganhar a batalha de SB é conseguir a vantagem inicial. O efeito dos esforços de assistência é maior quando a necessidade do povo é grande, quando estão no fundo da pirâmide da hierarquia de necessidades de Maslow.²⁴ As pessoas nunca esquecem de quem chegou primeiro à cena de um desastre e distribuiu uma bebida quente ou uma capa de plástico para refúgio. Já notamos as ações iniciais da Al-Sadr na construção de uma infra-estrutura de SB e a urgência do Hezbollah de começar a reconstrução após a imediata retirada israelense do Líbano no verão passado. Outro exemplo é a distribuição de água aos cidadãos iraquianos em pontos de verificação por soldados britânicos durante a Operação *Telic* (a contribuição britânica na Operação *Iraqi Freedom*).²⁵ Este ato de boa vontade motivou os iraquianos a proporcionarem aos britânicos as informações que levaram à detenção de “Ali, o Químico” (Chemical Ali).

Ao conseguir a vantagem inicial, um lado pode subir na pirâmide de Maslow mais rápido que seu oponente. O FM 3-24 afirma que “a velocidade com que as operações de contra-

insurgência são executadas pode determinar seu sucesso e se a população as apóia. Isso é especialmente verdade para as operações que envolvem a restauração dos serviços básicos. Os planejadores devem se esforçar para ter a mínima lacuna de tempo entre quando avaliam os serviços básicos e quando as forças dos EUA começam os esforços de retificação.”²⁶ Infelizmente, parece que as IAZF entendem isso melhor que os contra-insurgentes ocidentais.

Uma segunda tática das IAZF é parecer limpo num ambiente corrupto. As atividades da LOL SB custam muito dinheiro e esse dinheiro tem que passar por muitas mãos diferentes numa área destruída. Existe uma grande tentação de desviar parte dele. Por isso não é uma surpresa que desvios ocorram. Depois do Acordo de Oslo, Israel e a comunidade internacional iniciaram um programa de investimento considerável na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. A Rand Corporation observa a corrupção como uma das razões pelo qual este programa não conseguiu diminuir o apoio ao terrorismo. Rand afirma: “A comunidade palestina já viu a implementação e realização de múltiplos projetos de desenvolvimento social e econômico

na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. No entanto, permanecem perguntas sobre o impacto que esses projetos tiveram na vida cotidiana da população palestina nos Territórios Ocupados, especialmente dada a *corrupção observada na Autoridade Palestina*, projetos mal concebidos, financiamentos suspeitos e os efeitos negativos que os fechamentos israelenses tinham tido na economia palestina em geral.”²⁷

De fato, muitos observadores sustentam que a corrupção da OLP foi uma das principais causas para a vitória do Hamas nas eleições de janeiro de 2006.²⁸ Por sua vez, o Hamas era escrupuloso com seus fundos e fez campanha com base na sua honestidade. A imagem limpa de uma IAZF também tem muito a ver com a fonte religiosa da maioria de seus fundos. No entanto, isso é uma faca de dois gumes. Um escândalo de corrupção com fundos de zakat poderia ser desastroso para uma IAZF.

A terceira tática é encarregar-se de assistência humanitária ou de sua cooptação. A IAZF pode coagir agências de assistência para atuarem com ela, assim proporcionando a impressão de que a IAZF organizou os serviços que outros proporcionaram. O Hezbollah já fez isso no Líbano: “esse grupo tem uma afiliação permanente na rede de organizações não governamentais

no Líbano e durante todo o conflito seus representantes participaram na coordenação dos esforços de ajuda.”²⁹

Outra maneira muito eficaz de competir com o contra-insurgente na LOL SB é ficar nos ombros dele. Quando um insurgente emprega esta tática, ele proporciona a impressão de que qualquer coisa oferecida pelo contra-insurgente deve ser minimizada e o que ele proporciona é o que realmente tem importância. Numa entrevista do *New York Times*, os comentários de um cidadão libanês, Ghaleb Jazi, mostram concisamente como essa tática funciona: “O governo pode fazer obras em pontes e estradas, mas quando chega a hora de reconstruir casas, o Hezbollah desempenha um grande papel.”³⁰ Embora obras em estradas e pontes produzam mais para a restauração de uma economia independente e aumento da auto-suficiência que o concerto de casas é este último que proporciona o apoio popular. Os ocidentais sempre tentam reduzir a dependência do povo de assistência, enquanto as IAZF enfocam sua LOL SB no fornecimento de assistência diretamente ao povo. Como resultado, freqüentemente as pessoas consideram ocidentais indiretos e frios, por isso eles associam as IAZF com calor humano e conforto. Além do mais, a dependência contínua do público à assistência prestada pela IAZF é

uma vantagem e não uma desvantagem.

Enfim, quando for possível, as IAZF bloquearão as atividades do contra-insurgente de LOL SB no nível político. A ala sem armas da IAZF pode participar em eleições como um partido político legítimo e ocupar funções-chave num governo em transição. Pode abusar dessa posição ao interromper ou bloquear o programa de SB do contra-insurgente. Desta maneira, a IAZF consolida sua posição de vantagem na LOL SB. O Relatório do Grupo de Pesquisas do Iraque declarou que “uma importante tentativa encontra-se em andamento para melhorar



AFP/Mahmud Hams

O Primeiro-Ministro palestino Ismail Haniya chega a Cidade de Gaza após uma visita a países árabes e ao Irã, 14 de dezembro de 2006. Haniya foi detido na fronteira de Gaza depois de Israel ter fechado um ponto de travessia para evitar que levasse “dezenas de milhares de dólares” à faixa litoral empobrecida. O fechamento incentivou o ataque ao terminal fronteiriço por dezenas de pistoleiros do Hamas.

a capacidade burocrática governamental do Iraque nos níveis nacional, regional e provincial, visando proporcionar melhores serviços à população bem como selecionar e gerenciar projetos de infraestrutura. Os Estados Unidos possuem pessoas incorporadas em vários ministérios iraquianos, mas enfrentam problemas com acesso e sustentabilidade. Muqtada al-Sadr se opõe a presença dos EUA no Iraque e por isso os ministérios que ele controla — Saúde, Agricultura e Transporte — não trabalharão com os norte-americanos.”³¹

Com as táticas padronizadas empregadas pelas IAZF, torna-se quase impossível para os contra-insurgentes ganharem a batalha de LOL SB. Simplesmente, proporcionando-se serviços básicos em competição com a ala sem armas da IAZF não reduzirá o apoio popular para a insurgência. Os contra-insurgentes precisam suplementar sua abordagem de SB ao atacar as vulnerabilidades críticas das IAZF.

Vulnerabilidades das IAZF

A vulnerabilidade mais crítica da IAZF é sua necessidade de um grande fluxo de fundos externos, necessitado pela incapacidade da população local de financiar toda a infra-estrutura necessária para proporcionar os SB. A IAZF também não tem interesse em explorar a riqueza local, uma vez que isso pode criar descontentamento popular ao invés de apoio. O fluxo de dinheiro zakat entre sua fonte e sua destinação, ou seja, a infra-estrutura dos SB, sendo abundante, é relativamente fácil de detectar. Frequentemente é também ilícito, podendo ser um alvo dos meios legais antes de chegar às IAZF. Recentemente, Israel começou a explorar essa vulnerabilidade ao bloquear dinheiro destinado ao Hamas. Simultaneamente, a comunidade internacional tem cortado os subsídios para a Autoridade Palestina, a qual tem estado sob o controle do Hamas desde sua vitória nas eleições de janeiro de 2006.

Talvez o exemplo mais visível desta tática contra-insurgente ocorresse no final do ano passado na fronteira entre o Egito e a Faixa de Gaza, quando Israel impediu o acesso à Gaza do Primeiro-Ministro palestino Ismail Haniya, um membro do Hamas, até que ele deixasse para trás US \$ 35 milhões que estava levando.³² Embora seja cedo demais para determinar-se qual será o resultado final de tais ações, o corte

do financiamento do Hamas parece ter diminuído o apoio popular para este movimento. O fato de que o Hamas descreve a proposta do Presidente palestino Abbas de organizar novas eleições como “equivalente a um golpe de estado” indica que

A vulnerabilidade mais crítica da IAZF é sua necessidade de um grande fluxo de fundos externos...

eles temem que sua popularidade tenha diminuído significativamente.³³

Também, as IAZF são vulneráveis porque às vezes tem de competir com movimentos sociais islâmicos rivais. Ajudaria muito o contra-insurgente se as organizações humanitárias féis a sua causa se qualificassem para zakat, especialmente aquelas que proporcionam os serviços básicos mais próximos como o concerto de casas e tratamento médico. No entanto, isto é particularmente difícil neste tipo de conflito entre diferentes culturas que estamos vendo no Oriente Médio.

A imagem limpa da IAZF é sua última vulnerabilidade. Ao usar-se orgulhosamente um traje branco como a neve, uma leve mancha nele ficará visível para todos. Um escândalo de corrupção dentro de uma IAZF causaria muito prejuízo. Contudo, para o contra-insurgente explorar esta vulnerabilidade, a IAZF deve cometer primeiro um erro, depois o contra-insurgente tem que tomar conhecimento dele, e por último, uma campanha de operações de informações do contra-insurgente deve ser direcionada ao público alvo. Essas três condições fazem com que seja muito difícil explorar esta vulnerabilidade. Em resumo, numa área que está sob a influência de uma IAZF, a provisão de SB é uma operação militar contra um inimigo capaz e determinado. É um desafio significativo, não uma atividade que não tenha oposição.

Resumo

OFM 3-24 legitimamente enfatiza a importância de proporcionar SB como uma maneira para atacar o centro de gravidade do insurgente, sua necessidade do apoio popular. No entanto, esta

abordagem não é nova nem exclusivamente reservada para o contra-insurgente. Os dois podem jogar este jogo. No Oriente Médio, um tipo particular de insurgência islâmica, a IAZF, gera apoio popular ao proporcionar serviços básicos. Exemplos de IAZF são o Hamas, o Hezbollah e o movimento Sadr II no Iraque. Essas organizações usam o zakat, um dízimo islâmico para ajudar os pobres e financiar sua infra-estrutura de SB. Elas sabem que governos ocidentais limitam o emprego de força de seus militares contra não combatentes e elas contam com essas limitações para proteger suas organizações sem armas de ataques deliberadamente militares. Ao mesmo tempo, o dever islâmico do jihad os permite recrutar combatentes. Recentemente, o apoio popular gerado pela provisão de serviços básicos tem permitido aos combatentes das IAZF a misturarem-se com a população local.

Todas essas circunstâncias permitem as IAZF a coexistirem com forças militares contra-insurgentes mais poderosas. Além do mais, devido à natureza de suas atividades e táticas inteligentes, as IAZF levam vantagem quando observam a geração de apoio popular pela prestação de serviços básicos. Como tal, as estratégias clássicas de limpar-controlar-construir são ineficazes contra as IAZF se não forem suplementadas com operações que ataquem as vulnerabilidades críticas das organizações sem armas do insurgente. Concluindo, se o contra-insurgente pretende obter qualquer sucesso contra uma insurgência ativista zakat-jihad, ele precisa executar a prestação de serviços básicos à população local como uma operação militar contra um inimigo capaz e determinado, não como uma atividade que não tenha uma oposição.**MR**

REFERÊNCIAS

1. Manual de Campanha FM 3-24, *Counterinsurgency* (Washington, DC: Government Printing Office, 15 de dezembro de 2006), pp. 3-13.
2. *Ibid.*, pp. 3-11.
3. GIANGRECO D.M. e GRIFFIN, Robert E., "Grateful Berliners," The Truman Library, 1988, disponível em: www.trumanlibrary.org/whistlestop/BERLIN_A/GRATEFUL.HTM.http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/BERLIN_A/GRATEFUL.HTM
4. Em 1967, as Forças de Defesa de Israel (FDI) derrotaram os exércitos de seus vizinhos árabes em seis dias e ocuparam a Cisjordânia, a Faixa de Gaza, as colinas de Golan e o deserto do Sinai. Em 1973, os exércitos egípcio e sírio atacaram as FDI em Yom Kipur. Após alguns sucessos iniciais, eles foram derrotados.
5. Em 24 de maio de 2000, Israel evacuou a zona de segurança que tinha ocupado no sul do Líbano desde a Operação *Peace for Galilee* em 1982. Em 12 de setembro de 2005, Israel evacuou a Faixa de Gaza, incluindo um número de colônias judaicas. As duas retiradas ocorreram após anos de operações de contra-insurgência mal sucedidas.
6. BENTHALL, Jonathan e BELLION-JOURDAN, Jérôme, *The Charitable Crescent, Politics of Aid in the Muslim World* (New York: I.B. Tauris & Co., 2003), p. 9.
7. *Ibid.*, p. 10.
8. GRIFFITH, Samuel B., *Mao Tse-tung on Guerrilla Warfare* (Quantico, VA: Department of the Navy, HQ USMC, 3 de abril de 1989), p. 111.
9. FM 3-24, pp. 5-18.
10. BARNETT, Roger W., *Asymmetrical Warfare, Today's Challenge to U.S. Military Power* (Dulles, VA: Brassey's, 2003), p. 153.
11. *Ibid.*, p. 52.
12. GALULA, David, *Counterinsurgency Warfare, Theory and Practice* (St. Petersburg, FL: Hailer Publishing, 2005), p. 49.
13. Em 1933, as tropas de Chiang Kai-Shek metodicamente isolaram e reduziram a área de base dos comunistas. Quando ficou evidente aos comunistas que não podiam evitar a ocupação desta área, decidiram mudar sua base para a Província de Shensi. As tropas comunistas marcharam quase 10.000 km para esta nova base, uma façanha que chegou a ser conhecida como a "marcha longa" (Griffith, p. 18). O fator relevante para este artigo é que os maoístas preferiam marchar 10.000 km ao invés de coexistir na mesma área do contra-insurgente. As IAZF, ao contrário, são completamente indiferentes às forças de ocupação contra-insurgentes.
14. SCHUMER, Charles E., "Hamas, the Organizations, Goals and Tactics of a Militant Palestinian Organization," *Congressional Research Service Report*, 1993, disponível em: www.fas.org/irp/crs/931014-hamas.htm: Internet.
15. PALMER-HARIK, Judith, *Hezbollah, The Changing Face of Terrorism* (New York: Palgrave Macmillan, 2005), p. 93.
16. CAMMETT, Melani, "Habitat for Hezbollah," *Foreign Policy*, agosto de 2006, disponível em: www.foreignpolicy.com/story/cms.php?story_id=3572.
17. BAKER, James A. III e HAMILTON, Lee H., *The Iraq Study Group Report* (New York: Vintage Books, 2006), p. 15.
18. HAUGH, Timothy, "The Sadr II Movement: An Organizational Fight for Legitimacy within the Iraqi Shi'a Community," *Strategic Insights* 4 (maio de 2005).
19. COLE, Juan, "The United States and Shi'ite Religious Factions in Post-Ba'athist Iraq," *Middle East Journal* 57, n.º 4 (Outono de 2003).
20. KIFNER, John, "Hezbollah Leads Work to Rebuild, Gaining Stature," *New York Times*, 16 de agosto de 2006.
21. HAUGH.
22. PALMER-HARIK, p. 25.
23. Chiarelli, Peter W. e MICHAELIS, Patrick R., "Alcançar a Paz: A Exigência para as Operações de Espectro Total," A Edição Brasileira de *Military Review* (Nov-Dez de 2005).
24. Segundo a teoria de Maslow, as necessidades humanas possuem hierarquia. Ele apresentou sua teoria em uma pirâmide com cinco níveis de necessidades: sobrevivência, segurança, sociabilidade, estima e auto-realização. A teoria sustenta que seres humanos somente buscam uma necessidade mais alta se conseguirem todas as necessidades mais baixas.
25. BELL, Christopher James, "Precision Minds: An Investigation into the Use of Information in Operational Decision Making and Learning," 2005, p. 27, disponível em: <http://cgsc.cdmhost.com/cgi-bin/showfile.exe?CISOROOT=/p4013coll2&CISOPTR=333>.
26. FM 3-24, pp. 8-13.
27. CRAGIN, Kim e CHALK, Peter, "Terrorism & Development: Using Social and Economic Development to Inhibit a Resurgence of Terrorism," Rand Corporation, 2003, disponível em: www.rand.org/pubs/monograph_reports/2005/MR1630.pdf.
28. "Palestinian Leader's Corruption Opened the Door for Hamas," *Chicago Sun Times*, 24 de janeiro de 2006.
29. CAMMETT, Melani.
30. KIFNER.
31. BAKER, James A. III e HAMILTON, Lee H., p. 26.
32. "Gaza border shots 'targeted PM'," 15 de dezembro de 2006, disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/6181681.stm.
33. *Ibid.*



Mapeamento do Terreno Humano:

O Crítico Primeiro Passo Para Vencer a Luta da Contra-Insurgência

Tenente-Coronel Jack Marr; Major John Cushing; Major Brandon Garner; e Capitão Richard Thompson, do Exército dos EUA.

DE ACORDO COM a atual doutrina militar dos EUA, o caminho para a vitória numa contra-insurgência encontra-se ligado ao relacionamento com a população nativa. As experiências no Iraque e no Afeganistão, onde o povo é o centro de gravidade, levaram a este conceito doutrinário. Entretanto antes que o contra-insurgente possa ganhar os corações e mentes do povo, ele necessita tomar os passos necessários para realmente conhecê-los e entendê-los.

As forças militares dos EUA claramente não estavam sintonizadas com esta realidade no princípio da Operação *Iraqi Freedom* (OIF). Hoje, contudo, a maior parte dos soldados com diversas turnês no teatro-de-operações compreende que as forças dos EUA precisam considerar à população como prioridade em tudo o que fazem operacionalmente. Eles descobriram que qualquer tentativa de separar os insurgentes da população precisa ser coordenada com esforços efetivos para ganhar o apoio daquela população. Os soldados sabem que para ter sucesso em ganhar o apoio, eles precisam entender intimamente o lado humano iraquiano: somente um conhecimento profundo pode apontar para as condições que são essenciais para o sucesso. Desta forma, a pergunta importante não é mais “por que” ou “se” soldados operando num ambiente de contra-insurgência deveriam procurar conhecimento detalhado da população; “como” eles obtêm o conhecimento é o assunto crítico. Em outras palavras, como pode uma unidade tática receber e processar mais adequadamente as informações necessárias para influenciar a população de forma efetiva na sua área de operações. Usando a experiência prática adquirida durante OIF V, a Força-Tarefa *Dragon* (liderada pelo 1º Batalhão do 15º Regimento de Infantaria da Brigada de Combate Blindada da 3ª Divisão da Infantaria) pode responder a essa pergunta.

Um Inimigo Interno

Como muitos veteranos e estudantes das guerras atuais reconhecem, insurgentes possuem superioridade com seu melhor conhecimento dos costumes e da política local, sua capacidade de falar o idioma, sua liberdade

FOTO: Capitão Brian Jennings, comandante da Companhia C/ 1º Batalhão/ 15º Regimento de Infantaria, falando com o xeque da Vila Vin Jan, Iraque, agosto de 2007.

Exército dos EUA, 1º Tenente Aaron Wilkerson

O Tenente-Coronel Jack Marr, Exército dos EUA, é o comandante do 1º Batalhão/15º Regimento de Infantaria/Brigada de Combate Blindada/3ª Divisão da Infantaria, atualmente desdobrada como parte da Multi-national Division Center (Força-Tarefa Marne). Ele possui o título de Bacharel pela Universidade de Minnesota e o de Mestrado pela Universidade de St Mary. Serviu em várias funções de comando e estado-maior em unidades leves, mecanizadas e de infantaria aeroterrestre no território continental dos Estados Unidos, Afeganistão e Iraque.

O Major John Cushing, Exército dos EUA, atualmente é o oficial de Operações do 1º Batalhão do 15º Regimento de Infantaria. Ele possui o título de Bacharel pela Academia Militar dos Estados Unidos e o de Mestrado pela Universidade de Virgínia. Suas missões anteriores incluem uma variedade de funções de comando e estado-maior na 1ª Divisão de Cavalaria e na 3ª Divisão de Infantaria.

O Major M. Brandon Garner, Exército dos EUA, é o oficial adjunto de Operações do 1º Batalhão do 15º Regimento de Infantaria. Ele possui o título de Bacharel em história pela Universidade de Texas em San Antonio. Suas missões anteriores incluem funções de comando e estado-maior no Iraque, Coreia e no território continental dos Estados Unidos. Antes de assumir a função de adjunto de Operações serviu como comandante da Companhia C/1º Batalhão/15º Regimento de Infantaria, durante a Operação Iraqui Freedom III e V.

O Capitão Richard E. Thompson, Exército dos EUA, é o comandante da Companhia B/1º Batalhão/15º Regimento de Infantaria. Ele possui o título de Bacharel pela Universidade Troy. Nas suas missões anteriores ele serviu como comandante do pelotão de fuzileiros no 1º Batalhão do 15º Regimento de Infantaria, durante a Operação Iraqui Freedom I e, quando praça, como líder de grupo de combate e sargento de pelotão no 3º Batalhão de Rangers (Comandos) no Forte Benning, Geórgia.

de movimento dentro da sociedade e sua maior compreensão dos interesses da população. Além disso, como sempre é o caso em guerras de ocupação estrangeira, o inimigo insurgente nesta guerra não usa uniforme e pode facilmente se misturar com a população.

Enquanto se preparava para a sua corrente turnê de combate, a Força-Tarefa *Dragon* observou intensivamente as unidades que estavam obtendo sucesso no Iraque para compreender como enfrentar as dificuldades de uma contra-insurgência. Na maioria dos casos, as unidades que pareciam que estavam vencendo a luta tinham feito significativo progresso com os líderes locais, tinham encontrado formas proativas de entender e respeitar as normas da cultura local e tinham identificado as específicas necessidades da comunidade. Embora a força-tarefa tenha entendido e reconhecido essa lição bem cedo, quando de fato chegou em sua área de operações (A Op), os soldados descobriram que poucos dados etnográficos necessários tinham sido coletados para executar essas operações efetivamente.

As informações disponíveis eram esparsas e espalhadas pelos arquivos rotineiros de quase todos os membros integrantes das seções. Também, a informação era antiquada: não tinha havido uma presença consistente da coalizão naquela área por quase dois anos e quando o pessoal tentou verificar as poucas informações que tinham recebido, freqüentemente observou que personalidades-chave tinham se mudado da área ou que as opiniões locais e lealdades tinham mudado. A força-tarefa determinou rapidamente que o primeiro passo de sua luta de contra-insurgência seria adquirir um conhecimento de sua área de operações no campo humano.

Quando a Força-Tarefa *Dragon* se desdobrou para o Iraque em meados de 2007, herdou uma área densamente habitada (400.000 pessoas) no sudeste de Bagdá. A área de operações estava volátil, em parte porque ficava no meio de uma zona sunita-xiita. A maioria dos sunitas vivia às margens do Rio Tigre, no limite oeste da força-tarefa. As tribos xiitas residiam no norte (perto de Bagdá) e ao longo do limite leste, balizado pela rodovia Bagdá-Al Kut.

A necessidade de novas informações etnográficas para a sua área de operações era imprescindível para a força-tarefa. Dessa forma, toda a unidade começou a se concentrar na coleta e comparação daquelas informações sociais. Na realidade, a força-tarefa trabalhou no processo de coleta de dados que a equipe chamou de “mapeamento do terreno humano” ou MTH.

O desenvolvimento do processo MTH correspondeu à criação de um recurso para o entendimento das condições sociais. Conforme coletou e catalogou as informações pertinentes, a força-tarefa ajustou seu plano para capturar um amplo espectro de detalhes. Um importante aspecto do processo envolveu a colocação das informações num tipo de arquivo que todos os soldados pudessem monitorar e compreender. Uma vez que a formatação e a informação da linha de base estavam prontas, a Força-Tarefa *Dragon* empregou as capacidades de conhecimento da situação compartilhada do sistema de computação do Posto de Comando do Futuro (PCF). Um PCF foi destinado a cada companhia para divulgar os resultados de seu mapeamento num banco de dados comum, uma matriz que incluía informações sobre limites religiosos, principais estruturas econômicas, mesquitas e personalidades importantes como os xeques.

Ao longo do tempo, a equipe mapeou os limites de cada tribo e a constituição demográfica de cada vila, área urbana e cidade na qual o inimigo poderia possivelmente procurar refúgio. Então continuou adicionando informações sobre personalidades que eram conhecidas pelo fornecimento de apoio aos insurgentes e das necessidades e desejos das populações específicas. O mapeamento dessas informações políticas, econômicas e sociais criou uma representação comum do elemento humano local que capacitou mais iniciativas proativas e respostas mais rápidas e efetivas aos eventos. Por exemplo, conforme os incidentes ocorreram em áreas específicas, o mapa comum permitiu a todas as companhias plotar a localização do incidente e, em seguida, identificar os respectivos xeques para contatos de inteligência ou respostas para perguntas críticas.

O mapeamento do elemento humano permitiu à Força-Tarefa *Dragon* entender a população e demonstrar seu compromisso de melhorar as condições das comunidades locais. Levantando-se o que o povo possuía como prioridade de suas necessidades, a força-tarefa se tornava mais apta a cultivar relações de significativa confiança com os líderes das comunidades. Por outro lado, essas relações levaram à construção de um eficaz banco de dados biométricos de homens dentro da idade de serviço militar. Essa informação resultou

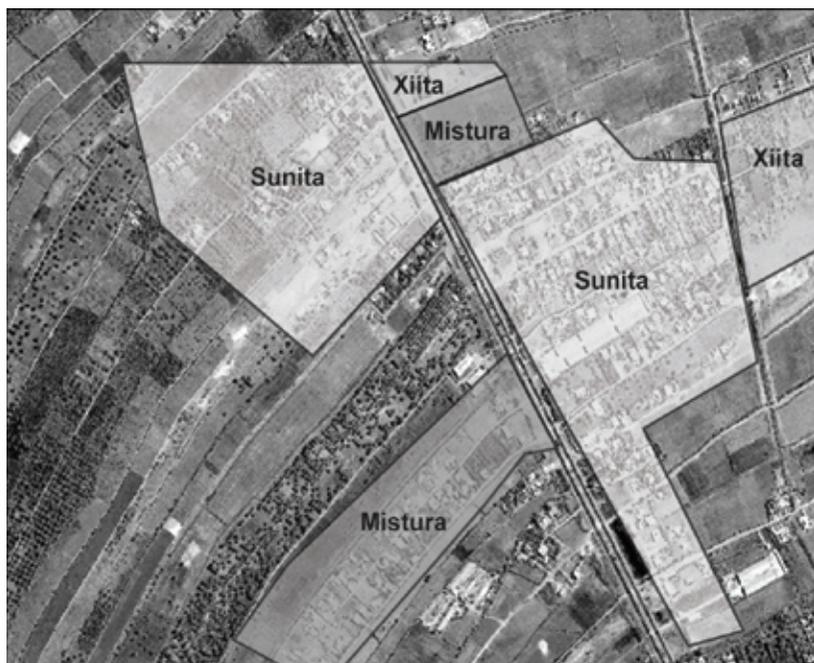
numa inteligência melhorada e efetiva sobre as atividades insurgentes, aprimorando sensivelmente a segurança na área.

Esses resultados positivos validaram as medidas prescritas no Manual de Campanha (*Field Manual-FM*) 3-24, *Contra-insurgência*, para “determinar quem mora numa área e o que eles fazem.” Em termos figurativos, o mapa do elemento humano se tornou um esboço de quem os jogadores eram no jogo atual. Dessa forma, o comandante da força-tarefa concluiu que o desenvolvimento de um mapa da população local era crucial para simultaneamente expulsar o inimigo e cravar uma cunha entre os insurgentes e a população.

Definindo o Mapeamento Tático do Terreno Humano

A Força-Tarefa *Dragon* executou o seu esforço de coletar informações por meio de um sistemático contato pessoa a pessoa. A equipe planejou patrulhas descentralizadas no nível pelotão conduzidas durante à luz do dia e procurou responder a específicas perguntas sobre a população. Esses específicos “requisitos de informação” (RI) sobre cada distinta vila e cidade incluía:

- os limites de cada área tribal (com especial atenção onde eram seus limites ou onde se sobrepunham);
- informações sobre local e contatos de cada xeque ou *mukhtar* nas vilas ou qualquer outra pessoa importante como oficiais do governo, Forças de Segurança do Iraque, etc;
 - localização de mesquitas, escolas e mercados;
 - identificação dos hábitos diários da população tais como: horas que acordam, dormem, fazem compras, etc;
 - localização dos postos de controle mais próximos das Forças de Segurança Iraquianas, etc;
 - força econômica impulsora, ou seja, ocupação e meio de sustento da população local;
 - movimento da população, ou seja, entrada e saída de pessoas na área de operações.



- presença e atividade insurgente;
- acesso a serviços essenciais como postos de combustível, água, serviços de emergência, bombeiros, etc; e
- preocupações e assuntos particulares com a população local.

Para evitar se tornar um alvo fácil, as companhias planejaram suas patrulhas de mapeamento de terreno para serem “sistematicamente imprevisíveis.” Dessa forma, todas as áreas poderiam ser abrangidas sem telegrafar aos insurgentes quais as seguintes áreas que poderiam ser visitadas. Por exemplo, a Companhia Baker da FT *Dragon* usou como eixo principal de sua área de operações a estrada que passava entre Jisr Diyala e Salman Pak, perto de Bagdá, mantendo as vilas do lado leste e oeste da estrada. Cada dia as patrulhas mudavam o lado da estrada ou se moviam ao norte ou ao sul das vilas que tinham visitado anteriormente. Depois de dois dias de patrulha, tiraram um dia de descanso, atrapalhando ainda mais qualquer padrão que tenham formado de forma não intencional.

As patrulhas foram organizadas com objetivos e propósitos específicos para cada sub-elemento. As três maiores tarefas eram segurança, coleta de informações e o estabelecimento de relacionamentos. Como a composição da maioria das patrulhas foi priorizada em tropas de infantaria mecanizada ou em pelotão de carros de combate, alguns acréscimos eram necessários. Geralmente, o comandante da companhia estava presente na

O mapeamento do terreno humano facilitou o processo das forças da coalizão em conhecer a liderança das diversas tribos, vilas e cidades...

patrulha para obter de primeira mão uma idéia de sua A Op. O oficial de apoio de fogo (O Ap F), atuando como oficial de inteligência da companhia, acompanhava o comandante em cada patrulha. Isso capacitava o time a construir uma estrutura para lidar com as três tarefas críticas. O comandante se concentrava em construir relações com indivíduos-chave, o seu O Ap F (destacado

como integrante do pelotão) procurava respostas para os RI e o líder do pelotão da patrulha se concentrava na segurança.

Complementando as três tarefas dos sub-elementos, todos os integrantes da patrulha ajudavam na comunicação das mensagens de operações de informações (Op Info). Essas mensagens normalmente envolviam o programa de recompensa (dinheiro por informação sobre atividades extremistas), exemplos de medidas positivas tomadas pelo governo local e pelas Forças de Segurança do Iraque, e os benefícios em cooperar com a coalizão. Quando possível, as mensagens tomavam a forma de panfletos ou notas de uma página distribuída aos cidadãos locais. Notas preparadas previamente e o conhecimento das mensagens atuais eram consideradas parte do equipamento essencial das Op Info da Força-Tarefa *Dragon*. Elas eram responsabilidade de cada soldado na patrulha.

Uma típica patrulha de MTH requeria que o pelotão se movimentasse taticamente e estabelecesse um cordão de isolamento em torno da área a ser mapeada. Conforme o perímetro estava sendo estabelecido, o comandante e O Ap F se dirigiam ao provável centro da cidade e começavam a falar com os residentes para determinar onde o xeque ou líder da vila morava. Um dos pedidos específicos do comandante ao xeque ou líder da vila era a sua permissão para registrar os homens dessa área no sistema de dados biométricos (com o uso de equipamento portátil de detecção de identidade de interagência, *HIIDE* – na sigla em inglês). Dependendo da reação a esse pedido, o pelotão poderia estabelecer uma local central e começar o processo. Se o xeque ou ancião rejeitasse, a unidade assinalaria a vila para uma visita de retorno quando eles poderiam retornar ao assunto. Contudo, na maioria das vezes os líderes locais não tinham objeções aos pedidos e consideravam o censo biométrico como uma oportunidade de mostrar sua inocência e o desejo de cooperar com as forças da coalizão.

Enquanto o comandante se encontrava com esses indivíduos e os soldados realizavam o censo, o O Ap F e outros elementos acrescidos ao pelotão falavam com o maior número possível de homens na faixa etária de serviço militar para obter respostas ao RI. Outros soldados falavam com o maior número de pessoas possíveis para



Exército dos EUA, 1º Tenente Matthew Barwick

Capitão Rich Thompson, comandante da Companhia Baker/ 1º Batalhão/ 15º Regimento de Infantaria, falando com o líder local e seu intérprete em Al Ja`ara, Iraque, agosto 2007.

dissimular as mensagens diárias de Op Info. Em média, essas patrulhas levaram de duas a quatro horas para completar a tarefa.

Freqüentemente, as patrulhas eram reforçadas com equipes de assuntos civis (Ass Civ), equipes de coleta de inteligência humana (CIH), operações psicológicas (Op Psico) ou pessoal médico adicional. Esses militares possuíam habilidades específicas para ajudar nas patrulhas e a FT usava essas capacidades para realçar a importância recebida da unidade tática. Por exemplo, o enfermeiro da unidade tratando um civil com um problema agudo, especialmente uma criança, mostrava evidência direta da boa vontade da força-tarefa e dos benefícios tangíveis da cooperação com a coalizão. O acréscimo de uma equipe especial também aumentava o número total de contatos na vila, possibilitando a aquisição de mais dados de RI. Adicionalmente, isso criou oportunidades para as “equipes de vila” da Força-Tarefa *Dragon* (combinando elementos Ass Civ, CIH e Op Psico)

para patrulhar e considerar os tipos de efeitos que poderiam planejar em futuras visitas.

Especial cuidado e planejamento eram executados para assegurar que as equipes de apoio não interromperiam ou interfeririam no relacionamento entre a companhia e a população que estava sendo mapeada. A Força-Tarefa *Dragon* enfatizava a superioridade do comandante da companhia responsável como o principal ponto de contato para cada um dos líderes de cada vila. A força-tarefa queria evitar qualquer confusão na parte da liderança local sobre quem tomaria as decisões sobre projetos ou apoio futuro. Essa clareza era especificamente crítica quando se lidava com equipes de Ass Civ, as quais o povo muitas vezes via como “os homens com o dinheiro.” Por meio de esforço deliberado, a força-tarefa tornou claro que essas equipes apoiavam o comandante da companhia, e não ao contrário.

Depois de cada patrulha, o pelotão responsável preparava uma análise detalhada da área mapeada,

estabelecendo vínculos com outras vilas no que diz respeito a seitas, tribos e áreas. O resultado era uma compilação de dados semelhantes a um censo combinado pelo quadro da força-tarefa (principalmente pela segunda seção, pela célula de Op Info, o oficial de inteligência e o oficial de Ass Civ). Essa compilação ajudava o quadro a desenvolver e refinar ambas suas metas, as letais e não letais. Isso também produzia uma descrição gráfica de onde as linhas sectárias problemáticas estavam localizadas, permitindo a força-tarefa concentrar seus esforços iniciais de segurança rapidamente para que todas as linhas de operações lógicas pudessem começar o mais cedo possível.

A Força-Tarefa *Dragon* usou essa postura repetidamente para desenvolver o seu mapa do campo humano. Equilibrando-se com outras missões táticas, o processo geral levou aproximadamente dois meses e meio. Conseqüentemente, as informações que contribuíram com mapa geral também foram catalogadas para missões ofensivas.

Durante incursões com o propósito de coleta de inteligência, aprisionamento, busca e ataques, a Força-Tarefa *Dragon* usou os mesmos RI em patrulhas de MTH. Também, todos os homens na faixa etária para o serviço militar foram identificados e registrados no sistema de dados biométricos HIIDES, o que ajudou a força-tarefa a montar uma representação dos grupos extremistas que estavam operando na A Op *Dragon*. O E-2 simplesmente verificava os nomes dos indivíduos levados em custódia comparando seus nomes com o banco de dados que tinha sido organizado durante as missões de mapeamento anteriores, e se algum tivesse estado na A Op de outra unidade anteriormente, ele se tornava um suspeito; a força-tarefa então investigaria por que ele estava se mudando de uma área para outra. Esse sistema de referência remissiva capacitava o E-2 a começar a associar indivíduos identificados dessa forma com uma possível célula extremista que vivia em uma parte da A Op *Dragon*, mas conduzia missões em

Exército do EUA, 1º Tenente Matthew Barwick



Sargento Cecil Ray, Companhia B/ 1º Batalhão/15º Regimento de Infantaria, obtém dados biométricos ao processar um residente da área de Al Ja'ara no sistema HIIDES, agosto 2007.

outra. Normalmente, isso permitia a força-tarefa a criar um diagrama de associações de possíveis atividades extremistas.

MTH – Um Processo Necessário

Embora o valor do mapa em si mesmo seja óbvio, em retrospecto, o processo físico de preparar o mapa poderia ter sido até mesmo mais benéfico. Se informações desse tipo fossem disponíveis inicialmente (num banco de dados, por exemplo), a força-tarefa poderia ter aceitado um sentido abstrato e talvez falso, do ambiente. Teria feito isso ao mesmo tempo que se privaria do conhecimento pessoal que poderia ter sido ganho com a construção do mapa. À guisa de analogia, tendo já um banco de dados acessível seria como aprender a solucionar problemas matemáticos com uma calculadora ao invés da forma mais difícil, usando o raciocínio. Ao executar o MTH, o batalhão aprendeu como alinhar dados etnográficos da forma mais difícil, um método que provia benefícios máximos por meio da análise direta dentro de uma situação particular em níveis mais profundos. Dessa perspectiva, as vantagens de soldados fazerem o MTH por si mesmos são numerosas. Além de ganharem um maior conhecimento da A Op, alguns dos benefícios mais destacados são:

- MTH proporcionou um modo prático para arquivar dados de inteligência humana. O mapeamento do terreno humano facilitou o processo das forças da coalizão de conhecer a liderança das diversas tribos, vilas e cidades de uma particular A Op. Depois de ganhar o respeito e a confiança dos xeques e anciãos das vilas por meio de contato pessoal, os soldados descobriram que os iraquianos estavam mais interessados em fornecer dados de inteligência. Como as unidades se deslocaram pelas várias vilas e cidades da A Op *Dragon*, freqüentemente encontraram cidadãos locais que tinham ficado temerosos em ligar para o “linha direta de denúncias da força-tarefa” ou ir a postos avançados de combate, mas estavam dispostos de prestar informações se engajados num contato de nível pessoal.

- Quando possível, a força-tarefa tentou integrar suas equipes de coleta de inteligência humana em patrulhas de MTH, as quais proporcionavam excelentes oportunidades de fazer contatos iniciais de inteligência e desenvolver novas fontes. Essa

prática também produziu um melhor conhecimento dos cidadãos locais e uma capacidade de referência remissiva pronta para o uso, melhorando a capacidade da força-tarefa em determinar a confiança e motivação dos informantes.

- O MTH colocou uma face humana e pessoal nos contatos com os habitantes locais, auxiliando o esforço da força-tarefa de contar com o apoio da

O mapeamento de informações políticas, econômicas e sociais criou uma representação comum do terreno humano que capacitou mais iniciativas proativas e respostas mais rápidas e efetivas aos eventos.

população contra os insurgentes. Uma companhia usou um interprete para ajudar a conhecer os residentes da região. Outra executou patrulhas de operações de MTH juntamente com os policiais iraquianos locais e residentes interessados. Como um comandante de companhia disse: “Eu creio que era vital como primeira impressão para os habitantes de nossa A Op que nos vissem caminhando entre eles, batendo em portas, apertando suas mãos e fazendo perguntas específicas sobre suas famílias e tribos. Eu sinto que isso colocou uma face humana na nossa companhia e abriu a porta para muitos diálogos iniciais que agora estamos explorando com grande sucesso.”

- O MTH era imprescindível na criação de comunicações confiáveis. A lição número um do Manual de Contra-Insurgência da 3ª Divisão de Infantaria declara: “É tudo sobre o povo.” Construir redes de comunicações confiáveis significa construir relações pessoais entre os líderes táticos da coalizão e os líderes da população que eles defendem. Uma vez que esses relacionamentos são construídos, as unidades da força-tarefa serão mais capazes de distribuir e avaliar os efeitos das mensagens das Op Info e dos produtos das Op Psico, determinar melhor se os governos locais estão falando com seus eleitorados, e — quando necessário — devem

estar capacitadas a reduzir a intranqüilidade entre a população por meio de um processo de administração das conseqüências.

- O patrulhamento requerido para mapear o terreno humano era vital ao tom inicial dado pela Força-Tarefa *Dragon*, pois colocou soldados da coalizão nas ruas imediatamente, enviando um sinal claro aos insurgentes e ao povo de quem estava no comando. Se o inimigo testasse o poder de força dos EUA, soldados estariam fora de seus veículos com o cano de suas armas apontando em todas as direções, preparados para manobrar imediatamente. Os soldados executavam cada patrulha de MTH como se o inimigo estivesse os observando e avaliando. Dessa forma, as forças dos EUA simultaneamente trouxeram os residentes nativos para mais perto e dissuadiram seus contatos com o inimigo.

- O MTH proporcionou oportunidades inesperadas de demonstrar a nossa resolução à população. Enquanto as companhias da força-tarefa se ocupavam em conhecer os líderes locais e visitá-los em suas vilas, freqüentemente conduziam rápidas incursões contra traficantes de armas e células de colocação de explosivos improvisados denunciados pelos residentes. Essas incursões mostravam aos residentes que os soldados da força-tarefa eram dedicados em tornar a vila mais segura. Além disso, eles provavam aos líderes locais que quando eles passassem informações importantes aos soldados, esses militares realizariam uma ação.

- O MTH proporcionou discernimento no nível terrestre de política, motivações e diferenças locais — e isso serviu como um ponto de partida para reconciliar sunitas com xiitas. A compreensão das diferenças entre as áreas das duas seitas foi fácil; encontrar o vínculo para a reconciliação não foi. Contudo, uma vez que a unidade se reuniu e fez amizade com os líderes de ambas as áreas, eles tinham algo em comum: uma parceria com as forças da coalizão. Numa área particular, famílias xiitas e sunitas viviam juntas com diferentes xeques liderando cada seita. Infelizmente, esses xeques não estavam ansiosos para trabalhar um com o outro e reconciliar suas diferenças. Para aumentar os problemas da área, a Al Qaeda no Iraque muitas vezes atacou ambos os grupos para poder manter a sua posição. Depois de trabalhar com numerosas patrulhas de MTH nessa área, o comandante da companhia local ganhou a confiança de ambos grupos, sunitas e xiitas. Isso o capacitou

a mediar discussões entre os dois xeques baseado nas metas comuns de segurança e desenvolvimento econômico.

- Nada pode substituir o reconhecimento pessoal em importância. Esse é um princípio que tem existido na doutrina do Exército dos EUA há décadas. Embora os registros nos bancos de dados biométricos incluam endereços e nomes de ruas, essas informações são muitas vezes difíceis de incluir em mapas. Além disso, algumas pessoas podem se referir a áreas locais com nomes diferentes. Muitas estradas em áreas rurais são de difícil acesso; a execução de reconhecimentos durante as operações de MTH pode ajudar a unidade resolver isso.

Conforme o Exército dos EUA continua a examinar os aspectos de mapeamento humano na guerra de contra-insurgência, soldados da Força-Tarefa *Dragon* oferecem a seguinte lição baseada em suas próprias experiências: não confiem somente numa solução informatizada e mecanizada ao MTH ou na criação de uma seção exclusiva com um quadro especial para prover uma percepção do terreno humano. Pelo que a Força-Tarefa *Dragon* aprendeu, inicialmente, a unidade se beneficiaria mais obtendo essa informação por si mesma ou caso receba essa informação de uma unidade anterior deve desenvolver um processo que a reavalie continuamente.

Sumário

A contra-insurgência é provavelmente a forma de guerra mais difícil porque forças profissionais militares fora de suas zonas de conforto e dentro do complexo âmbito de interação com seres humanos, algumas vezes de uma maneira sutil. Ao desenvolver um mapa do terreno humano, uma unidade pode adquirir uma maior sensibilidade e um conhecimento profundo de sua A Op, permitindo otimizar o complexo relacionamento humano que faz a contra-insurgência ter sucesso ou falhar. Contudo a integridade de um mapa do terreno humano não jaz somente em “tê-lo”; o “fazê-lo” talvez produza ainda mais dividendos. Construir um necessário relacionamento humano com a população que você defende não é difícil—porém requer tempo e esforço. Em resumo, as experiências da Força-Tarefa *Dragon* demonstraram que fazer um mapa do terreno humano constitui-se em tempo e energia bem empregados.**MR**



O DESPERTAR DE ANBAR

O Ponto Decisivo

Coronel Sean MacFarland, Exército dos EUA e
Major Niel Smith, Exército dos EUA

OS IMPRESSIONANTES MELHORAMENTOS em segurança na província de Al Anbar durante 2007 mudaram significativamente o panorama militar e político do Iraque.

Muitos, dentro e fora das forças militares (ainda em novembro de 2006), tinham avaliado a situação em Anbar como uma causa perdida. O “Despertar de Anbar” por parte dos líderes tribais sunitas e seus apoiadores começou em setembro de 2006 próximo à Ramadi e surgiu repentinamente. Entretanto, a mudança que levou à derrota da Al-Qaeda em Ramadi — o que alguns chamaram de “o Gettysburg do Iraque” — não foi um evento casual.¹ Foi o resultado de um plano coordenado e executado pelas Forças Armadas dos EUA naquela cidade. A vitória tática se tornou o momento decisivo quando líderes mais antigos e com discernimento, ambos iraquianos e norte-americanos, aplicaram o modelo de Ramadi em toda a província de Anbar, Bagdá e outras partes do país, mudando dramaticamente o processo de segurança do Iraque.

*Difícil não significa sem
esperança.*

—General David Petraeus,
depoimento no Congresso,
setembro de 2007

A “Primeira Brigada de Combate”

A 1ª Brigada da 1ª Divisão Blindada, a “Primeira Brigada de Combate”, estava no centro do Despertar de Anbar. Quando chegamos a Ramadi em junho de 2006, poucos de nós pensávamos que nossa campanha mudaria a situação geral da guerra e levaria a Al-Qaeda à margem da derrota no Iraque. Os soldados, fuzileiros navais, marinheiros e aviadores que serviram com ou a nossa brigada de combate contribuíram com o Despertar de Anbar por meio de uma campanha deliberada e muitas vezes difícil que combinava tradicionais princípios de contra-insurgência com operações precisas e letais. A experiente aplicação dos mesmos princípios e a utilização do sucesso obtido por outras grandes unidades em Anbar e outras partes do Iraque irradiou o sucesso em Ramadi bem além da nossa área de operações num ritmo que ninguém poderia ter previsto.

A Primeira Brigada de Combate possibilitou o Despertar de Anbar com o objetivo de:

- empregar cuidadosamente a concentração de operações letais;
- defender a população por meio de uma presença avançada;
- cooptar líderes locais;
- desenvolver competentes forças de segurança com a nação anfitriã;
- criar a crença pública no crescente sucesso; e
- desenvolver uma infra-estrutura humana e física.

A execução dessa postura permitiu a brigada propiciar as condições, reconhecer oportunidades e explorar o sucesso quando plausível para criar uma reversão extraordinária.

FOTO: Um soldado do Exército dos EUA da Força-Tarefa 1/35 procura insurgentes na rua ao lado do posto avançado 293 em Ar Ramadi, na Província de Al Anbar, Iraque, após o posto ter sido atacado por morteiros e armas leves em 24 de junho de 2006, durante a Operação Iraqi Freedom. (Força Aérea dos EUA, Sargento Jeremy T. Lock)

Ramadi por um triz

No verão de 2006, Ramadi sem dúvida estava entre as cidades mais perigosas do Iraque.² A área de operações sofria em média três vezes mais ataques por pessoa do que qualquer outra área no país. Com exceção dos centros governamentais e edifícios na proximidade das áreas ocupadas por uma companhia de Fuzileiros Navais, os insurgentes da Al-Qaeda tinham quase completa liberdade de movimento por toda a cidade. Eles dominavam quase todas as estruturas-chave da cidade, incluindo o hospital, o maior da província de Anbar. A liberdade de movimento que possuíam os permitia posicionar complexas faixas de explosivos improvisados nas estradas, as quais tornavam a maior parte da cidade numa área proibida para as Forças Armadas dos EUA e do Exército do Iraque.

Neste ponto, a situação em Ramadi era acentuadamente diferente da de Tal Afar, onde a Primeira Brigada de Combate tinha começado a sua ação militar. Embora Ramadi estivesse livre das divisões sectárias que molestavam Tal Afar, era a capital provincial, a qual era pelo menos quatro vezes mais populosa e ocupava um ponto de obstrução nas rotas de trânsito-chave no oeste de Bagdá. Talvez reconhecendo esses mesmos fatores, a Al-Qaeda tinha declarado Ramadi como a futura capital do seu “califado” no Iraque. A segurança iraquiana realmente não existia. Menos de cem policiais iraquianos apresentaram-se para trabalhar em junho e permaneceram em seus postos, muitos dos quais, amedrontados para executarem patrulhas. Adicionalmente, as inexperientes forças do Exército do Iraque próximas a Ramadi tinham pouca experiência operacional.

No final de 2005, as tribos sunitas ao redor de Ramadi tentaram expulsar a Al-Qaeda no Iraque (AQIZ), depois de se cansarem da cruel campanha do grupo terrorista que assassinava e intimidava o povo indiscriminadamente.³ Um grupo que se chamou o Conselho do Povo de Al Anbar formou uma coalizão de xeques locais e grupos nacionalistas sunitas. O conselho pretendia conduzir uma resistência organizada contra as forças da coalizão e os elementos da Al-Qaeda, mas possuía contingente pequeno e exaurido por vinganças tribais, não possuía força nem coesão. Uma série de assassinatos dos líderes tribais finalmente desmanchou o grupo, o qual deixou de existir em fevereiro de 2006.

Esse colapso preparou as condições que a brigada encontrou quando chegou no final de maio. Os assassinatos tinham criado um vácuo de liderança em Ramadi. O corte dos vínculos tribais com os centros tribais exteriores tinha isolado a cidade. Por sua parte, as tribos tinham adotado uma postura positiva, não desejando antagonizar a poderosa presença da Al-Qaeda dentro e em volta de Ramadi. Em resumo, quanto a Primeira Brigada de Combate se aprestava para se deslocar de Tel Afar, sua nova área de operações estava essencialmente nas mãos inimigas.

As Ações no Verão e Outono de 2006

A situação em Ramadi claramente requeria uma mudança nas táticas da coalizão. Nós tínhamos que introduzir forças de segurança do Iraque na cidade e nas áreas rurais controladas pelo inimigo. No entanto, mesmo com cinco forças-tarefas de Fuzileiros Navais e batalhões operacionais do Exército, a Primeira Brigada não tinha suficiente poder de combate

O Major Niel Smith comandou a Companhia B, 2º Batalhão, 37º Regimento Blindado em Tal Afar e serviu como oficial de operações da brigada nesta operação da Primeira Brigada de Combate durante a Operação Iraqui Freedom V. Atualmente ele é oficial de operações no Centro de Contra-Insurgência do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA no Forte Leavenworth, Kansas. O Major Smith possui o título de Bacharel pela Universidade de James Madison. Participou em dois desdobramentos na Operação Iraqui Freedom.

O Coronel Sean McFarland comandou a Primeira Brigada de Combate, 1ª Divisão Blindada, na província de Al Anbar, retornando com a sua unidade em fevereiro de 2007. Ele possui o título de Bacharel em Ciências pela Academia Militar dos EUA e o de Mestrado pela Geórgia Tech, também é graduado pela Faculdade Industrial das Forças Armadas. Os desdobramentos do Col. McFarland incluem a Operação Desert Shield/Desert Storm e dois turnos de serviço na Operação Iraqui Freedom. Atualmente serve como chefe da Divisão do Iraque, no Gabinete de Política e Planos Estratégicos (E5), do Chefe do Estado-Maior Conjunto.

Depois da ofensiva em Fallujah, os americanos tentaram reprimir a ofensiva em Ramadi com uma combinação de manobras políticas e a cooperação dos líderes tribais para desenraizar os combatentes islamitas estrangeiros... Mas esse plano falhou espetacularmente, pois os homens que arriscaram a se aliar aos americanos... rapidamente descobriram que o Exército dos EUA não poderia protegê-los. Os insurgentes mataram 70 policiais recrutados em janeiro e pelo menos meia-dúzia de importantes líderes tribais foram assassinados desde então... Ramadi se tornou uma cidade onde guerrilheiros antiamericanos operam abertamente e burocratas da cidade estão com medo de reconhecer seus títulos com receio de serem mortos... O centro governamental no centro de Ramadi... está sob tiroteio ou ataques de morteiro diariamente.

—Megan K. Stack e Louise Roug, "Fear of Big Battle Panics Iraqi City," *Los Angeles Times*, 11 de junho de 2006

para defender sozinha uma cidade tão grande. O Exército do Iraque e em alguns pontos, a Polícia do Iraque, tinha que ser ativado. Eles ajudariam, mas nós compreendemos que sem o apoio dos líderes locais e da população, qualquer ganho na área de segurança obtido somente por meio de operações letais seria somente temporário. Na realidade, nós tínhamos que superar efeitos colaterais da mal sucedida revolta tribal de 2005. Nós tínhamos que convencer os líderes tribais para que retornassem a lutar contra a Al-Qaeda.

Desenvolvendo o plano. Nós avaliamos que a brigada tinha que isolar os insurgentes, negando-lhes refúgio, e formar as Forças de Segurança do Iraque (FSI), especialmente as forças policiais, para que pudéssemos vencer. A equipe desenvolveu um plano centralizado para atacar as posições seguras da Al-Qaeda e estabelecer naqueles locais uma presença diuturna para desafiar diretamente o domínio da cidade pelos insurgentes, interrompendo suas operações, exaurindo seus efetivos e ganhando a confiança do povo. Nós pretendíamos tomar a posse da cidade e de seus arredores, um bairro de cada vez, estabelecendo postos avançados de

combate e empregando a força policial em áreas mais seguras. O plano requeria o engajamento simultâneo dos líderes locais num esforço de identificar aqueles que tinham influência ("wasta") e obter o seu apoio. Nós reconhecemos isso como uma parte crítica do plano, porque sem a ajuda deles, não estaríamos aptos a recrutar números suficientes de policiais para reconquistar a cidade inteira.

Nós também percebemos que nos estágios iniciais do plano, nossos esforços de estimular a cooperação local eram altamente vulneráveis. Um ataque orquestrado pela Al-Qaeda no Iraque contra os xeques que nos apoiavam poderia rapidamente destruir o processo, como tinha sido o caso em 2005-2006. Dessa forma nós tomamos medidas extras para assegurar a sobrevivência dos líderes tribais que estavam nos apoiando. Nós estabelecemos grupos de guardas de bairro chamados de "Polícia Provincial Auxiliar do Iraque", nos quais havia a nomeação oficial e um exame rigoroso de membros de milícias tribais, autorizando-os a usar uniformes, portar armas e prover segurança dentro da área tribal definida. Nas áreas tribais mais importantes, postos avançados de combate guarnecidos por forças dos EUA ou pelas FSI protegeriam as estradas principais e mercados. Em alguns casos, também planejamos prover segurança direta às residências dos líderes-chave, incluindo a colocação de veículos blindados nos postos de controle ao longo das estradas principais de acesso a seus bairros.

Planejamos nossos esforços de operações de informações para alienar o povo dos insurgentes e ao mesmo tempo aumentar o prestígio dos líderes tribais que nos apoiavam. Também usamos os

O chefe de inteligência do Corpo dos Fuzileiros Navais no Iraque recentemente arquivou um raro relatório sigiloso concluindo que as chances para defender a Província oeste de Anbar no Iraque são poucas e que não há nada que as forças militares dos EUA possam fazer para melhorar a situação política e social lá...

—"Situation Called Dire in West Iraq," Thomas Ricks, *Washington Post*, 11 de setembro de 2006.



Recrutas da polícia iraquiana guardam o perímetro durante um treinamento de combate aproximado na academia de adestramento em Ramadí, Iraque, 25 de setembro de 2006.

xeques amigos como condutos de esforços de ajuda humanitária, tais como a distribuição grátis de combustível. Onde quer que estabelecessemos segurança prioritária, também estabelecemos o Centro de Operações Militares e Cíveis e começamos o processo de restauração de serviços para a área. Depois de proteger o Hospital Geral de Ramadí, começamos um intensivo esforço para melhorar seus serviços e anunciá-los publicamente pela cidade. Antes de nossa operação em julho de 2006, a função principal do hospital fora o tratamento de insurgentes feridos, ficando a maior parte da população com medo de entrar no hospital. Também estabelecemos um curso de ação de operações de informações diferente com os xeques. Ao invés de dizer para eles que logo partiríamos e que eles precisariam assumir a responsabilidade pela sua própria segurança, nós informamos a eles que ficaríamos o tanto quanto necessário para derrotar os terroristas. Essa era a mensagem que eles estavam esperando ouvir. Enquanto eles nos percebessem como simples intrusos, eles não compartilhariam o seu destino com o nosso. Quando eles começaram a nos ver como parceiros confiáveis, suas atitudes começaram a mudar. Ainda assim, tínhamos que provar que nossas atitudes estavam sendo completamente honestas.

Nossa experiência em Tel Afar nos ensinou que uma competente força policial era vital para sucessos de longo prazo. Uma campanha de intimidação da Al-Qaeda no Iraque tinha quase eliminado a força policial, sendo que um homem-bomba matou dezenas de potenciais recrutas durante um esforço de recrutamento em janeiro

de 2006, um evento que motivou a suspensão do recrutamento por seis meses. Em junho de 2006, a Polícia do Iraque em Ramadí convocou 420 oficiais de polícia dentro dos 3.386 existentes e somente uns 140 desses vieram trabalhar, com menos de 100 presentes para o desempenho de suas atividades diárias. Nós entendemos que um novo recrutamento era essencial para construir uma força policial eficaz.

Recrutando as forças de segurança locais.

Nosso desejo de recrutar iraquianos locais para a Polícia do Iraque foi o catalisador para o nascimento do movimento Despertar de Anbar em setembro de 2006. A forma com que o fizemos ajudou a provar que éramos parceiros confiáveis e que poderíamos proporcionar segurança aos xeques de uma forma que quebrou o ciclo de assassinatos e intimidação da Al-Qaeda. Nesse contrato, o Governo do Iraque assumiria o encargo de pagar os membros da tribo para prover sua segurança. A situação mostrava ganhos em todos os ângulos. As tribos perceberam cedo que ao invés de serem caçados poderiam se tornar os caçadores, com forças de segurança bem equipadas e adestradas, bem pagas e com o apoio das forças da coalizão posicionadas em suas áreas de responsabilidades.

Nós começamos o processo mudando o nosso centro de recrutamento para uma localidade mais segura, numa de nossas bases de operações avançadas localizada perto das tribos que tinham indicado o desejo de se unirem as Forças de Segurança do Iraque. Essa mudança ajudou a dissuadir ataques e outras formas de intimidação que tinham minado os antigos esforços de recrutamento. Mantivemos discrição sobre o assunto, comunicando a informação sobre os esforços de recrutamento somente aos xeques favoráveis que queriam proteger os membros de suas tribos que tinham sido enviados à Polícia do Iraque. Essa técnica resultou num constante aumento de novos recrutas. Num período de seis meses, de junho a dezembro de 2006, quase 4.000 policiais foram incorporados sem incidentes.

Esse aumento exigiu demais da célula das forças de segurança da brigada, composta de um vice-comandante e uma pequena equipe de oficiais e sargentos altamente capacitados. A maioria da população em Al Anbar não tinha identificação ou a tinha falsificada, então os

alistadores tinham que determinar a identidade verdadeira e a confiabilidade dos potenciais recrutas. A infiltração insurgente da força policial era (e ainda é) um problema no Iraque e é inevitável; contudo, a Primeira Brigada fez uso de diversos métodos e tecnologias para reduzir esse risco.

O Conjunto Automatizado de Instrumentos Biométricos foi extremamente útil na seleção de recrutas e na prevenção de insurgentes previamente identificados de se unirem à força policial. Convencer os xeques apoiadores a atestar pelos seus membros tribais era um segundo filtro no processo de avaliação. De junho a dezembro, mais de 90% dos recrutas da força policial vieram de tribos que estavam apoiando o Despertar de Anbar e os xeques sabiam em quem podiam confiar.

A nossa célula das Forças de Segurança do Iraque entendeu a importância de pagar a nova polícia para provar que eles eram respeitados e seus serviços eram valiosos. Como um benefício colateral, a crescente força da Polícia do Iraque também criou um método de desenvolvimento econômico provendo trabalhos adicionais de segurança para a comunidade local. Cada recruta recebia um bônus se fosse aceito para treinamento. Os oficiais também receberiam um bônus se eles servissem como membros ativos da polícia por 90 dias. Esses incentivos adicionaram mais vitalidade à economia.

Os novos recrutas do Exército do Iraque também recebiam incentivos para alistar-se. Um obstáculo ao recrutamento era que os nativos estavam hesitantes em alistar-se no Exército do Iraque pela possibilidade de receber uma missão longe de casa. Para atenuar essa possibilidade, os E-1 das divisões do Exército do Iraque designavam os “*jundi*” (novos praças) para um batalhão iraquiano próximo de suas casas. Esta opção de um “posto de escolha” ajudou a eliminar uma das principais limitações de recrutamento para o Exército do Iraque.

Na Polícia e no Exército do Iraque os *jundi* designados em Ramadi eram requisitados a realizarem um estágio de uma semana de treinamento de combate urbano administrado pela unidade de artilharia de campo da Primeira Brigada para assegurar que poderiam lutar e sobreviver quando estivessem ligados às suas unidades. A prioridade desse treinamento melhorou a confiança e a disciplina em combate urbano desses nativos, e efetivamente aumentou a eficácia das Forças de Segurança do Iraque em ações de pequenas unidades. Com o passar do tempo, a brigada do Exército do Iraque local assumiu a responsabilidade de conduzir os cursos do Exército e da Polícia do Iraque com um quadro de instrutores militares, que ajudou a forjar a ligação entre essas duas forças e infundiu um senso de elevada confiança nas forças de segurança do Iraque.



Exército dos EUA, Sargento David D. Isakson

Uma nuvem de fumaça causada por um ataque terrorista a uma instalação governamental no centro de Ramadi, Iraque, 13 de março de 2006.

Enquanto a estratégia dos EUA no Iraque recomendava a retirada das forças americanas para bases maiores e bem protegidas no ano passado, o Coronel Sean McFarland do Exército dos EUA rumou na direção oposta. Ele construiu pequenos postos avançados mais vulneráveis nas vizinhanças mais perigosas de Ramadi. ‘Nós construímos onde a Al-Qaeda estava mais forte’, MacFarland relata. Os postos avançados abrigavam tropas dos EUA, forças de segurança do Iraque e equipes de assuntos civis. Era uma estratégia arriscada que punha soldados dos EUA em batalhas diárias com os insurgentes.

—Jim Michaels, “An Army colonel’s gamble pays off in Iraq,” *USA Today*, 30 de abril de 2007.

A Primeira Brigada fez todos os esforços possíveis para ajudar recrutas não qualificados a se tornarem policiais ou soldados. O que com mais frequência desqualificava os candidatos era o analfabetismo. A brigada iniciou aulas de alfabetização para adultos, como uma experiência para os recrutas que não sabiam ler. Essas classes tiveram um benefício colateral positivo, apesar deste não ser o propósito. Conforme a segurança melhorou, centenas de mulheres se matricularam nas aulas — cinco vezes mais do que esperávamos. O fato das mulheres se sentirem seguras suficientemente para buscar educação reforçou a impressão da melhoria da segurança ao mesmo tempo que atacou diretamente a capacidade da Al-Qaeda de influenciar a população.

Conforme os benefícios da cooperação com os nossos esforços de recrutamento se tornaram claros para os vários xeques locais, mais e mais deles expressaram o interesse de cooperar conosco. Esse interesse eventualmente resultou em represália por parte da Al-Qaeda, que embora trágica, foi fundamental para unir os xeques ao movimento do Despertar de Anbar.

Defendendo a população. As operações anteriores da coalizão em Ramadi partiam de grandes bases de operações avançadas nos subúrbios da cidade, com a maior parte das forças executando “operações de contra-insurgência

(de combate) durante o deslocamento” — eles saíam de suas bases de operações avançadas, dirigiam-se para um objetivo ou realizavam patrulhas, recebiam fogo, atiravam e voltavam para a base. Em função da geografia local e da rede de estradas de Ramadi, o inimigo podia observar e prever os movimentos das tropas da coalizão, sendo que quase todos os deslocamentos dentro do centro da cidade eram atacados múltiplas vezes com explosivos improvisados, lança-rojões ou armas leves, muitas vezes com efeitos mortais. Além disso, desta forma, as patrulhas estavam fazendo o jogo da campanha de informações dos insurgentes: Al-Qaeda explorava qualquer dano colateral, descrevendo os soldados da coalizão como ocupadores indiferentes e distribuidores aleatórios de violência contra a população.

Era claro que para persuadir os xeques e seu povo, a nossa Brigada de Combate teria que se mudar para dentro da cidade e para as áreas contestadas. Dessa forma, decidimos empregar uma tática que aprendemos do 3º Regimento de Cavalaria Blindada e que fora usada com sucesso em Tal Afar: o posto avançado de combate ou PAC. Nosso posto avançado de combate normalmente consistia de uma equipe valor companhia de carros de combate ou de infantaria baseada em uma posição defensiva na área disputada. Eventualmente, os postos avançados de combate incluíam uma companhia do Exército do Iraque, quando eles se sentiam seguros com a nossa presença. Mais tarde, nós começamos também a estabelecer subestações nos postos avançados de combate ou em suas proximidades. Nesse estágio inicial, os postos avançados proviam áreas seguras para as forças mecanizadas de reação rápida, locais seguros para unidades de operações especiais e segurança para centros de operações civis e militares. Nas áreas rurais, os postos avançados de combate desempenhavam algumas vezes um papel duplo: como bases de fogos com morteiros e como radares de fogo inimigo.

A partir de então, em razão de mantermos uma presença constante nos bairros disputados, os insurgentes não podiam mais rastrear e prever nossas ações. Patrulhas frequentes e aleatórias dos postos avançados de combate dificultavam a Al-Qaeda de se mover com

eficiência e operar no meio da população no Iraque. Ao mesmo tempo, os postos avançados de combate aumentaram nossa capacidade de executar operações civis e militares, inteligência e vigilância, reconhecimento e operações de informações.

Esses postos avançados também serviam de “isca,” especialmente imediatamente após um novo posto avançado de combate ter sido estabelecido. A experiência em Tal Afar nos ensinou que os insurgentes atacariam os novos postos avançados usando todos os meios disponíveis entre eles, incluindo carros-bomba. Normalmente, esses ataques não ocorriam de forma satisfatória para os insurgentes, que normalmente sofriam pesadas baixas. Durante o estabelecimento dos primeiros postos avançados, em julho de 2006, o inimigo desencadeou assaltos com múltiplos pelotões. O furor dos ataques aos novos postos avançados culminou com uma batalha envolvendo toda a cidade em 24 de julho de 2006, na qual forças da Al-Qaeda foram severamente superadas e tiveram pesadas baixas. Em meados de outubro, os ataques estavam bem menos ferozes, consistindo de poucos homens executando ataques do tipo relâmpago. Esses notáveis decréscimos na força inimiga indicavam que nosso plano de dizimar suas posições estava funcionando. Uma constante presença da coalizão, o desgaste dos insurgentes e sua perda da mobilidade libertaram o povo da intimidação e minaram qualquer apoio para a Al-Qaeda no Iraque.

Os postos avançados de combate também nos permitiram controlar a infra-estrutura em Ramadi e usá-la de novo para apoiar a população. Esse foi o caso do Hospital Geral de Ramadi. Estabelecemos um posto avançado de combate do lado de fora e encostado nas paredes do hospital enquanto uma unidade do Exército do Iraque defendia o local. Em poucos dias o hospital estava proporcionando atendimento médico de qualidade pela primeira vez em um ano e o Exército do Iraque estava detendo insurgentes feridos que estavam indo ao hospital para procurar tratamento.

Continuamos a estabelecer novos postos avançados na cidade e nas áreas adjacentes até quando iniciou nossa substituição em fevereiro de 2007. A estratégia não era diferente da campanha de saltitar nas ilhas do Pacífico durante a II

Guerra Mundial. Com os novos postos avançados estabelecidos num contínuo círculo de aperto ao redor do centro da cidade, arrancamos o controle das áreas dos insurgentes. Como as áreas se tornaram controláveis, nós as entregamos às recém-treinadas forças da Polícia do Iraque (nas quais nós mantínhamos constante atenção) e usamos forças revigoradas de outros locais para continuar a apertar o nó correção na cidade. Todos esses desenvolvimentos em proteger a população necessitaram de acompanhamento de alianças-chave com líderes tribais, uma história que é inseparável da história operacional do Despertar de Anbar.

Cortejando os líderes locais. Convencer os xeques locais a se unirem a nós e empreender outra revolta era um desafio imenso, mas a obtenção de seu apoio era o pivô da segunda parte de nossa estratégia. Nós sabíamos que isso

A delegacia de polícia em Ta'meen, um distrito de Ramadi, ocupa um edifício arrasado — com o teto arruinado por estilhaços de granadas, janelas estilhaçadas e as paredes esburacadas por fragmentos de bombas. Isso não é anormal no Iraque. O que faz essa delegacia extraordinária é que a cidade no coração do famoso Triângulo Sunita, uma cidade que uma vez liderou a insurgência antiamericana, tem o nome de um soldado dos EUA — Capitão Travis Patriquin. É uma honra bem merecida. O Capitão Patriquin teve um papel pouco conhecido, mas crucial, numa das poucas histórias de sucesso americano na guerra do Iraque. Ele ajudou a transformar Ramadi de uma das cidades mais perigosas do Iraque na cidade comprovadamente mais segura fora da região semi-autônoma do Curdistão norte. Esse cemitério de centenas de soldados americanos, o qual a inteligência dos Fuzileiros Navais considerou como uma causa perdida há um ano atrás é onde as forças militares dos EUA agora recebem senadores visitantes para mostrar o progresso que estão fazendo.

—Martin Fletcher, “How life returned to the streets in a showpiece city that drove out Al-Qaeda” *The Times*, Londres, 31 de agosto de 2007.

seria fundamental quando chegamos a Ramadi no mês de junho. Os xeques se recordavam bem de sua primeira tentativa fracassada de estabelecer o Conselho do Povo de Anbar (no final de 2005 e começo de 2006) e esse era o maior obstáculo para o nosso plano. A aliança tribal sunita estava fragmentada e débil comparada com as crescentes forças da Al-Qaeda que controlavam Ramadi naqueles dias.

Junto a isso, os xeques da área tribal não tinham atração pelas forças dos EUA ou pelo Exército do Iraque. No início da insurgência, eles tinham apoiado direta ou indiretamente os insurgentes do antigo regime nacionalista contra as forças dos EUA e como resultado eles tinham formado temporariamente uma aliança de conveniência com a Al-Qaeda no Iraque. Muitos membros tribais foram mortos ou capturados pelas forças da coalizão, o que diminuiu a capacidade dos xeques de prover renda para suas tribos. Essas condições, por sua vez, permitiram à Al-Qaeda no Iraque recrutar pessoas dessas famílias com necessidades financeiras. Outro fator agravante era que as forças baseadas em Anbar consistiam na sua maioria de iraquianos xiitas do sul. Os habitantes da área de Ramadi os viam como representantes da milícia de Sadr ou do corpo de Badr, com um plano sigiloso para dizimar as tribos sunitas e permitir o controle de Anbar pelos xiitas.

No entanto, os líderes tribais ainda estavam aborrecidos com a violência da Al-Qaeda e frustrados pela sua própria perda de prestígio e influência tradicional no coração de seu país.

O Cel MacFarland concordou em montar delegacias de polícia em suas áreas, mas somente se os xeques fornecessem 100 homens para servir como policiais em outras localidades da cidade. No ano passado havia aproximadamente 100 policiais patrulhando Ramadi. Agora existem mais ou menos 4.000. E onde havia uma vez 4 postos avançados, agora existem 24, onde americanos e iraquianos vivem juntos.

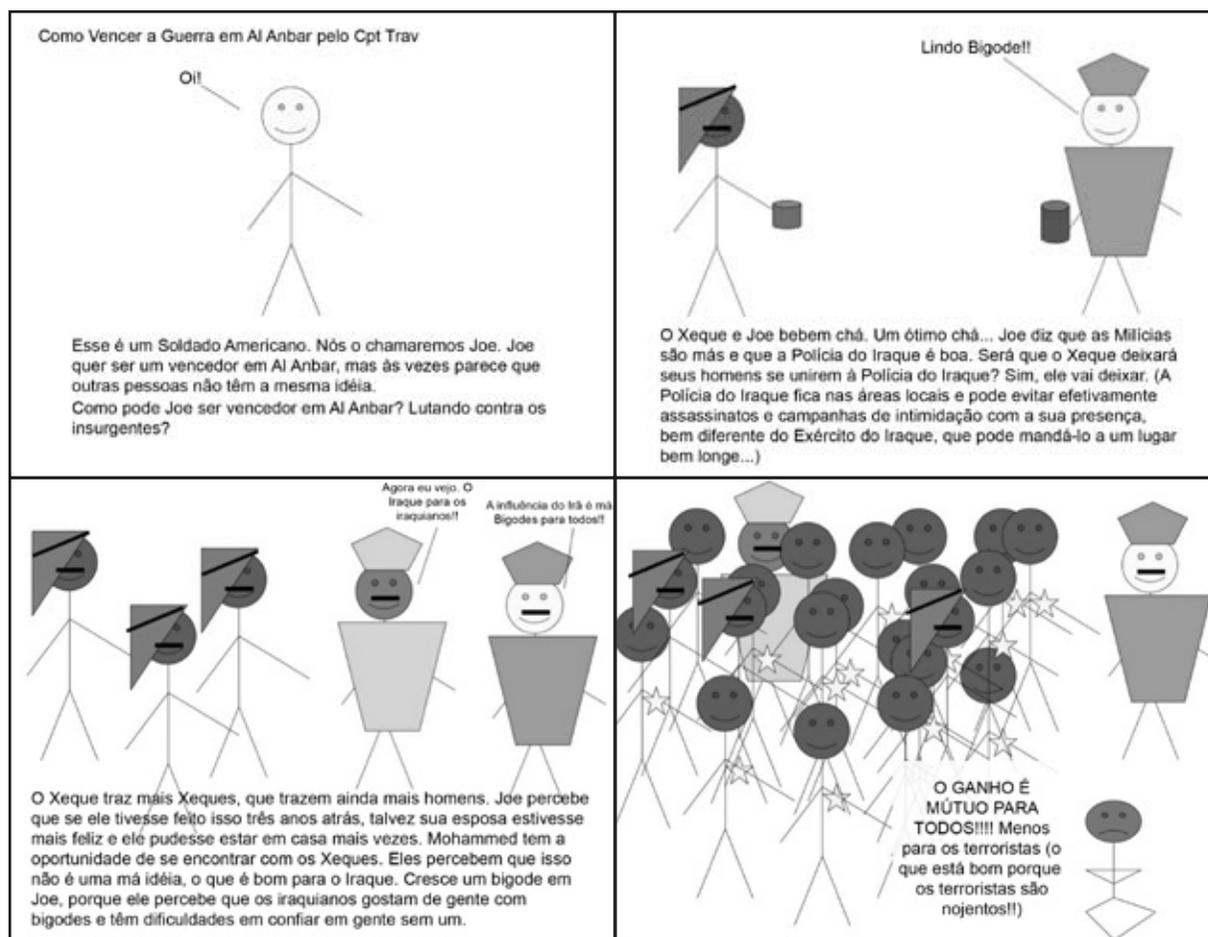
—Tom Bowman, “U.S. Soldiers, Iraqi Police Unite to Redeem Ramadi,” *NPR All Things Considered*, 22 de fevereiro de 2007.

A equipe da brigada acreditava que ao oferecer incentivos convincentes, poderíamos criar uma aliança tribal que poderia produzir uma segurança duradoura em Ramadi. Para persuadir as tribos a cooperar, inicialmente precisávamos do terreno humano em nossa área de operações e essa tarefa foi dada a um excelente e talentoso oficial subalterno, Capitão Travis Patriquin.

Sendo um ex-soldado das Forças Especiais fluente em Árabe e um oficial de infantaria designado como oficial de contato da Primeira Brigada, Patriquin coordenou reuniões locais e discussões no nível de brigada. Ele rapidamente ganhou a confiança dos xeques por meio de suas capacidades lingüísticas e interpessoais e desenvolveu laços fortes com suas famílias. Ele fortaleceu esses laços durante reuniões entre o comandante da brigada ou o subcomandante e os xeques. Os comandantes de Batalhão ou companhia também trabalharam para aprimorar as relações diárias com os habitantes da cidade. Dessa forma, a crescente confiança dos xeques nos oficiais da brigada os levou a apoiar nossos esforços de revigorar o recrutamento da Polícia.

O efeito combinado dos esforços de recrutamento foi eventualmente um enorme sucesso. Contudo, alguns dos oficiais fora da brigada ficaram preocupados que estivéssemos armando uma milícia tribal que poderia lutar contra as forças de segurança iraquianas no futuro. Para acalmar essas preocupações e para compartilhar as “melhores práticas” que tínhamos desenvolvido em Ramadi, o Capitão Patriquin criou sua famosa apresentação de bonequinhos em *PowerPoint*® conhecida “Como Vencer em Al Anbar.”⁴ Essa exibição de slides mostra perfeitamente o conceito da Primeira Brigada para persuadir as tribos a se unirem ao nosso lado.

Deliberadamente colocamos nossas primeiras delegacias da Polícia do Iraque guarnecidas por homens das tribos sunitas recentemente recrutados que poderiam proteger as tribos que estavam nos suprindo com mais recrutas. Essa tática proporcionou aos policiais do Iraque um incentivo adicional para honrar e defender os seus e efetivamente encerrou a campanha de assassinatos e intimidação da Al-Qaeda contra os homens servindo nas Forças de Segurança do Iraque. Numa significante



Slides selecionados da apresentação de PowerPoint® criada pelo Capitão Travis Patriquin. Em 6 de dezembro de 2006, o Capitão Patriquin foi morto em ação por um explosivo improvisado em Ramadi. Numerosos xeques estiveram presentes na cerimônia em sua memória.

mudança de circunstâncias, os recém-formados da Polícia do Iraque rapidamente se tornaram os caçadores, prendendo um número de insurgentes e descobrindo grandes esconderijos de armas. Já pelo final de julho de 2006, a Al-Qaeda no Iraque estava definitivamente passando por um aperto.

Reagindo a pressão, a Al-Qaeda inadvertidamente auxiliou os nossos propósitos ao confiar demasiadamente na sua própria força. O grupo executou uma série de ataques contra as novas delegacias da Polícia do Iraque. Em 21 de agosto, os insurgentes atacaram uma recém-estabelecida delegacia numa fortaleza tribal com um imenso carro-bomba carregado com explosivos improvisados. Contudo, os membros da Polícia do Iraque se recusaram a retirar-se do local. Apesar da oferta de um lugar seguro numa base próxima da coalizão, os sobreviventes permaneceram nos seus postos, alçaram a sua

esfarrapada bandeira ao mastro e reiniciaram a execução de patrulhas no mesmo dia.

Horas mais tarde, a Al-Qaeda tentou intimidar futuros recrutas ao assassinar e profanar o corpo de um dos principais xeques que fora prestativo no nosso esforço inicial de recrutar membros da tribo para as Forças de Segurança do Iraque. O ataque inflamou o sentimento tribal contra a Al-Qaeda no Iraque e atraiu diversas tribos que estavam indecisas a apoiar o recrutamento policial.

Um significantemente líder para o florescente movimento emergiu em Sittar albu-Risha, um jovem xeque que residia no lado oeste da cidade e que era reputado de ter conexões comerciais e de contrabando por toda Anbar. Em função da existência de muitas perguntas sobre os motivos verdadeiros de Sittar, alguns estavam preocupados que estaríamos dando muita

importância a um xeque relativamente jovem e reduzindo as negociações em andamento com os líderes tribais de Anbar que tinham fugido para a Jordânia. Contudo, após cada negociação bem sucedida e demonstração de confiança por parte de Sittar, estávamos aptos a reduzir gradualmente as nossas reservas.

O Ponto Decisivo

O xeque Sittar era uma figura dinâmica e interessada em enfrentar a Al-Qaeda. Outros xeques, mais cautelosos, ficaram felizes por ele ter tomado a iniciativa de lutar contra a Al-Qaeda no Iraque em momentos passados, quando a vitória estava longe de ser obtida e as memórias dos atentados ainda estavam vivas. No livro *The Tipping Point* Malcolm Gladwell escreve que três tipos de indivíduos são necessários para uma mudança radical ou para um “ponto de inflexão” ocorrer: uma pessoa habilidosa, vendedores e aqueles que contactam. Em resumo, os habilidosos possuem os bens, os vendedores espalham as notícias e aqueles que contactaram distribuem os bens por todo o lugar.⁵ Em Ramadi, os soldados da Primeira Brigada eram os habilidosos que tinham os bens — nesse caso, a capacidade de formar, treinar e equipar as forças de segurança iraquianas e os novos líderes. Os comandantes da brigada e dos batalhões agiam como os vendedores. Nós identificamos Sittar como uma ligação que poderia fazer o povo aceitar o movimento do

Despertar da Anbar. Todos os elementos estavam no lugar certo para a transformação, somente tínhamos que decidir se confiávamos em Sittar. Quando nossos vendedores decidiram correr o risco com esse ligação, o efeito foi impressionante pela sua velocidade e alcance.

Em 9 de setembro de 2006 Sittar organizou um conselho tribal, com o comparecimento de mais de 50 xeques e o comandante da brigada, no qual ele declarou que o “Despertar de Anbar” estava oficialmente a caminho. O Conselho do Despertar que emergiu desse encontro concordou com a primeira iniciativa de expulsar a Al-Qaeda de Ramadi. E então restabeleceram as regras da lei e um governo local para apoiar o povo. A criação do Conselho do Despertar de Anbar, combinado com o existente recrutamento de forças de segurança locais, iniciou-se um efeito de ampliação de ações que resultou num crescente número de tribos que abertamente apoiaram o Despertar ou retiraram o seu apoio da Al-Qaeda no Iraque.

Embora o recrutamento e o estabelecimento de vigilância nas vizinhanças fossem um passo necessário para defender Ramadi, não eram suficientes para remover a influência da Al-Qaeda da cidade completamente. Precisávamos de mais policiais que se unissem a nós dentro da cidade, o qual nossos soldados chamavam de “o coração da escuridão.” Um acordo crítico que emergiu do conselho resultou em compromissos de prover mais recrutas das tribos locais para preencher as necessidades das forças policiais.

Logo após o final do conselho, as tribos começaram uma campanha independente de erradicação e retaliação contra membros da Al-Qaeda no Iraque que estavam vivendo no seu meio. A influência da Al-Qaeda na cidade começou a declinar rapidamente. Unidades dos EUA e do Iraque operando nos postos avançados de combate eliminaram ou capturaram os elementos mais eficazes da Al-Qaeda no Iraque enquanto forças



Militantes armados dirigem pelas ruas de Ramadi, Iraque, 5 de dezembro de 2006.

tribais renascentes e a Polícia do Iraque assaltavam seus esconderijos e locais seguros. No final de outubro, quase todas as tribos nos subúrbios no norte e oeste de Ramadi tinham publicamente declarado apoio ao movimento do Despertar Anbar e algumas tribos nos subúrbios do leste da cidade estavam sondando opiniões para fazer o mesmo. O palco estava pronto para uma grande mudança em Ramadi.

A Batalha de Sufia

A Al-Qaeda no Iraque não ficava de braços cruzados enquanto perdia seu domínio sobre o terreno e a população. Os índices de ataques continuaram altos dentro dos limites da cidade durante todo o outubro de 2006 (Ramadan) enquanto ataques de carros-bomba com explosivos improvisados contra os novos postos avançados de combate e as delegacias da Polícia do Iraque localizadas fora da cidade ocorriam regularmente. Esses ataques freqüentemente infligiam baixas nas novas forças de segurança. Contudo as baixas não eram suficientes para desacelerar o Despertar e o apoio continuou a ampliar o movimento.

Por muito tempo a Al-Qaeda no Iraque contava com uma base de apoio segura no subúrbio leste da cidade nas áreas de Sufia e Julaybah. Essas áreas tribais rurais eram consideradas as mais perigosas na área de operações de Ramadi e os dados de inteligência indicavam que eles refugiavam uma grande rede de apoio aos insurgentes que operavam na cidade. A Al-Qaeda no Iraque descobriu que um dos mais importantes xeques na área de Sufia estava decidido a apoiar o movimento e que tinha montado pontos de checagem para manter os insurgentes fora da área. Considerando o perigo para uma de suas áreas vitais de apoio fora da cidade, a Al-Qaeda no Iraque agiu rápido para manter o seu domínio nessa área.

Em 25 de novembro, 30 a 40 pistoleiros dirigiram-se em carros para a área tribal de Albu Soda e começaram a assassinar os membros da tribo. As forças da Al-Qaeda no Iraque pegaram de surpresa os membros da milícia tribal que tentavam defender seus lares, matando muitos, ao mesmo tempo que saquearam e queimaram suas casas. Um grupo de civis fugiu em barcos pelo rio Eufrates e alcançou um posto avançado do Exército do Iraque onde sem fôlego descreveram

A luta pelo poder tinha iniciado: o reino de terror da al-Qaeda está sendo desafiado. O xeque Sittar e muitos dos outros líderes tribais tinham arriscado sua sorte com as forças militares dos EUA que uma vez eram odiadas. Eles estão persuadindo centenas dos seus seguidores a se alistarem na extinta polícia iraquiana. As tropas americanas estão se movendo para dentro de uma cidade que era, até recentemente, uma área virtualmente proibida. A batalha se desenvolve com fúria pela lealdade dos cidadãos aterrorizados e sofridos de Ramadi e o resultado pode ter conseqüências de longo alcance.

—Martin Fletcher, "Fighting back: the city determined not to become al-Qaeda's capital," *The Times*, Londres, 20 de novembro de 2006.

o que estava acontecendo. O batalhão do Exército do Iraque passou a informação ao Centro de Operações Táticas da nossa brigada, onde o quadro de operações mudou das atividades de reconhecimento, inteligência e vigilância, e imediatamente chamaram pelo Capitão Patriquin para prover informações da situação sobre o ponto de vista dos iraquianos.

Em uma hora, Patriquin tinha tomado conhecimento da situação por meio de chamadas telefônicas aos xeques locais. O centro de operações da brigada rapidamente tomou uma decisão crucial — nós apoiáramos a tribo de Albu Soda na sua autodefesa. Os comandantes das brigadas de combate e o seu pessoal cancelaram uma operação combinada de nível batalhão planejada para o leste de Ramadi horas antes de sua execução. O comandante do batalhão que era responsável por essa área, o Tenente-Coronel Charles Ferry do 1º Batalhão do 9º Regimento de Infantaria (Manchus), rapidamente desviou sua força da área planejada para as operações para socorrer a tribo Soda na defesa de seus lares. A decisão foi imediata e a reação extremamente rápida, destacando a flexibilidade da brigada em reconhecer e adaptar-se rapidamente para tirar vantagens das oportunidades, ao invés de seguir os passos de um plano inflexivelmente.

Aeronaves do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA surgiram no alto fazendo vôos de

“demonstração de força” com o intuito de intimidar aos insurgentes e convencê-los de que um ataque aéreo era iminente. Depois, uma força de reação terrestre da Força-Tarefa 1 do 9º Regimento de Infantaria começou a se preparar para adentrar na área e estabelecer defesas para a tribo de Albu Soda. Em razão de estarmos observando a área por meio de detectores aéreos, nossa visão da batalha era indistinta e não era possível distinguir os insurgentes dos membros da tribo amigável. Nós não queríamos atacar a tribo amigável por engano, então decidimos intimidar os insurgentes com disparos para levantar suas posições no terreno. As explosões em áreas abertas próximas davam a impressão de fogos de artilharia na mente do inimigo. Com o complemento do rugido dos aviões de caça, as aterrorizadas forças da Al-Qaeda ficaram convencidas que estavam sendo atacadas por poder de fogo extremamente superior e começaram a se retirar, separando-se de suas vítimas.

Os pistoleiros da Al-Qaeda começaram a fugir da área, entrando em diversos veículos, três dos quais foram identificados por nossos sensores. Nosso veículo aéreo não-tripulado (VANT) observou um corpo sendo arrastado atrás de um dos carros, evidentemente um membro da tribo de Albu Soda. Os insurgentes obviamente tinham como propósito aterrorizar e insultar a tribo com esse ato de mutilação, mas eles também iniciaram uma reação ao se identificar claramente. O Centro de Operações Táticas da Primeira Brigada coordenou os ataques de *F-18* que atacou e destruiu os veículos em fuga numa flamejante explosão conforme os carros de combate *MIAI* manobraram para se engajar. Um VANT *Predator* e carros de combate *MIAI* em posições de emboscada liquidaram outros carros da Al-Qaeda que tentavam escapar. No final, diversas companhias de infantaria e alguns carros de combate *MIAI* tinham reforçado os defensores tribais, demonstrando ainda mais o compromisso da coalizão.

Mais uma vez, o atento de intimidação da Al-Qaeda no Iraque engasgou: tribos se uniram ao movimento Despertar com extrema rapidez, expandindo-se as áreas de operações nas vizinhanças de Fallujah e Hit. Em dois meses, todas as tribos em Sufia e Julaybah tinham declarado apoio ao movimento e quatro novos

postos avançados tinham sido construídos para proteger a população. Uma área anteriormente considerada uma grande ameaça e usada como uma área de concentração para lançar ataques de morteiros da Al-Qaeda no Iraque se tornou quase que completamente segura. Também, membros tribais dentro de Ramadi começaram a apoiar o Despertar, tendo a segurança local melhorado rapidamente. Uma vez que a área tribal se uniu ao movimento, o contato com o inimigo nessas áreas normalmente baixou quase ao nível zero, conforme o Exército e a Polícia do Iraque mais as forças dos EUA proporcionavam segurança. Bases que anteriormente estavam sob ataques diários de morteiro e armas leves se tornaram áreas seguras e puderam realizar a transição para o controle da Polícia do Iraque, liberando as forças dos EUA para perseguirem a Al-Qaeda em outros lugares.

Em fevereiro de 2007, os contatos com os insurgentes tinham caído quase 70% comparando-se com os números de junho de 2006, tendo também baixado dramaticamente em termos de complexidade e efeito. A combinação do engajamento tribal e dos postos avançados de combate provou ser letal para os esforços da Al-Qaeda de dominar Ramadi.

Reconstrução

Os esforços de limpeza e arrumação são os mais delicados, mas também são as partes relativamente mais óbvias de qualquer esforço de contra-insurgência; construir a infra-estrutura para manter o sucesso militar é a parte complicada. Em Ramadi, era essencial começar a reconstrução no início da operação de limpeza para que não houvesse uma lacuna entre o estabelecimento da segurança e a implementação de projetos.

Embora projetos e o trabalho de equipes de assuntos civis sejam obviamente vitais para o sucesso de uma campanha de limpeza, guarda e construção, o estabelecimento de uma infra-estrutura humana, o qual inclui a nomeação de oficiais do governo e diretores de agência que sejam confiáveis, é de importância comparável. Uma das chaves do sucesso em Tal Afar foi o estabelecimento de um governo local confiável com um prefeito respeitado pelo povo. Quando chegamos em Ramadi, não existia um governo local. Nós persuadimos o conselho provincial a

nomear um prefeito — um que fosse aceito pelas tribos — para coordenar o desenvolvimento da cidade. A nomeação era importante porque liberava o governador dos cargos no nível municipal e permitia que se concentrasse em assuntos de outros lugares na província. Trabalhamos com o prefeito para assegurar que escolas, hospitais, esgotos, estações de força e outras infra-estruturas retornassem a normalidade pré-guerra tão rápido quanto possível. De fato, a parte oeste de Ramadi passava por uma restauração enquanto as operações de combate no leste continuavam durante o outono. Esse esforço de reconstrução demonstrava que serviços normais poderiam funcionar novamente e isso ajudou a convencer o povo de Ramadi que os melhoramentos de segurança eram permanentes.

Queríamos encorajar o povo que morava nas vizinhanças ainda em conflito que seria possível e de seu melhor interesse unir-se ao Despertar. Com esse intuito, tivemos a primeira “Conferência de Reconstrução de Ramadi” em janeiro de 2007 na residência do xeque Sittar. O xeque Sittar convidou todos os xeques locais, todos os oficiais do governo que pode encontrar e empreiteiros locais. Após um *briefing* de todos os projetos em andamento, explicamos as diferentes maneiras em que as forças da coalizão poderiam ajudar na reconstrução. Os participantes se reuniram em pequenos grupos de acordo com suas diferenças geográficas, liderados pelos nossos cinco comandantes operacionais da força-tarefa e seus parceiros locais para planejar e ajustar os planos de reconstrução.

Os comandantes discutiram as necessidades e também as capacidades de reconstrução locais. Todos foram convidados a voltar em março para apresentarem *briefings* sobre seus planos. Conseqüentemente, nós estávamos aptos para iniciar a reconstrução nas áreas seguras de Ramadi antes que a luta terminasse em outras partes. Manter a iniciativa dessa forma foi a coisa mais importante que fizemos em toda a campanha.

Por que Fomos Bem-Sucedidos

Claramente, uma combinação de fatores, alguns dos quais ainda não compreendemos completamente, contribuíram para esse grande sucesso. Como foi mencionado anteriormente, o

inimigo demonstrou uma exagerada confiança em si mesmo, sendo que o povo estava cansado da Al-Qaeda. Uma série de assassinatos colocaram em posições importantes líderes tribais mais jovens e agressivos em suas posições de influência. Uma crescente preocupação de que os EUA saíam do Iraque e deixariam os sunitas sem defesa contra a Al-Qaeda ou milícias apoiadas pelos iranianos tornou esses jovens líderes receptivos às nossas propostas. Nosso interesse de adaptar nossos planos de acordo com o conselho dos xeques, nosso efetivo e oportuno apoio a eles nos momentos de perigo e necessidade, aliados a nossa capacidade de cumprir uma promessa os convenceram que poderiam fazer negócios conosco. Nossa presença à frente os manteve seguros. Nós operamos agressivamente lado a lado em todas as linhas de operações, cinéticas e não-cinéticas, para empregar todas as armas e meios disponíveis na luta contra o inimigo. Conduzimos detalhadas reuniões para fusão de dados de inteligência e de escolha de alvos, operamos sem dificuldade com unidades de forças de operações especiais, aviação, apoio aéreo aproximado e operações ribeirinhas. Nós temos visto esse modelo operacional ser seguido por outras brigadas de combate em outras partes do Iraque e tem provado ser eficaz. De fato, o

Embora a Al-Qaeda tenha sido expulsa da cidade, não foi expulsa da Província de Anbar, nem do Iraque. Porém Ramadi — onde os Fuzileiros Navais pensaram que estava em completo controle dos insurgentes em agosto de 2006 se torna um exemplo da cooperação entre americanos e iraquianos. Um surto econômico está ocorrendo: existem projetos de reconstrução; a olaria estará reabrindo no próximo mês, lojas estão reabrindo e bens e comida de melhor qualidade estão à venda nos mercados — os salários têm aumentado 20% nos últimos seis meses. Como o Prefeito Latif Obaid me disse em abril quando estive presente na 3ª Conferência para o Desenvolvimento Econômico, Ramadi está aberta para o comércio — visite-nos!

—Andrew Lubin, “Ramadi: Building on Success,” *On Point*, 30 de outubro de 2007.

Esse é o tipo de notícia que o mundo não ouve: Ramadi, por muito tempo foi o foco da intranqüilidade, a cidade que uma vez constituía o ponto sudoeste do famoso “Triângulo Sunita,” hoje conta uma história diferente, a história de americanos que vieram aqui como libertadores, que se tornaram ocupantes odiados e agora são os protetores da reconstrução do Iraque.

—Ullrich Fichtner, “Hope and Despair in Divided Iraq,”
Der Spiegel, 10 de agosto de 2007.

nível de sofisticação melhorou bastante depois que a Primeira Brigada partiu em fevereiro de 2007. Embora, talvez tenha sido pioneira naquele período, a maior parte de nossas táticas, técnicas e processos agora é familiar a qualquer unidade atualmente operando no Iraque.

As lições mais duradouras de Ramadi são as que são mais facilmente perdidas nas discussões técnicas e táticas, por serem menos sensíveis. As lições mais importantes que aprendemos foram:

- aceite o risco para obter resultados;
- uma vez ganha a iniciativa, nunca conceda trégua ou refúgio ao inimigo;
- nunca pare de procurar outra alternativa para atacar o inimigo; e
- as tribos representam o povo do Iraque e a população representa o “terreno-chave” do conflito. A força que apóia a população ao ocupar uma posição de vantagem possui a superioridade numa contra-insurgência da mesma forma que um comandante operacional que ocupa um terreno dominante numa batalha convencional.

Não importa quão imperfeito o sistema tribal parecia para nós, ele era capaz de proporcionar ordem social e controle por meio de recursos culturais apropriados onde o controle do governo era fraco.

Conclusão:

Os homens designados e agregados à Primeira Brigada de Combate pagaram um preço terrivelmente alto na defesa de Ramadi. Em 9 meses, 85 dos nossos soldados, marinheiros e fuzileiros navais foram mortos e mais de 500 foram feridos em algumas das lutas mais duras da guerra. Somente os resultados extraordinários obtidos, como os cidadãos libertados em Ramadi que hoje caminham por suas ruas sem medo, podem abrandar a tristeza causada por aquele sacrifício. É gratificante ver o nosso modelo de trabalho adaptado e empregado em outros locais na Guerra Contra o Terrorismo. Isso prova mais uma vez que o Exército dos EUA é realmente uma organização que aprende. No final, provavelmente a lição mais importante que aprendemos em Ramadi foi que, como o General Petraeus disse: “Difícil não significa sem esperança.”**MR**

REFERÊNCIAS

1. KAGAN, Frederick W., “The Gettysburg of This War,” *National Review*, 3 de setembro de 2007.
2. STACK, Megan K. e ROUG, Louise “Fear of Big Battle Panics Iraqi City,” *Los Angeles Times*, 11 de junho de 2006.
3. Para os objetivos desse artigo, os múltiplos grupos insurgentes estão divididos em duas categorias principais: elementos do antigo regime (FRE), consistindo de antigos Baatistas e outros nacionalistas e a Al-Qaeda no Iraque, consistindo de grupos de insurgentes islâmicos fundamentalistas.
4. A apresentação “How to Win in Al Anbar” se tornou famosa rapidamente, ganhando menção em diversos programas de entrevistas. Disponível em: http://abcnews.go.com/images/us/how_to_win_in_anbar_v4.pdf.
5. GLADWELL, Malcolm, *The Tipping Point: How Little Things Can Make a Big Difference* (Boston: Little, Brown and Company, 2000).

Este artigo é dedicado aos membros da Primeira Brigada de Combate que perderam suas vidas para fazer o Iraque um melhor lugar e outras dezenas de milhares de soldados e fuzileiros navais que ainda estão lutando naquele país.

Agradecimentos especiais ao Major Eric Remoy, Tenente-Coronel Phillip Mayberry e Capitão Michael Murphy que contribuíram para a elaboração deste artigo.



O Coronel Franklimberg Ribeiro de Freitas, Oficial de Ligação do Brasil, junto ao General William B. Caldwell, IV, Comandante do Centro de Armas Combinadas do Exército dos EUA e o Subtenente Phillip F. Johndrow em uma cerimônia celebrando as contribuições do distinguido Coronel no Centro de Armas Combinadas e na comunidade do Forte Leavenworth.

Despedida

O Coronel Franklimberg Ribeiro de Freitas retorna ao Brasil após cumprir sua missão como Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto ao Centro de Armas Combinadas do Exército dos EUA e Redator-Assessor da *Military Review*, no Forte Leavenworth, Kansas.

Durante os dois anos que conviveu conosco, o Cel Franklimberg evidenciou um elevado grau de profissionalismo e dedicação, bem como as qualidades de cidadão e de soldado que é possuidor. Dotado de uma grande experiência profissional e cultural, sua contribuição foi de valor inestimável para elevar o conceito da *Military Review*.

Sua personalidade ímpar tornou-o um grande diplomata ao se relacionar com os representantes de

outros exércitos, com os quais teve a oportunidade de trabalhar durante a sua missão.

A partir de julho de 2008, o Coronel Franklimberg passará a exercer suas funções no Estado-Maior do Exército, em Brasília. Esperamos que sua experiência no Forte Leavenworth tenha sido compensadora, tanto do ponto de vista profissional como pessoal.

A equipe da *Military Review* — militares e civis — e em particular a Edição Brasileira aproveita esta oportunidade para agradecer a sua dedicada e valorosa colaboração, formulando-lhe os mais sinceros votos de pleno êxito e de felicidades no desempenho de suas novas e importantes funções no Exército Brasileiro, extensivos à sua digníssima esposa e filhos.